

**MEIO AMBIENTE E SAÚDE NA PERIFERIA DA METRÓPOLE.
CAPELA DO SOCORRO, SÃO PAULO.**

Aurea Maria Zöllner Ianni

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Ambiental da Universidade de
São Paulo, para obtenção do título de
Mestre em Ciência Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz

São Paulo, Junho de 1999

Aos meus pais, Éline e Octávio,
pelo apoio irrestrito (que só se dá aos filhos).
Para Ana e Clara também, minhas queridas filhas.

AGRADECIMENTOS

Aos professores, Renato da Silva Queiroz, que me estendeu a mão para a pesquisa, e Pedro Roberto Jacobi, Marcia Faria Westphal, Leila da Costa Ferreira e Helena Ribeiro. A todos, pelas contribuições nas mais diferentes etapas.

À Direção do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, pela possibilidade de realização deste trabalho, e à equipe da Biblioteca do Instituto, pela colaboração na localização de publicações.

À Valéria de Mattos Soares, Aprimoranda da FUNDAP/ Instituto de Saúde, que trabalhou no apoio à pesquisa com grande dedicação e competência.

À Maria José e Luciano, funcionários da Secretaria do PROCAM, pela atenção às demandas discentes.

Ao Paulo, Soninha, Bete e Edna, porque foi lá que tudo começou.

Aos ex-colegas do Distrito de Saúde e aos que foram entrevistados, pelo companheirismo e disponibilidade. A eles devo a realização deste trabalho.

A todos que colaboraram, apoiaram e foram solidários.

À minha irmã, pelo carinho.

RESUMO

IANNI, A. M. Z. 1999. *Meio Ambiente e Saúde na Periferia da Metrópole. Capela do Socorro, São Paulo*. São Paulo, 1999, 109 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo.

Este trabalho teve por objetivo analisar a percepção sobre saúde e meio ambiente de moradores do município de São Paulo. A pesquisa foi desenvolvida na região da Capela do Socorro, bairro da periferia da zona sul da cidade, demarcada pela Lei de Proteção aos Mananciais em virtude da localização, na área, dos reservatórios Billings e Guarapiranga, que abastecem a região metropolitana de São Paulo.

A metodologia utilizada foi qualitativa, baseada na coleta de entrevistas junto aos moradores da Capela do Socorro, tendo em vista captar as suas percepções sobre o tema. As categorias de análise, que aparecem nos resultados deste trabalho, foram estabelecidas a partir dos estudos previamente desenvolvidos e das diversas referências contidas nos depoimentos.

Os resultados indicaram, também, que esses moradores apresentam uma concepção própria, coletiva, sobre as questões de saúde e ambiente, referenciadas em suas condições concretas de vida. A pesquisa buscou captar o que pensa o morador da periferia da região metropolitana de São Paulo a respeito da produção social da saúde e do meio ambiente.

ABSTRACT

IANNI, A. M. Z. 1999. *Environment and Health in Capela do Socorr. Metropolis neighborhood of São Paulo, Brazil..* São Paulo, 1999, 109 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo.

This master dissertation has the aim of analysing the self-perception over health and environment relationship by the inhabitants from Capela do Socorro neighborhood, São Paulo, Brazil. The region is protected by Water Source Protection Law, due the location of both Billings and Guarapiranga reservoirs.

The research was done using qualitative methods throughout the answers given to the researcher by the area residents.

The results have appointed a very unique perception over the teme based on their own way of life, showing an overview about the thoughts of the area residents regarding social production of health and environment.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Capítulo I. INTRODUÇÃO | 7 |
| Capítulo II. SÃO PAULO, METRÓPOLE. CAPELA DO SOCORRO, PERIFERIA. | 15 |
| Capítulo III. A PRODUÇÃO SOCIAL DO AMBIENTE | 24 |
| . TERRA | 29 |
| . ÁGUA | 38 |
| . AR | 52 |
| . LIXO | 55 |
| Capítulo IV. A PRODUÇÃO SOCIAL DA SAÚDE-DOENÇA. | 63 |
| . SAÚDE-DOENÇA | 68 |
| . O CUIDADO | 76 |
| Capítulo V. ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E CONSERVAÇÃO | 89 |
| BIBLOGRAFIA | 102 |

Introdução

A problemática de meio ambiente e saúde adquiriu um estatuto particularmente importante na vida das sociedades e no pensamento social. Algo que sempre foi um problema tornou-se muito mais premente. A saúde e o meio ambiente são categorias sociais construídas no jogo das relações sociais, compreendendo sempre a natureza e a vida. No mundo moderno, estas questões estão colocadas em estreita relação com a questão da concentração das populações nas cidades.

A intensa urbanização em curso no final deste século assume proporções inusitadas. Estamos vivendo um processo sem precedentes de concentração urbana acelerada do Terceiro Mundo. No começo do próximo século, a maioria da humanidade estará concentrada nas cidades. No Terceiro Mundo, a América Latina é de longe a sua área mais urbanizada, pois vem sofrendo este processo há décadas devido não só à migração das populações das áreas rurais como também em razão das altas taxas de natalidade nas cidades (Campbell, 1992).

As mudanças estruturais sofridas pelas cidades têm sido profundas, a considerar o processo histórico que estamos vivendo, onde a urbanização, enquanto dinâmica ambiental, pode ser vista a um só tempo como estruturante e desestruturante.

Desestruturante enquanto um processo que não planejado, espontâneo, pontual, intervém de modo a alterar, desarranjar, modificar. Estruturante enquanto processo que cria e redesenha paisagens, constrói novos lugares e ambientes.

Também se recolocam as questões da saúde e cidade, e que podem ser caracterizadas por dois aspectos principais, não excludentes entre si, que são: o acesso aos serviços públicos da saúde e a articulação de um novo conceito de saúde - enquanto qualidade de vida - que contemple outras dimensões da vida humana, inclusive suas interações com o ambiente protegido (Rodrigues e col.,1992).

Neste contexto, é claro que a problemática meio ambiente e saúde revela-se particularmente importante para as populações das periferias das grandes metrópoles. Aí parecem precipitar-se e condensar-se todos os aspectos do problema, bem como suas implicações práticas e teóricas.

*

Esta pesquisa foi desenvolvida tendo em vista captar a percepção, a compreensão que os setores populares da cidade de São Paulo, mais especificamente aqueles residentes na Capela do Socorro, região sul do município - situada entre as represas Billings e Guarapiranga-, têm sobre saúde e meio ambiente. Esses moradores articulam seus próprios conhecimentos como um recurso vital para a defesa de sua identidade, proteção de seus interesses e preservação de valores essenciais e da vida (Borda, 1981).

Os moradores da Capela são esses 'homens comuns' que, no contexto de exclusão urbana em que estão postos, produzem e reproduzem conhecimentos como recursos de preservação da vida. Há em suas práticas cotidianas uma consciência que se expressa em ação. Aí, no universo do dia a dia, a arte de fazer é absolutamente idêntica à arte de pensar (Certeau, 1985). Pode-se considerar, então, que as práticas cotidianas expressam a construção social da realidade e por isso devem ser conhecidas, reconhecidas. Elas são ações e pensamentos.

Ao escolher, dentre suas reações ao meio, aquelas que melhor se adaptam ao mundo exterior e lhes permitem agir mais eficazmente, as pessoas vão consolidando

aos poucos este modo de ação que é a representação (Friedmann, 1968), desenvolvendo um conhecimento que consiste na consolidação das experiências e situações vivenciadas. Esta representação construída por meio das estratégias de conservação e reprodução da vida constitui um saber empírico, de senso comum, que pode encontrar lugar de destaque no desenvolvimento do conhecimento como um processo humano mais geral, universal (Borda, 1981). Trata-se, pois, de incorporar este conhecimento enquanto expressão cultural das necessidades coletivas e sociais em geral. Neste sentido, o relato dos próprios indivíduos aparece como instrumento adequado para fornecer a matéria-prima para o conhecimento científico.

Partindo-se destes pressupostos, a pesquisa concentrou-se na coleta de entrevistas abertas com roteiro semi-estruturado, junto a moradores da região. Os informantes falavam livremente sobre os temas propostos, delimitados por um roteiro de questões que iam sendo pontuadas no decorrer da entrevista.

O roteiro das entrevistas foi elaborado tendo em vista captar, por meio da ‘fala’ dos moradores locais, a construção social da saúde e do ambiente expressa em estratégias próprias de sobrevivência e conservação. Minayo (1994, p.134), ao se referir ao uso de entrevistas abertas, não estruturadas, diz que esta técnica é válida - dentre outros fatores - para “compreender os valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos.” Na medida em que a pesquisa propunha a apreensão de um saber produzido pelas práticas cotidianas, a ‘fala’ do morador era o grande recurso a ser explorado, pois ela permite recuperar a compreensão que se tem do percurso do dia a dia e, neste sentido, a entrevista constitui o instrumento mais adequado para “conhecer opiniões, atitudes e crenças” (Nogueira, 1968, p. 118).

A pesquisa envolveu não só a entrevista, como instrumento privilegiado, mas também a coleta de dados disponíveis em publicações, estudos e estatísticas sobre a região e a população aí residente; envolveu também a observação participante, que consistiu em reconhecer aspectos do cotidiano das pessoas nas mais diferentes situações - em casa, no trabalho doméstico, nos espaços públicos, etc.

Foram entrevistadas dezoito pessoas, três delas homens e quinze mulheres, com idades que variavam de 15 a 86 anos, todas elas moradoras da região da Capela do Socorro. Não houve a preocupação com um critério de representatividade numérica

dos indivíduos em relação a categorias tais como sexo, faixa etária, ocupação e nível sócio-econômico ou de escolaridade; não houve, também, a preocupação em definir o universo amostral dos entrevistados em relação ao total da população da região, pois não se pretendia a generalização dos resultados da pesquisa referidos a categorias sócio-demográficas. O importante era captar o 'discurso' do morador e, a partir dele, captar as percepções sobre saúde e meio ambiente, através das suas falas. A representatividade dos depoimentos foi considerada quando da recorrência dos temas abordados pelos entrevistados e pela articulação das várias entrevistas, o que possibilitou a composição do 'discurso' coletivo.

Na medida em que a pesquisa foi marcada por uma orientação substancialmente qualitativa, quer dizer, buscou captar as percepções e concepções dos moradores sobre os temas propostos nas entrevistas, a preocupação principal nos procedimentos de coleta de dados esteve dirigida para o aprofundamento da compreensão que aquele grupo social tem a respeito dos temas pertinentes ao meio ambiente e à saúde. Houve, portanto, o privilegiamento dos sujeitos sociais que detêm os atributos necessários - o conjunto de experiências - que se pretendia objetivar com a pesquisa (Minayo, 1994). Por isso, também não houve a pretensão de seguir à risca critérios de amostragens para identificação e seleção dos informantes. Há informantes analfabetos e de nível universitário; empregados, subempregados, desempregados, domésticas, estudante; homens e mulheres; adolescente, adultos, idosos. O critério fundamental era que residissem na Capela do Socorro.

A seleção dos entrevistados obedeceu, no entanto, a um único critério, que foi o da territorialidade, ou seja, a intenção foi a de identificar informantes moradores de diferentes pontos da região. Como a Capela do Socorro é a regional de São Paulo mais extensa - representando cerca de 1/3 da área geográfica do município -, considerou-se importante levar em conta a diversidade da ocupação urbana que ali ocorre. Há áreas densamente povoadas e as de povoamento esparsa, até mesmo rural. Há aquelas com ocupação mais antiga e aquelas de ocupação recente. Não foi desconsiderado, também, o fator de proximidade de residência, mais avizinhada ou mais afastada, das represas. Colônia, por exemplo, é adiante de Parelheiros. Barragem é próxima a um braço da represa Billings, mais adiante, ainda, de Colônia. Icaraí é uma favela, de invasão

coletiva, parcialmente reurbanizada, no populoso miolo do Grajaú. O Cocaia teve adensamento recentíssimo; no entanto, nos mapas da cidade aparece, em geral, identificado como área rural, desocupada. Considerou-se, portanto, que a diversidade geográfica deveria ser contemplada a fim de garantir, com maior representatividade, o panorama sócio ambiental da região.

Procedeu-se, então, à etapa de coleta das entrevistas, interrompida quando as questões abordadas pelos entrevistados tornaram-se comprovadamente recorrentes nos depoimentos coletados.

A análise do material teve início com a leitura atenta de cada um dos depoimentos, extraindo-se deles as questões e problemas referidos pelos informantes, consolidados nas seguintes categorias: terra, água, ar, lixo, saúde, doença e o cuidado. Em terra, apareceram todas as questões referentes à ocupação e adensamento urbanos bem como aquelas relativas à destruição da cobertura vegetal e sua recuperação. Água expressou as referências ao abastecimento domiciliar imediato - serviços públicos, poços, minas - e aos mananciais da região, especialmente as represas. Em ar predominaram as questões relativas à poluição particulada, ainda que tenha aparecido, também, a questão da poluição sonora. No item lixo foram selecionadas as referências aos dejetos sólidos e sua destinação, e às águas residuárias. Saúde e doença apareceram ora separadas, ora articuladas, muito referenciadas entre si. A categoria cuidado foi proposta a partir da análise do material, ao considerar as referências dos moradores sobre as práticas de prevenção e alívio dos males, das doenças. Feito isto, optou-se pela sintetização dos depoimentos nessas categorias centrais tendo em vista a perspectiva de elaborar um ‘discurso-síntese’ dos vários discursos individuais. Este ‘discurso-síntese’ pretendeu representar a percepção social daquele sujeito coletivo, o morador da Capela do Socorro. “Para a elaboração do ‘discurso do sujeito coletivo’ parte-se dos discursos em estado bruto, que são submetidos a um trabalho analítico inicial de decomposição que consiste, basicamente, na seleção dos principais temas e idéias presentes em cada um dos discursos, individuais e em todos eles reunidos, e que termina sob uma forma sintética, onde se busca a reconstituição discursiva da representação social (...) ou, mais precisamente (a síntese) de pensamento de um sujeito coletivo de natureza social ” (Simioni et al.,1997, p. 12).

A sistematização e a análise do material possibilitaram a identificação das questões, percepções e problemas que o morador da Capela do Socorro identifica e se depara no processo cotidiano de reprodução das suas condições de existência. São questões, problemas, percepções que revelam aspectos estruturantes de como aí, na periferia da cidade, acontece a produção social da saúde e do ambiente, a reprodução das condições de vida.

*

Talvez caiba acrescentar que a escolha em trabalhar com a problemática da grande cidade tem a ver com algo mais do que uma preocupação científica, de pesquisa. A vivência e o trato com esta questão sempre colocaram em evidência a importância de pensar o que se vive, o que se faz.

Formei-me em Ciências Sociais. Trabalhei muito tempo na Prefeitura do Município de São Paulo. Primeiramente, e durante muitos anos, na Secretaria Municipal de Cultura, no Projeto Periferia - depois, Cultura na Cidade -, que promovia e articulava a produção cultural dos setores populares da cidade. Aí trabalhei com grupos, artistas, movimentos e entidades sócio-culturais de São Miguel Paulista, Ermelino Matarazzo e Santana. Depois transferei-me para o Departamento do Patrimônio Histórico, da mesma Secretaria, para o Programa 'Museu Comunidade' que implementou, à época, uma política museológica diferenciada. Propunha articular a historiografia oficial - dos acervos institucionalizados - à 'história' popular, tendo por recurso a memória dos moradores, por meio de relatos orais. Diferenciada, também, porque elegia a imagem iconográfica como eixo estruturante desse recontar a história dos bairros da cidade de São Paulo, devolvendo esta reconstituição à população por meio de exposições de rua. Fizemos a memória dos bairros da Lapa, Pinheiros e Moóca. Depois, passei cerca de dois anos na Secretaria Municipal da Educação, na Assessoria Cultural da Diretoria de Orientação Técnica, onde a prioridade era desenvolver programas culturais-pedagógicos de estímulo e facilitação do acesso de alunos e professores da rede às instituições e projetos de cunho científico-cultural como Estação Ciência, Programa Educativo do Centro Histórico da cidade de

São Paulo, União da Nações Indígenas (que tinha uma ‘Embaixada’ em São Paulo), Museus diversos, dentre outros. Sempre trabalhando com gente, sempre trabalhando com São Paulo, cidade.

A minha chegada à Secretaria Municipal da Saúde foi bem cautelosa porque sangue e doença não são comigo. Mas, ali, no Distrito de Saúde Grajaú/Interlagos/Parelheiros, encontrei e descobri muitas coisas. Porque aonde se vai, ou se está, pode-se, sempre, descobrir coisas novas; relações de trabalho e de amizade, novos problemas e questões sociais. Descortinou-se uma forma diferente de ver a saúde, as questões de vida. E, realmente, aí apareceram novas formas de ver a vida, seja pelo contato com os colegas de trabalho, agora médicos, enfermeiras, psicólogos, atendentes de enfermagem, etc., seja por aspectos relativos ao conteúdo do trabalho propriamente dito. O Distrito estava sendo implantado, construído. Não havia tradição na rede municipal da saúde de incorporar profissionais não médicos (salvo as assistentes sociais para ouvir reclamações dos usuários e distribuir o leite). Todos esses fatores traziam questões novas para mim como para toda a equipe, também. A Saúde não é Cultura. Aí não se brinca, não se diverte. A saúde é totalmente diferente, de outra qualidade. Ainda que saúde seja cultura. Tudo isso aprendi no Distrito, e muito mais.

Em 1992, com o surto do cólera migrando da região amazônica para o sul do país, todo o sistema nacional de saúde pública voltou-se para a prevenção de uma doença ‘esquecida’, atrasada, quase erradicada. Nós também, no Distrito, nos prontificamos. A disseminação do vibrião na região poderia significar uma catástrofe. Apenas 60% da população da área recebia água tratada e só 40% tinha coleta de esgoto. Não havia cobertura hospitalar suficiente na região e as distâncias a serem percorridas pelos prováveis pacientes eram enormes - esta região é a de maior extensão territorial do município de São Paulo. O percurso do centro do bairro de Santo Amaro ao centro de Parelheiros é de cerca de 25 kms. O adensamento populacional desordenado, típico das periferias metropolitanas, provocava uma pressão intensa nos serviços de saúde. Acrescente-se o fato de que a região localiza-se entre dois reservatórios de água essenciais para o abastecimento da Grande São Paulo - as represas Billings e Guarapiranga - que, se contaminadas, poderiam provocar graves

consequências na saúde pública. Constituímos, então, o Fórum do Cólera, e muitos setores foram chamados: os do governo do Estado, os do governo municipal, ONG's, sociedade civil. Havia representação da Educação, Saúde, Cultura, Bem Estar Social, SABESP, serviços urbanos diversos, movimentos sociais, Sociedades Amigos de Bairros, SOS Mananciais, etc.. A ameaça do surto epidêmico tornava evidente a interrelação da saúde com as outras esferas sociais, especialmente com o meio ambiente (Urbinatti et al.,1993). Evidenciava, também, a necessidade de articular todos os recursos disponíveis; saberes, práticas, estruturas dos serviços, sistemas de informação, ações preventivistas, etc., tendo em vista o problema. O cólera não atingiu a região, mas este foi um processo que fez emergir muitas questões. O tema da pesquisa surge dessa experiência. Cidade, saúde, ambiente.

A experiência de trabalho na periferia, ao longo de todos esses anos, ensinou-me isto: a capacidade que se tem de produzir e reproduzir recursos mediante a exigüidade, a 'pobreza', a dificuldade; a importância de incorporar saberes e práticas para o enfrentamento dos problemas. E mais, a capacidade exponencial que tem um trabalho junto e conjunto com a população porque, além de ela produzir e reproduzir a cidade, elabora e domina saberes indispensáveis à sobrevivência na metrópole. A *práxis* unifica saber e fazer, e isso cria recursos (de todos os tipos).

Nesse sentido, esta experiência encontra ressonância no que Wirth (1987, p.97) disse na década de 30 e que ainda hoje pode ser considerado pertinente, que “o problema central do sociólogo da cidade é descobrir as formas de ação e organização social que emergem em grupamentos compactos, relativamente permanentes, de grande número de indivíduos heterogêneos.”

I. São Paulo, metrópole. Capela do Socorro, periferia.

A cidade é cada vez mais tema, problema, questão. De análise, de políticas, da vida. Muito se tem dito sobre as cidades e sobre a urbanização acelerada das populações neste final de século. Na América Latina, em 1990, 72% dos habitantes concentravam-se em cidades. A lista das dez metrópoles nas quais a população ultrapassa os 11 milhões de habitantes situa várias delas na América Latina, dentre as quais duas no Brasil. São Paulo é uma delas.

A cidade - habitat humano -, centro de atividades produtivas, provedora dos mais diversos serviços, nucleadora de extensas camadas de populações, constitui-se em fenômeno típico do desenvolvimento do capitalismo. Mas, é no século XX que este processo torna-se acentuado, concentrando de forma desproporcional o crescimento urbano em algumas regiões, dando origem ao fenômeno da metropolização. A metrópole pode ser caracterizada pela densidade e alta concentração de população, recursos sócio-econômicos, culturais e pela grande extensão territorial; é diversificada, complexa (Serra,1987). São Paulo é uma delas. O que é, então, ser “metrópole na periferia do capitalismo?”, tomando emprestado o título do livro de Ermínia Maricato (1996).

Com o processo acelerado de urbanização mundial, a economia é cada vez mais concentrada nas cidades e também os seus problemas. Se a população é cada vez mais urbana, também o é a pobreza. O processo produtivo concentra a pobreza em territórios compactos e, nas cidades, isto provoca uma crescente deterioração do

ambiente urbano e da qualidade de vida dos cidadãos (Campbell, 1992). “Seis em cada dez das pessoas mais pobres do mundo estão sendo inexoravelmente empurradas pela modernização da agricultura e pelo aumento contínuo das taxas de crescimento populacional para os meios ambientes ecológicamente frágeis - florestas tropicais, áreas secas e íngremes, ou para as favelas das grandes áreas urbanas” (Sewell, 1992). À medida em que aumenta o tamanho das cidades, proliferam os problemas de diversas ordens como a sobrecarga da infra-estrutura de saneamento, transportes, informacional, o aumento da demanda por serviços sociais e empregos, a disseminação da informalidade, a violência torna-se endêmica, cresce a degradação sócio-ambiental. Há uma equação população/recursos que permanece sem solução e em constante tensão, refletindo-se na qualidade de vida das pessoas.

Os centros urbanos sempre foram *locus* de enorme agilidade na construção da rede de relações no plano da economia, da política, da cultura, por isso a cidade atraiu, sempre, grandes parcelas das populações. Mas, este intenso desenvolvimento vem provocando, ainda que de forma diferenciada, um quadro de inclusão-exclusão das populações no mundo todo. Há um padrão excludente e predatório do atual estilo de desenvolvimento urbano que se manifesta, ainda que diferentemente, em todas as cidades do mundo. Isto também acontece em São Paulo, metrópole mundial, metrópole na periferia do capitalismo global.

São Paulo, além de ser uma das mais populosas das metrópoles mundiais com seus quase 17 milhões de habitantes, é também a mais extensa cidade do mundo em área geográfica. Metrópole econômica do país, convive com realidades diversas, díspares. Cidade abastada e cidade pobre convivem no mesmo espaço, integram uma só dinâmica. Uma metrópole internacional. Uma metrópole ‘involuída’. Ao mesmo tempo em que há a modernização das atividades produtivas e de serviços e a atração de capitais internacionais - especialmente o financeiro -, há também uma expansão da pobreza. Daí a caracterização da “involução metropolitana”, segundo Milton Santos (1990). De um lado, há enriquecimento. De outro, expansão da pobreza com o crescimento do número de empregos mal remunerados, subemprego e desemprego, com a correspondente queda das condições de vida da maioria da população.

Preteceille (1994) também identifica esse processo de dualização urbana ou, como ele o denomina, a “cidade com dupla velocidade”, aquela em que se concentra e é visível o máximo de poder e de riqueza, mas onde também aparecem de modo gritante formas de pobreza, exclusão social e marginalização.

A metrópole na periferia do capitalismo é, assim, um lugar perverso. Aglutina densas camadas da população dos países dispendo-lhes precárias condições de vida e de trabalho e também aglutina, de forma concentrada, os recursos do poder e da riqueza. Crescimento e involução, dualidades, dupla velocidade, constituem os elementos que conformam a dinâmica urbana, metropolitana.

Grande parte da população que habita a cidade é constituída pelas camadas de empregados mal remunerados, subempregados e desempregados. Estes são o que podemos denominar de pobres, e que ocupam de forma disseminada, espalhada, todo o espaço da cidade. Ser pobre, neste sentido, pode ser definido como uma condição de impossibilidade de ter, de dificuldade de acesso às condições mínimas de vida, condições essas como habitação, escolaridade, saúde, direitos dos cidadãos, etc.

A modernização da produção, tanto no setor industrial quanto na agricultura, associada à concentração de capital, induzem à queda do nível de emprego com o conseqüente aumento da população pobre que vem buscar nas cidades alternativas e possibilidades de sobrevivência. Esses indivíduos, expulsos do processo produtivo concentrador, tendem a aglomerar-se, cada vez mais, ou em áreas rurais remotas ou na periferia de áreas urbanas cada vez maiores, em busca de melhores oportunidades para si e seus filhos. Ainda que a expansão metropolitana de São Paulo tenha sido acompanhada de um intenso dinamismo econômico até meados dos anos 70, o nível de remuneração dos setores assalariados foi sendo paulatinamente reduzido. Se, até meados da década de 70, uma parcela pouco significativa dos trabalhadores podia viabilizar suas condições mínimas de existência, apesar da política de contenção salarial então vigente, a partir dos anos 80 esta possibilidade foi-se desvanecendo gradualmente, gerando um rebaixamento geral do padrão de vida (Cohn, Nunes, Jacobi e Karsch, 1991). Reestruturação do processo produtivo associada à políticas de contenção salarial são nutrientes suficientes para o crescimento exacerbado da massa de setores mal remunerados, subempregados e desempregados nas cidades. Pobreza e

exclusão social são elementos que engendram os contornos da dinâmica social e do espaço urbanos.

A pobreza extingue as oportunidades sociais dessa grande parcela de habitantes urbanos. Há uma precariedade das condições de vida, causada pela “perda da renda e do trabalho estável e formal e pela ruptura dos laços sociais e bloqueio ao acesso ao sistema de habitação que promove a integração social” (Ribeiro e Santos Junior, 1994, p. 17). Essa falta de oportunidades, do direito a ter, caracteriza-se como exclusão-segregação social. E, nas grandes cidades, a ‘periferização’ é a materialização desse mecanismo. A periferização pela exclusão-segregação “revela-se nas habitações insuficientes e de má qualidade, inexistência ou precariedade de infra-estruturas básicas, dificuldade de acesso aos serviços sociais, baixa possibilidade de acesso ao local de trabalho, malha viária e equipamentos de transporte coletivo deficientes, etc.”(Paviani in Santos, Souza e Silveira, 1994).

Essa ‘periferização’ pode se efetivar social e geograficamente de forma diferenciada e em diversos pontos da área metropolitana, adquirindo conformações de manchas ou bolsões intercalados no espaço urbano ou estender-se, disseminada, pelas franjas da cidade.

Ainda que co-existam esses dois processos de territorialização da pobreza nas cidades brasileiras, “o Censo de 1991 aponta para um aprofundamento da “periferização” das grandes metrópoles, ou seja, maior aumento populacional nos municípios da franja metropolitana, reproduzindo e expandindo formas de favelas e cortiços também na periferia” (Maricato, 1996, p.51). Assim sendo, a ‘periferização’, no sentido estrito do termo, ou seja, o crescimento da cidade pelas bordas, fora da área central, nuclear, ainda é uma dinâmica prevalente em metrópoles de Terceiro Mundo e São Paulo segue, grandemente, esta tendência. Uma periferização que engendra e é engendrada pela exclusão e segregação de parcelas da população mal remuneradas, subempregadas, desempregadas.

No município de São Paulo, a região da Capela do Socorro é uma dessas franjas periféricas. Ali, a ocupação urbana é homogeneamente inacabada, improvisada. Uma extensão oceânica de autoconstruções inacabadas de blocos de cimento, que se espraiam pela topografia da região, morros, vales, córregos, represas. Paisagem

entrecortada pelas poucas e precárias vias de acesso, as grandes veias distribuidoras de tudo o que circula na região: a avenida Teotônio Vilela - que na continuidade, ao sul da região, ainda guarda a antiga denominação de estrada de Parelheiros, e a avenida Belmira Marin, que corta todo o Grajaú em direção ao bairro do Cocaia, estrada do Barro Branco e à ilha do Bororé. Há também a linha do trem, ferrovia de passageiros, que segue paralela ao eixo viário da estrada de Parelheiros e à avenida senador Teotônio Vilela, interligando Parelheiros a Socorro em Santo Amaro.

A região da Capela do Socorro limita-se ao norte com o bairro de Santo Amaro e Campo Limpo, a leste com a represa Billings e o município de São Bernardo do Campo, a oeste com a represa Guarapiranga e os municípios de Itapeverica da Serra, Embú-Guaçu e Juquitiba e, ao sul - na região da Serra do Mar -, com os municípios de Itanhaém e São Vicente (anexo).

Situada no extremo sul do município de São Paulo, Capela do Socorro é composta pelos distritos de Socorro, Cidade Dutra, Grajaú, Parelheiros e Marsilac, perfazendo uma superfície de 487,8 km², representando quase que 1/3 de toda a área geográfica do município de São Paulo e, abrigando uma população de 557.068 hab. (IBGE/SEADE, 1997).

Localizada entre as sub-bacias hidrográficas da Billings, da Guarapiranga e dos rios Capivari e Monos, é uma das maiores áreas verdes do entorno de São Paulo, o que a torna uma região de importância metropolitana pois, além do papel no equilíbrio ambiental desempenhado pelos seus recursos ecológicos, seus mananciais contribuem com cerca de 30% da água que abastece a Grande São Paulo. Foi este fator que determinou a inclusão de quase 90% da região na lei de Proteção aos Mananciais, promulgada pelo governo estadual em 1975. Esta lei procurou disciplinar o uso e ocupação do solo na região com a intenção de garantir a preservação desses recursos. Entretanto, “essa legislação, devido ao seu caráter simplesmente restritivo, surtiu um efeito inverso ao pretendido. As grandes limitações impostas à ocupação do solo interferiram no mercado fundiário fazendo com que o preço da terra tivesse uma queda relativa” (Silva, 1991, p.76). A Capela do Socorro, com suas extensas áreas verdes ainda disponíveis, cujo custo relativo do valor da terra é baixo, constituiu, para os setores pobres da população, um espaço disponível para moradia, já que estes setores

não contam com alternativas no mercado privado legal ou nas políticas públicas de fomento à habitação popular. Será, portanto, nessas áreas desvalorizadas e rejeitadas pelo setor imobiliário privado que a população pobre, trabalhadora, encontrará possibilidades de se instalar, encontrará possibilidades de construir sua moradia, seu habitat.

Nas décadas de 50 e 60 o Estado de São Paulo viveu um intenso processo de industrialização que influenciou a região da Capela do Socorro, conformando o perfil da ocupação urbana aí vigente. Nestas décadas houve uma transformação na dinâmica da economia mundial, na qual os países desenvolvidos passaram a produzir dentro dos países subdesenvolvidos - o Brasil, um deles - os produtos que anteriormente eram exportados. Há um rearranjo na relação de dependência, agora baseada na produção de artigos de consumo duráveis e bens intermediários de capital pelos países em processo de desenvolvimento (Kowarick e Jacobi in Ibarra, Puente e Saavedra, 1986).

No município de São Paulo, a região de Santo Amaro consolida-se como pólo industrial com a implantação de um parque predominantemente metalúrgico, em especial com indústrias de auto-peças e engrenagens industriais. Torna-se, então, um dos núcleos mais importantes de oportunidades de emprego do Estado de São Paulo. A instalação desse parque industrial localizou-se à beira do canal do Jurubatuba - divisa dos Distritos de Santo Amaro, Campo Limpo e Socorro. A disponibilidade de áreas desocupadas, as facilidades de transporte - já havia a ferrovia que acompanhava o eixo do canal Pinheiros -, a construção do sistema de Marginais do rio, além da abundância de água e energia pela proximidade das represas, contribuíram para atrair grande número de estabelecimentos industriais, consolidando o pólo industrial.

Este desenvolvimento teve forte influência em Capela do Socorro. A área tornou-se um dos eixos de crescimento urbano da cidade em função da industrialização de Santo Amaro - bairro próximo à Capela - e da disponibilidade de extensas glebas de terras desocupadas e de baixo valor no mercado imobiliário formal. Desenhou-se então uma ocupação voltada para o uso residencial da população trabalhadora de baixa renda. Os bairros surgiram acompanhando o padrão periférico de expansão urbana que caracterizou o crescimento de São Paulo particularmente nos anos 70. Uma vez que o salário do operário industrial não o qualifica para adquirir uma casa no mercado

imobiliário legal, cria-se o ‘produtivo excluído’, um trabalhador resultado da industrialização com baixos salários (Maricato, 1996). “A expansão da mancha urbana do município para as áreas periféricas deu-se através da combinação de dois processos de diferente natureza, porém complementares e simultâneos: a abertura de loteamentos pelo empreendedor imobiliário e a produção de moradias autoconstruídas ou gerenciadas pelos próprios moradores” (Grostein, 1987, p.497). E, mais tarde, a partir da década de 80, com a precarização das condições de moradia, desenvolve-se uma prática até então desconhecida na cidade de São Paulo, a invasão coletiva de terras ociosas para o estabelecimento de núcleos residenciais (Cohn, Nunes, Jacobi e Karsch, 1991). Na região da Capela do Socorro co-existem todas as formas de ocupação, os loteamentos regulares e irregulares, a ocupação gerenciada pelos próprios moradores, os loteamentos grilados e clandestinos. À ocupação urbana para moradias somam-se diversas atividades sócio-econômicas como exploração agrícola, minerações, cemitérios, indústrias, atividades extrativas de madeira e outras, completando o conjunto das intervenções antrópicas na bacia do Guarapiranga (São Paulo (Estado), 1991). A promulgação da Lei de Proteção aos Mananciais - cujo objetivo principal era o de ordenar o uso e ocupação do solo na área - mostrou-se insuficiente para preservar aquela região do crescimento da cidade. Predominam, portanto, os processos de ocupação extensiva das terras sem instalação de infra-estrutura urbana adequada, serviços ou áreas livres para o equilíbrio ambiental e o lazer. A periferia configura-se, desta forma, a partir de um padrão de ocupação de assentamentos habitacionais precários, carentes de serviços e de infra-estrutura básica e sem equipamentos sociais para atendimento da demanda. “ Fisicamente, tais loteamentos apresentavam e apresentam ainda, entre outras características, principalmente as seguintes: estarem inadequadamente implantados em ruas e lotes excessivamente inclinados, sem calçadas para pedestres ou delimitação precisa do alinhamento dos lotes em relação à rua; sem vias pavimentadas ou, quando muito, somente com o acesso ao loteamento pavimentado ou cascalhado; sem iluminação pública, gerando problemas sérios de insegurança; córregos a céu aberto engrossados por águas servidas e esgotos domiciliares; coleta de lixo inexistente ou esporádica; dificuldades de acesso da população aos lotes, quer por irregularidade das vias ‘públicas’ de acesso aos mesmos,

quer pela inexistência de caminhos de pedestres ou escadarias em terrenos excessivamente inclinados, obrigando a população a circular em atalhos improvisados, erodidos pelas águas das chuvas, transporte coletivo insuficiente; escassez de equipamentos sociais; abastecimento precário; áreas verdes extremamente acidentadas e freqüentemente ocupadas por favelas” (EMURB, 1979 op. cit. in Grostein, 1987, p.502). Esta configuração apresenta-se como a única alternativa de moradia para as camadas pobres.

O espaço da exclusão, reservado aos setores populares e empobrecidos que vivem na cidade metropolitana, foi desenhado ao longo de décadas. Pode ser compreendido por fatores históricos da política urbana no Brasil. Entretanto, mais recentemente, vem sendo também determinado pela intensificação da reestruturação produtiva mundial, que promove a redefinição do espaço urbano. Segundo Maricato (1996), é com o início da República que se afirma o urbanismo modernista segregador. As cidades brasileiras mais importantes passam por grandes transformações no sentido de adaptá-las às novas necessidades econômicas de exportação agrícola, o que implicava reformar as cidades eliminando as possibilidades ou ‘focos’ de epidemias. O saneamento tornou-se um argumento eficaz para esse novo desenho da cidade, tendo em vista a limpeza do ambiente urbano, prevenindo-o de prováveis epidemias provocadas pela densidade populacional. Cabia, portanto, remover os sujos, impuros e de hábitos sociais nocivos para longe. E estes eram a ‘massa sobranete’, negros, pessoas sem documentos, desempregados, prestadores de serviços esporádicos em geral. O urbanismo modernizante é segregador porque expulsa as pessoas e higieniza os espaços centrais valorizados pelo mercado imobiliário. Este modelo segregador da política urbana no Brasil manteve-se ao longo deste século, expulsando os setores populares para as periferias das cidades.

Mais recentemente, com a reestruturação produtiva global centrada no capital financeiro e na tecnologia informacional, a dinâmica de produção do espaço nas cidades vem obedecendo, cada vez mais, à articulação de locais/territórios integrados - centros financeiros, de serviços e de lazer – circunscritos, muitas das vezes, quase que exclusivamente a edificações isoladas (torres de escritórios, centros empresariais,

condomínios fechados). O mercado imobiliário do poder e da riqueza concentra aí seus investimentos.

Neste contexto, um espaço urbano mais homogêneo com áreas residenciais, comerciais e industriais mais entrelaçadas, de contornos menos rígidos; com áreas públicas de lazer organizadas para o usufruto regular e cotidiano dos cidadãos; e vias públicas de circulação que levem em conta as dimensões físicas individuais das pessoas, etc. deixam de ser consideradas. Há uma produção de espaços/territórios extremamente valorizados, articulados entre si, dissociada da produção do espaço social, público, agora desvalorizado, desregulamentado, desrespeitado (Ribeiro in Ribeiro e Santos Junior, orgs, 1994).

A expulsão da ‘massa sobranete’ e a desvalorização do público, coletivo, são, portanto, fatores que se articulam de forma perversa na dinâmica urbana subdesenvolvida da metrópole paulistana. Cada vez mais, a maioria da população das cidades vive em terras de ninguém.

A cidade metropolitana na periferia do capitalismo global é, desta forma, uma cidade que atrai e incorpora cada vez mais as camadas pobres de trabalhadores mal remunerados, subempregados e desempregados. É uma cidade com uma dinâmica dual, de oposições, contraposições, contradições, que abraça e segrega as gentes, incorpora à urbis excluindo do espaço legal, instituído, da cidade. Atrai as populações expulsas do campo e da reestruturação do processo produtivo, inclui pelas possibilidades de serviços e ocupação que oferece, exclui pela ausência de serviços sociais e espaço.

A cidade é cada vez menos fruto das políticas públicas de habitação, das políticas sociais, e cada vez mais produto dessas camadas que se movem em busca de formas próprias, alternativas, de sobrevivência. Esses setores não somente ‘ocupam’ a cidade para resolver seus problemas, mas lidam com ela de forma bastante própria, a partir de relações e técnicas que viabilizem a sua sobrevivência. Aí, na ocupação dos espaços desabitados, eles constroem seu habitat, suas formas de conduzir a vida.

II. A Produção Social do Ambiente

Os sistemas ambientais não se desenvolvem nem funcionam num vazio sócio-cultural.

Na tarefa de produzir e reproduzir a vida, os homens se apropriam de recursos não humanos, ‘naturais’, para a sua sobrevivência e conservação e, ao fazê-lo, desempenham uma função dinamizadora do meio ambiente. O ambiente encontra-se, portanto, em permanente transformação, seja em virtude daquela ocorrida em suas forças e estruturas físicas, seja, também, em virtude da evolução de todas as formas de vida. O homem, inserido neste contexto, processa, continuamente, o meio ambiente numa relação de constante mutação. O homem produz o meio que o envolve e é, ele mesmo, seu próprio produto (Moscovici, s/ data). A natureza é, desta forma, parte da história da humanidade e suas transformações caminham par a par das transformações sociais. Não há, portanto, natureza sem sociedade, e esta relação pode ser considerada uma relação em permanente equilíbrio dinâmico (Dubos, 1968).

Em termos de relação homem-ambiente, não há realidades dadas, estáticas, estagnadas. “No curso de uma aventura milenar, onde causas e efeitos se emaranham e se condicionam reciprocamente, o homem modifica seu meio, e, através de seu meio, modifica-se a si próprio e se lança a novas transformações” (Friedmann, 1968, p. 15). Ao produzir a si mesmo e ao meio ambiente o homem também se transforma. Pelo atributo da capacidade reflexiva, o homem usa e transforma os recursos da natureza de forma qualitativa e quantitativamente diferente dos outros seres vivos. Ele usa e transforma fontes de energia (solar, eólica, hidráulica, etc.) além, e diversamente, de

qualquer outro ser vivo. O homem logrou, ainda, reproduzir outros seres vivos (Foladori, 1996). O atributo da reflexão é, neste sentido, atributo da produção social do ambiente. No tocante à ecologia humana, as percepções, representações, práticas sociais, a cultura, enfim, integram - intrínseca e deterministicamente - as condições de existência. Não é possível pensar o natural sem essa forma própria de vida que é a vida humana, social.

O homem articula seus conhecimentos, sua ciência, como um recurso vital para a sua proteção, para a preservação da sua vida e defesa de sua identidade. A mentalidade dos indivíduos é inseparável do conjunto de suas condições de existência (Friedmann, 1968). Esta dinâmica faz com que o homem desenvolva técnicas de usos e apropriação dos recursos da natureza a fim de satisfazer as necessidades vitais de sobrevivência - alimentar-se, vestir-se, abrigar-se, etc.. Recurso é, portanto, “um conceito cultural. Recurso é o conhecimento de uma sociedade sobre o seu meio. É a capacidade de transformar em uma coisa útil um elemento do meio ambiente” (Sachs, 1985, p.34).

“Eu não tinha água, não tinha luz, e casinha também, era desse tamanhozinho assim. Aí, nós mudamos, o vizinho meu lá da Chácara, que é o morador fundador dali do pedaço, ele me emprestou a água e luz, só que a água dele também era no poço. Aí tinha bomba pra eles lá, né, mas como a família também é grande, parece que é treze filhos, aí, eu pegava no balde, trazia no balde em casa (...)”

“Não tinha água nem luz. A água era dessa mulher que eu estou falando. A mangueira descia aqui, nós enchia os tambor de água aqui, um ‘muntueiro’ de tambor, deixava aí cheio de água os tambor. (...) Aí com muito tempo esses dois homens aí o Parrilhão, o finado Aniceto, que ele já morreu, tem seu Florisvaldo, foi que começaram correr atrás pra vim colocar água, pra vim colocar luz, sabe? Que ia lá na SABESP, que ia lá na Prefeitura pra pedir água praqui, que foi que veio água praqui e veio luz, né(...)”

“ (...) a gente furou poço e tinha uma vizinha que tinha luz - passava pra ir pras fazendas, nas chácaras - aí pegou a luz, eu tomei emprestado, depois eu puxei a minha. Não tinha rua, não tinha nada.”

As técnicas de usos e apropriação dos recursos da natureza, desenvolvidas pelos homens ao longo de suas vidas a fim de preencher suas necessidades vitais, se revelam como práticas sociais cotidianas onde o saber é, quase que imediatamente, o fazer. E este ‘saber fazer’ não encontra expressão apenas no nível dos indivíduos, das famílias, mas se expressa também no nível das comunidades, das coletividades. A vida comunitária implica, freqüentemente, o aproveitamento dos talentos das pessoas e recursos disponíveis que a integram.

“Então o asfalto, em casa, foi feito a mutirão. O pessoal juntava aqui, umas trinta pessoas e ia fazendo o asfalto, pondo assim aquelas vigas, aí depois lá com a ajuda da Prefeitura, ela veio, acabou de fazer o asfalto. Mas foi feito mesmo mais a mutirão. Por isso que eu digo que o bairro cresceu, porque quando eu mudei ali, a rua era um bequinho assim, um trilhozinho, todo cheio de mato assim (...)”

“Quando a gente terminamos a legalização do loteamento em parte (...) e chegou um momento que a coisa ficou muito difícil porque pra se furar um poço as pessoas gastavam muito dinheiro pra furar um poço e quando conseguia a água, o quê que acontecia? A água era contaminada. Então toda região estava com a água contaminada, e a partir daí a gente começou com a luta em busca da água tratada e conseqüentemente em busca da questão de posto de saúde, de creche, e foi aí que a gente na verdade organizou a região, e conseqüentemente, hoje o que nós temos na região é conquista da população porque se não se fosse a população organizada, eu acho que o Grajaú não era o que é o Grajaú hoje (...)”

Neste final de século, ainda que as sociedades estejam crescentemente se tecnificando, a preocupação com o habitar, comer, vestir, trabalhar, permanece. O homem se mantém ocupado em usar e se apropriar dos recursos da natureza e cada qual o faz a seu modo, condicionado ao ambiente em que vive. Há diferenças entre os povos, entre os segmentos distintos da população dos países. Há sempre uma produção/reprodução do ambiente. Há sempre um ecossistema em construção, dinâmico. “Longe de ter sido feita como é, para que pudesse ser habitada, a Terra converteu-se no que é por meio do processo de sua habitação” (James Lovelock, 1990,

op. cit. in Foladori, 1996, p. 76). Por isso, não é possível pensar os sistemas ambientais num vácuo social.

“Bom, meio ambiente, pra mim, está relacionado às pessoas, os rios, matos, animais, é um tudo, o ser vivo em si. E vegetação, mato, tudo isso daí é o meio ambiente, você faz parte do ciclo ambiental. O ser humano, o animal, a floresta, tudo isso é o meio ambiente, a água, tudo faz parte do meio ambiente(...)”

“(...) o meio ambiente pra mim é tudo que se engloba, tudo que é vivo, água, céu e mar, tudo isso é vivo, tudo isso tem vida (...)”

Capela do Socorro, bairro de periferia da cidade de São Paulo, pode ser considerado uma fração de um ecossistema em construção. A intensa urbanização das populações, nas dimensões e conformações que se expressam nos países em desenvolvimento, traz questões e problemas, histórica e socialmente determinados e ecológicamente circunstanciados, próprios. Não há problemas ambientais desvinculados de formações sociais, sejam elas simples ou complexas, de centro ou periferia do capitalismo. Os problemas ecológicos emergem tão somente de formas específicas de relacionamento dos homens com a natureza (Grundmann, 1991/92). E, em Capela do Socorro, cidade de São Paulo, os problemas ecológicos são problemas de metrópole e de periferia, de exclusão e de escassez.

“(...) além da questão dos lotes, tem as áreas que seriam áreas verdes, elas estão todas ocupadas por favela. Inclusive na beira do manancial todo, aquelas áreas que ficam preservadas na beira do manancial, elas foram invadidas por favela. E isso, por um lado a grande necessidade da população, da moradia. E veio chocar exatamente com a proteção ao manancial, que é preservar as áreas verdes e preservar também a represa, e isso tem causado choque até agora. Porque toda área está povoada, e muitas das nossas reivindicações, a gente não consegue até hoje por conta disso, por conta da lei de proteção ao manancial, da importância que tem que proteger o manancial e por outro lado a importância que tem a necessidade da população de morar, que as pessoas moram até debaixo da ponte. Então quando acham um local

pra fazer um barraco, já é uma grande coisa e a gente vive aqui na região com este contraste.”

“Bom, manancial são reservas, onde tem matas, é... rios, é ... lagos, que contribuem para o meio ambiente, entendeu ? É a forma que eu penso, que contribui para o meio ambiente, e que o homem aos poucos vai destruindo, entendeu? Uma coisa que é dele, que Deus deixou pra ele, ele está destruindo, entendeu? ”

“Olha, sei lá! O ser humano, ele destrói as coisas como eu falei, também por necessidade, por necessidade.”

A produção social do ambiente na periferia de São Paulo é, sobretudo, a apropriação e potencialização dos recursos e talentos disponíveis. Recursos ‘naturais’, como o solo, a água, o ar, e recursos sociais potencializados através de práticas coletivas, conjuntas de produção de espaço e condições para moradia, de habitats. Nesta relação, o morador percebe o conflito que se estabelece entre ele e o mundo das coisas da natureza. Depara-se com o esgotamento das represas e fontes de água e sua contaminação, a redução dos espaços, o adensamento urbano, o desmatamento, e se questiona sobre o porquê disso tudo.

“Meio ambiente faz parte da natureza, esse mato que a gente vê, essa coisa mais linda, é o meio ambiente que eu acho que é, eu acho. É a natureza, muita água, muito verde, muita flor, tudo isso, eu acho o meio ambiente maravilhoso. Porque esse lugar aonde a gente anda por aí, tudo cheio de fumaça, isso não é vida.”

“(...) mas eu acho que pode até ser um risco se continuar com essa evolução, que cada vez aparece uma coisa nova, mais aprimorada do que era, então eu acho que pode ser um risco. Isso eu já não sei mesmo, mas eu espero que não porque vai ficar muito ruim. Vai ficar tudo preto e branco né, porque vira tudo empresa, fábrica. Cadê a natureza, cadê aquele espaço pra você descansar ?”

“Que o que eu acho que vale aqui mesmo é a natureza, que o quê ajuda a gente é o ar mesmo, viver em contato com aquilo que a gente ganhou de verdade e não com aquilo

que a gente criou(...). É aquilo, a natureza é bom mas você não consegue ficar longe do que a gente cria, né? Você não consegue ficar longe dessa loucura que é aqui.”

Terra

A terra, mais especificamente o solo, é o elemento básico, sobre o qual o homem comum, morador da Capela do Socorro, na cidade de São Paulo, estabelece sua relação com o ambiente natural. A terra é o elemento estruturador da relação homem-natureza na cidade. O padrão periférico de ocupação horizontal do solo tornou-se a solução de moradia para a população de baixa renda por meio da auto-construção em terrenos distantes e adquiridos por preços baixos, compatíveis com seu poder aquisitivo.

A terra constitui, desta forma, o único recurso disponível para a satisfação das necessidades de abrigar-se, construir moradia. O recurso de apropriação do solo é o único de que o morador dispõe para ingressar na urbanidade, ser ‘cidadão’. Neste sentido, pode-se sugerir que apropriar-se da natureza, neste caso, a terra, é apropriar-se da condição social.

“Então as famílias vivem muitas pessoas na mesma casa, tem muitas favelas. As casas são assim em terrenos invadidos (...)”

“(...) dia primeiro de maio de 70 que nós viemos morar, mas desde 68 nós já tínhamos comprado... e fazendo as casas, que era tudo mato. Então, desde esse tempo nós estamos morando aqui, não havia luz, não havia estrada nenhuma, eram só umas estradas ruins, não havia água, não tinha nada.”

“Às vezes estava pagando aluguel e comprou aqui, conseguiu construir e já vinha pra cá, e foi vindo, foi vindo ...”

“(...) se não tem dinheiro pra comprar casa na cidade, então lá é um pouco mais barato, assim eles pegam algum terreno barato, aí eles pegam, compram e constróem lá. Mas eu acho que não mora porque gosta, é porque não tem mesmo condições.”

“Quando abriu o loteamento de Residencial Cocaia eu fui a primeira a morar lá, no meio do mato, não tinha luz, não tinha nada.”

“Aqui era um chão, era um barro brabo, aqui ó, uma lama ... que não tinha filho de Deus que passasse. Luz não, luz também não tinha não.”

Na periferia, a apropriação da terra é feita pela ocupação do ‘espaço natural’ pelo homem e a entrada do ser humano neste ‘espaço natural’ redesenha a paisagem por meio do desmatamento. A apropriação de um recurso natural - o solo - implica na devastação de outro - o ‘mato’. O ecossistema encontra-se em permanente construção, desconstrução. A informalidade do crescimento da malha urbana altera, desarranja e modifica o ambiente ‘natural’ em permanente desconstrução. Entretanto, com a expansão do casario há a construção de um novo ecossistema, em constante transformação.

A paisagem, resultante deste modelo de ocupação, implica, freqüentemente, na prática de remoção da vegetação (Silva, 1991). Segundo Kowarick e Jacobi (1986), a dinâmica desenfreada de expansão urbana horizontal - estimulada pela especulação imobiliária e fundiária - provocou a redução da cobertura de vegetação da região metropolitana de São Paulo, que em 1950 tinha 50% de área florestada e, vinte anos depois, havia sido reduzida a apenas 9%. Neste contexto, a estratégia de sobrevivência humana acarreta, imediatamente, a destruição da cobertura vegetal. Esta situação contraditória - em que o ato de sobreviver implica a destruição de um outro recurso para a vida, a vegetação - é percebida de forma bastante aguda pelos moradores.

“Você não tem assim uma paisagem pra você olhar ... então você levanta, olha, por exemplo, aquela parede. É uma coisa assim difícil explicar com palavras isso, você entende? Mas é uma coisa assim ... parece que você vai se sufocando assim, você vai perdendo. Em vez de você levantar igual você levantava, olhava, via aquela horta

bonita, via assim os pássaros, tudo. Então isso aí é triste porque você só vê o quê? Você só vê parede!”

A forma devastadora de apropriação da terra, do espaço ‘natural’, caminha paralela à ilegalidade das propriedades e este casamento tem sido o principal agente de segregação sócio-ambiental nas cidades (Maricato, 1996). Sobrevivência e devastação são os elementos contraditórios da relação homem-natureza em sua prática cotidiana de produzir e reproduzir seu habitat.

“Porque tinha muito mato. Tudo ‘arvorado’ por aqui fora, tudo. Não tinha casarada nenhuma. Não tinha favela, não tinha nada. Os peixe da represa, as crianças pegavam assim com a peneira, você via os peixe assim, nas beiradas das represa.”

“Se você for até na primeira balsa, você fica admirada agora, fica triste, porque estão invadindo tudo, cortando tudo. Está acabando, está tudo invadido pra ali afora tudo, estão derrubando tudo. Só é bonito você ir daqui pra Parelheiros, que você vê mato e mato, é o único lugar que parece que tem um pouquinho de freio. Mas o resto... está uma tristeza, era tão lindo. Você ia com a balsa, mato, mato, mato, mato.”

“O negócio da árvore é porque tendo as árvores, assim, traz mais aquela ventilaçãozinha, não faz muito calor. E onde não tem, faz bastante calor. E assim, no tempo do inverno, primavera, sei lá, então fica tudo bonito, por isso... porque a gente levanta de manhãzinha, primeira coisa, se tem o pé de árvore, a gente olha logo pros pés de árvores.(...) Se não tem, tem que ficar assim mesmo, sem ter, né, um pouco triste porque não tem pra olhar, né? E a gente já olhando a gente se sente mais alegre um pouco, não é não?”

“Meio ambiente é o lugar que eu vivo. O quê que é pra mim... é uma realidade ruim mas eu vou fazer o quê? Eu tenho que ficar aqui, pra onde que eu vou? Não tenho outra alternativa, entende?! Eu acho que tem assim uma poluição visual muito horrível porque você pode ver, as casas são todas umas em cima das outras.(...) Então não existe assim espaço.”

Ao ocupar as terras disponíveis na periferia, a população atua de forma massiva, orientada por estratégias de sobrevivência imediata, e, ao fazê-lo, ela produz espaço. Este movimento é percebido pela população que identifica, claramente, que “viver, para o homem, é produzir espaço” (Santos, 1996, p.88).

“Ah, eu acho, pra mim, meio ambiente é o lugar onde a gente vive, onde a gente está. Geralmente relacionado a plantas, água. Mas eu acho que seria todo o espaço geográfico onde a gente está.”

“O que eu estou vendo é a população aumentando e o espaço diminuindo, porque é muita gente pra pouco espaço.”

“Mas eu acho que isso entra no meio ambiente! Muita gente num espaço. Você entende, você não tem mais quintal (...)”

Fica então evidente que, nas cidades - ecossistemas em construção -, o espaço resulta num produto das negociações parciais entre a sociedade e a natureza (Leite, 1991).

Na verdade, há uma constante tensão entre o homem e a terra (o solo) na luta pela sua apropriação, pelo seu uso. A questão da moradia, antes de se tornar uma questão eminentemente social, ou seja, de legalização ou não junto aos órgãos públicos, é, primeiramente, uma questão do homem com a natureza, desta relação considerada no contexto urbano.

“O terreno clandestino é o seguinte : é que a área da Capela do Socorro, por questão da lei da proteção ao manancial, é uma área que na verdade não poderia ser loteada né, e aí os loteadores assim mesmo loteavam e com as vistas grossas dos poderes públicos, o prefeito, o governador, eles conseguiram fazer os loteamentos. E pra se fazer os loteamentos assim sem ter autorização ... e conseqüentemente era clandestino por conta de não ter nenhuma documentação legal .”

“Se você parar para olhar... eu já parei pra pensar nisso. Hoje em dia o pai tem que deixar o filho ou a filha construir. Então vai se construindo... aí o outro parente vem, vai construindo, então vai ficando assim... vai ficando uma coisa feia. Visualmente vai

ficando uma coisa feia o bairro, você entende? Vai ficando feio e outra, ele vai causando também uma poluição assim de muita gente, o meio ambiente vai ficando muita gente, muita gente ocupando um espaço. Então, esse é um problema que eu vejo assim, na periferia está demais.”

“Logo quando eu cheguei meu quintal era cheio de planta, aí foi arrancado pra minha sogra construir lá, mas só que eu senti bastante falta porque eu gostava(...)”

“Mas eu falei : ‘ - Olha ! essa árvore está aqui, mas eu briguei muito pra ela crescer.’ Cada vez que eu subia aqui, tinha um menino grudado nela, eu brigava, e falava que ia dar parte e ia avisar. Mas briguei tanto pra deixar a árvore! Ah, mas vai indo que você cansa né, minha filha?”

“Por exemplo, a poluição, de forma assim geral, vamos dizer bem assim, acaba contribuindo também pra que cheguem também nesse ponto, entendeu? Não só a poluição do ar, mas a poluição terrestre também, as coisas, os produtos químicos que são jogados, né, aqueles garrações de plástico que contém produtos químicos que eles usam, depois jogam fora, né, tudo aquilo lá prejudica porque está em contato com a terra. A terra acaba absorvendo aquilo, e a terra deveria ser uma coisa produtiva, e acaba ficando contaminada. Por exemplo, você planta alguma coisa, às vezes aquele produto está crescendo contaminado. E é uma coisa que você come, que eu como, acaba pegando doença, então muitas vezes por causa disso, eu vejo assim.”

Como se pode ver, a negociação entre homem e natureza na cidade está mediada pelo espaço. Assim como o homem e seu comportamento são fatos da natureza, também o é a construção social do espaço, na medida em que ele depende e interage com outros elementos que estão distribuídos no espaço; a terra, as plantas, a água, etc. (Hogan, 1981).

No contexto da dinâmica urbana espoliadora, excludente, o universo natural emerge, aos olhos da população, como o universo da abundância, das inúmeras possibilidades de viver, porque, de fato, este universo ‘natural’, percebido como aquele diferente do social, é o universo que contém o recurso básico, estrutural, possibilitador da sobrevivência no urbano - a terra. A exclusão social decorrente dos baixos salários,

da falta de acesso a serviços sociais e emprego, da ausência de alternativas compatíveis à sua condição econômica, etc., é rica em fatos e conteúdos de escassez. Há escassez de alimentação, de empregos, de salários, de recursos sociais (transporte, educação, assistência à saúde, etc.), de moradias, etc.. O universo social é, então, percebido como o universo da escassez. Talvez, por isso, o universo ‘natural’ apareça como aquele da abundância.

“E quando a gente chegou era um local assim de muita dificuldade, porque nós tínhamos na região, além do loteamento clandestino, a gente tinha toda a dificuldade do mundo que podia acontecer: falta de esgoto, saneamento básico, asfalto, ônibus, posto de saúde, hospital, daí por diante.”

“É, porque aqui é aonde as pessoas podem. Eu mesma, se eu for comprar um terreno mais pra lá, quer dizer que é muito caro, eu não consigo comprar, porque o dinheiro não dá. E aqui, você ainda compra um terreno, às vezes, por doze mil, por oito, né? Aí, aonde o pobre tem de procurar aonde tem alguma coisa mais barata pra eles comprarem alguma coisa pra morar.”

“Quando eu vim pro Castro Alves há vinte e cinco anos atrás, não tinha água, não tinha luz, morava num barraquinho, que era um cômodo só, sem porta, sem janela, as portas eram de plástico. Porque a gente não podia comprar a porta e precisava mudar, porque lá onde a gente estava, a gente estava morando já de favor.”

“Então era uma luta porque não tinha água, furou um poço pra poder ter água em casa, pagar ainda o poceiro; e luz, eu fiquei um ano sem luz. Porque eu só tinha, não tinha nada, não tinha ferro, meu ferro ainda era aqueles de carvão, eu não tinha geladeira, não tinha nada.”

“Só aquela estrada ruim pro ônibus da balsa passar. O ônibus da balsa passava só duas vezes, de manhã e à tarde ele passava. Tinha numa baixada aí, era um riozinho que descia. Volta e meia, quando o ônibus ia passar, a ponte caía e acabava, aí não tinha. A gente tinha que ir lá até no Grajaú à pé (...)”

Em contraposição ao mundo dos homens, o mundo natural, a ‘natureza’, emerge como o universo da abundância e do bem porque, de fato, é dela, e exclusivamente dela, que é possível extrair de forma imediata recursos para a sobrevivência: a terra, em primeira instância e, secundariamente, a água, também.

A idéia de uma natureza abundante, dadivosa, surge referida à condição de precariedade e escassez vivida na esfera do social. Tudo que não é humano, que não foi feito pelo homem, é reconhecido como pertencente a uma esfera natural própria e identificado como um ‘universo’ de inúmeras possibilidades, contraposto às penúrias da vida que se vive em sociedade.

“E o desemprego tem vindo ao encontro disso porque, há quinze anos atrás, as pessoas diziam : ‘Eu vou trabalhar’ , e realmente iam trabalhar, e hoje ela não consegue mais emprego, não tem emprego.”

A natureza aparece também, no nível de senso comum mais concreto, como aquela parte do ambiente que não foi tocada pela mão do homem em sua criação (Soper, 1995). Essa natureza que não foi criada pelo homem aparece como algo que ocorreu no início, como um poder diferenciado daquele do homem. Segundo Pederson (in Turner, 1990, p. 44): “quando Deus foi separado da vida da natureza, e sua relação com ela passou a consistir apenas na sua exibição de poder enquanto criador, então a força psíquica da natureza foi extirpada, ela se tornou apenas um instrumento para o criador, um meio de Ele demonstrar seu poder.” Keith Thomas (1996) também aborda esta questão quando relata a construção da idéia de natureza no século XVI. Segundo ele, homem e natureza foram, então, separados por deliberação de Deus em punição ao pecado original cometido por Adão. Desde então, a natureza aparece divorciada dos homens, domínio hostil de Deus todo poderoso. Somente porque a natureza é concebida como uma criação - princípio de tudo - anterior e exterior ao ser social, é que se torna possível estruturar um pensamento em que homem-natureza têm entre si uma relação de estranhamento, de oposição.

“(...) a natureza, eu acho que quem fez a natureza foi Deus, né ?”

“Como eu mesmo falei, né, Deus proporciona maravilhas pra gente. A gente ter o privilégio de ver animais que fazem parte do próprio habitat natural, mas ao mesmo tempo, como eu disse antes, isso acaba destruindo a vida que esses animais levam, pelo fato do ser humano, ele ser tão ignorante a ponto dele próprio não ter consciência e fazer certas coisas que prejudicam tanto o próprio animal, como o próprio homem, entendeu ?”

“E outra, porque ele ... eu não sei, na verdade eu não sei o quê que falta no ser humano pra ele ter consciência de que aquilo que Deus deixou é uma coisa boa e agradável pra ele, entendeu ? Eu não sei explicar porque que o homem simplesmente destrói uma coisa que Deus deixou pra ele, entendeu ? Não sei o quê que falta no ser humano, às vezes eu fico sem entender o que falta no ser humano, entendeu ? Não sei o que falta.”

“É lógico que a gente quer o natural mas a gente sente falta daquilo que a gente criou mesmo. E assim, você adora a natureza mas você quer chegar na sua casa, você quer assistir uma televisão, a gente quer diversificar, não quer ficar sempre fazendo a mesma coisa, então é onde a gente tem que juntar as duas coisas mas saber... é lógico, o natural nunca vai te fazer mal mas você acaba cansando. E agora, o artificial faz mal. Televisão faz mal pra vista, computador dá tendinite (...)”

“Eles estão lá construindo viadutos, ruas, avenidas... Agora, a natureza quem construiu foi Deus, mais ninguém, que pode construir mais nada.”

O morador identifica ‘o reino de Deus’ como o universo da natureza; aí reside o sagrado, o divino, a dádiva. Aí reside a possibilidade de viver ‘fora’ da história social, cotidiana, concreta, das difíceis condições de vida.

Segundo Turner (1990), a civilização judaico-cristã desenvolveu uma predisposição contra a natureza e a favor da história. Na medida em que havia sido instaurado um divórcio entre ambos e que a natureza ficou sob a esfera dos deuses (ou Deus) e a sociedade ficou na esfera dos homens ocorreu, então, uma reconstrução, uma revalorização do social, do histórico - universo totalmente humano, sob domínio humano. Instaurou-se o predomínio humano. Hoje, entretanto, em decorrência das

difíceis condições de vida, o olhar do morador da periferia da cidade reposiciona esta questão, e identifica aspectos a favor da natureza e contra a história. Abundância *versus* escassez, mistificação *versus* condições concretas de vida. Neste contexto, evidencia-se o fato de que é da natureza - parte do ambiente não tocada pela mão do homem - que se pode extrair recursos para a vida; mais imediatamente, no caso do morador da periferia metropolitana pobre, a apropriação da terra, do solo.

O trabalho humano emerge, então, como o único recurso propriamente social do qual o morador urbano dispõe para a reprodução da vida. É por meio dele que se torna possível a apropriação da natureza. É por meio dele que se transforma recurso da natureza em recurso dos homens, recurso natural em social. O único recurso social abundante disponível ao homem comum da periferia da cidade é o trabalho, a sua força de trabalho. Aí, no universo do cotidiano da sobrevivência urbana, o trabalho vincula homem e natureza.

“Então, eu acho que eles vêm em busca de sonho, que é o serviço, o trabalho (...)”

“Bom, eu acho que a boa qualidade de vida ela passa por muitas coisas, né? Primeiro pra mim, eu acho que o primordial pra uma boa qualidade de vida é o indivíduo ter um salário justo aonde ele ganha o suficiente pra ele sobreviver numa boa qualidade de vida. Então pra mim é isso, a boa qualidade de vida é essa! O trabalhador tem que ter um salário justo pra que ele tenha condições de dar à sua família essa qualidade de vida. Então a pessoa com um salário digno, ele talvez não precise morar num barraco, numa favela, ele não precisa morar lá no fundão do Grajaú com aquelas péssimas condições de vida, porque ele vai morar ou num barraquinho de graça, ou porque ele invadiu um pedaço de terra, ou porque ele comprou um lote, comprou uns blocos e fez uns cômodos lá e entrou dentro pra poder ficar com a sua família, na verdade sem ter salário, sem ter nada. Então, o indivíduo que não tem um salário justo, ele, dificilmente ele pode ter umas boas condições de vida. Porque as condições de vida é tudo isso, é ter transporte, é ter moradia digna, é ter educação pra os seus filhos, é ter saúde, é ter saneamento básico e ter um salário digno aonde ele pode sobreviver com dignidade, né? Isso pra mim é uma boa qualidade de vida.”

É a terra, portanto, que emerge como o elemento estruturador sobre o qual o homem da periferia da cidade estabelece sua relação com a natureza. É uma relação de conflito e tensão na medida em que, ao produzir seu ambiente, seu habitat, o morador modifica o espaço ‘natural’, constrói espaço. Na luta pela sobrevivência, apropria-se de recursos utilizando seus talentos, potencializados por meio de práticas coletivas, conjuntas, comunitárias.

Diante da escassez e segregação social, o morador identifica a natureza, reino de Deus, como aquele da abundância, o único que parece oferecer recursos de forma dadivosa. E as atividades cotidianas, por meio do trabalho individual ou coletivo, constituem o instrumento pelo qual ele pode apropriar-se desses recursos. O trabalho modifica a natureza.

Água

Na Capela do Socorro há uma estreita vinculação entre as questões relativas à terra e aquelas relativas à água. As terras estão disponíveis exatamente por estarem localizadas em área de mananciais, protegida por lei estadual de 1975 que regulamenta os limites de usos e ocupação do solo na região. Esta lei define as densidades populacionais e o porte das atividades econômicas consideradas suportáveis para resguardar a capacidade dos reservatórios da Guarapiranga e Billings (Ziober, 1991). Terra e água são, portanto, elementos constitutivos da paisagem local e da vida cotidiana dos moradores. E a maioria deles sabe que a região é, ou tem a ver, com os mananciais.

P. “Vocês já ouviram falar em manancial ?”

“Eu já ouvi falar, mas não sei o quê que é. Já ouvi falar, mas não me pergunta o quê que é, que eu não sei, não senhora.”

“São as águas que nós temos por aqui, represas, rios. Bom, por aqui nós não temos rios, que eu me lembre, mas pelo menos represas nós temos por aqui.”

“Área mananciais é terreno que pertence ao governo, o Estado, né? É uma área que não pode ser vendida, não pode ser construída, não pode ser desmatada, né? Então é isso que eu acho a área mananciais.”

“Uma das questões é que a lei de proteção ao manancial, na verdade, é uma das coisas muito boas pra nossa região. Porque nós vivemos entre meios mananciais, e a água é muito importante pra toda região como pra toda São Paulo.”

A Capela do Socorro, região de maior extensão geográfica do município de São Paulo, oferece - pela oferta generosa de terras disponíveis e de baixo valor - um claro convite à ocupação urbana. Entretanto, a presença dos reservatórios da Billings e Guarapiranga exige um controle da ocupação demográfica para que não haja depleção dos recursos tendo em vista a garantia do potencial de abastecimento de água das represas. No entanto, as perspectivas de colapso do sistema são reais na medida em que o crescimento populacional da região metropolitana de São Paulo tende a manter-se intenso, pressionando principalmente as áreas das bacias da Guarapiranga e Billings (Borger, 1998). Os moradores convivem com estes fatores conflitantes e parecem estar conscientes desta tensão.

“É, me parece que essa Represa que você vê aqui, ela é um braço da Billings não é? Esse bairro aqui o nome dele é Cocaia, não sei se você sabe, era Cocaia? Ele era Cocaia. Aí um dia eu procurei num mapa antigo, e sabe porque que ele chama Cocaia? Por causa desse braço de Represa aqui, ele chamava-se, lá no mapa está Ribeirão Cocaia. Essa avenida que passa aqui em cima, que é a Belmira Marin, ela chamava Bororé né, era a antiga Bororé por causa, aqui dizem, que antigamente teve muitos índios que morou. (...) depois eu procurei, eu estava lendo, o Bororé, quer dizer caminho das águas, e é verdade porque pra lá tem a primeira balsa.”

“Bom, manancial são reservas, onde tem matas, é... rios, é ... lagos, que contribuem para o meio ambiente, entendeu ? É a forma que eu penso, que contribui para o meio ambiente, e que o homem aos poucos vai destruindo, entendeu?”

“O meio ambiente, precisamos trabalhar muito, né? Porque o que temos aqui está tudo destruído, os rios, as represas. Temos casas construídas na beirinha das represas. E a gente percebe que está vindo, que toda a sujeira está entrando nessas represas, como também não temos saneamento básico nenhum.”

“Então essa lei de proteção, ela na verdade é feita pra proteger os mananciais, e conseqüentemente está protegendo também os moradores. Como eu já coloquei pra você, que a área não podia ser loteada, era uma área que na verdade só deveria ter chácara, essas coisas, pra você poder preservar o manancial, e logo em seguida com a questão da falta de moradia da população, as condições de vida da população brasileira, o povo tendo que, como eu no passado, teve que largar suas origens lá, que eu já fui lavrador no tempo de moleque, né? Meu pai é lavrador. E as pessoas foram expulsas das suas origens, da sua terra, do seu interior e tiveram que procurar o meio de sobreviver na cidade, e conseqüentemente foram invadindo todas essas regiões, e o Grajaú é uma dessas áreas. A Capela do Socorro é uma dessas áreas que teve muita invasão em busca de moradia da população e, conseqüentemente, isso também veio acarretar problema na hora do manancial né, porque é uma área que não podia ser loteada.”

Nesta região, a questão da água aparece, portanto, estreitamente entrelaçada à questão da terra. A premissa de que degradação ambiental e pobreza são fatores que se expressam de forma territorializada, ou seja, localizadas em determinadas áreas geográficas, encaixa-se perfeitamente ao perfil da Capela do Socorro. Problemas deste tipo não têm escapado ao movimento ambientalista, que desde 1991, quando da realização do Encontro da Coalizão Internacional do Habitat, no México, se articulou aos setores populares ao estabelecer uma relação entre “a defesa da terra e a defesa da vida”. Houve, aí, o reconhecimento de que o direito à moradia e às boas condições de vida estão ao lado do direito a um meio saudável (Langoria e Ceballos, 1994, p.

61/62). “É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas situadas em regiões desvalorizadas que a população pobre trabalhadora vai instalar-se: beira de córregos, encostas de morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas ou áreas de proteção ambiental (onde a vigência da legislação de proteção e ausência da fiscalização define a desvalorização)” (Maricato, 1996, p.58).

“O terreno clandestino é o seguinte : é que a área da Capela do Socorro, por questão da lei da proteção ao manancial, é uma área que na verdade não poderia ser loteada né, e aí os loteadores assim mesmo loteavam, e com as vistas grossas dos poderes públicos, o prefeito, o governador, eles conseguiram fazer os loteamentos.”

“(...) pelo menos onde eu moro. Eles também estão falando de tirar o pessoal de lá. Tinha muita gente que estava construindo, e agora pararam de construir, né, porque ficam falando : ‘- Ah, porque a Prefeitura vai tirar vocês daqui, não sei o quê.’ (...)Aí eu falei : ‘- Ah, que nada! Porque a Prefeitura quer esse meio do mato aqui? Não sei pra quê, né?’ Então eu parei de besteira, peguei e reformei minha casa ...”

“Está nessa área. Eu comprei e depois foi que descobriu. Eu comprei na mão do pessoal que abriu o loteamento, só que eu já comprei de segunda mão, não comprei na mão da pessoa própria, que eu já comprei de outra pessoa que já tinha comprado e queria vender, aí eu comprei. Agora estamos lá esperando pra ver o quê que vai dar, né ? Se a gente vai ter um documento, ou se algum dia a gente é arriscado ainda ter que sair, é isso que acontece. E lá, mora mais de oito mil pessoas já, nesse Vargem Grande aí.”

As represas, que demarcam e caracterizam significativamente a região, seja no desenho da paisagem, seja na função ecológica em relação à região metropolitana, são percebidas de forma diversa, muitas vezes contraditória, pelos moradores. Esta percepção parece estar relacionada à possibilidade de recurso imediato, ou não, que as represas representam para o morador. A percepção das represas pelo habitante local está relacionada aos usos reais e potenciais imediatos de sua utilização; há uma valoração do recurso relativamente à possibilidade de apropriação direta, pessoal. A

função social, coletiva, dos reservatórios - como fontes de abastecimento de água metropolitana - é uma função percebida de forma secundária no conjunto daquelas referidas pelos moradores.

Enquanto a terra emerge, para os moradores, como recurso social a partir do seu valor de uso e apropriação para moradia, a água das represas emerge como recurso através de usos e apropriações diferenciadas e, conseqüentemente, com valores e significações também diferenciadas.

“Ah ! É bonito, porque a gente acorda, vê aquela água, assim... bonito.”

“Nunca fui na represa, fia, nunca, não. Ouvi o pessoal falar : ‘ - Ah! Vai pescar na Represa e vai .’ Mas eu nunca fui, nem na Barragem eu nunca fui passear, não.”

As represas, indispensáveis como fontes de água potável, também o são para a subsistência e o lazer.

“(...) por exemplo Guarapiranga. É uma água que é tratada pra gente beber.”

“Bom, nós já começamos assim pela parte da água, que você vê, a represa ali do Guarapiranga, é água que vem pra gente também, e um tempo atrás eu passei por lá e a água estava imunda, estava toda suja. Já tem que começar pela despoluição da água, porque moradores ficam doentes, acontecem vários problemas devido a uma desorganização que já começa da água.”

“Vem de longe essa represa, o povo fala que é Guarapiranga, fica bem atrás da minha casa. E tem muitos pais de família que vivem disso, pescando na água pra vender lá, muitos pais de família que vivem disso, né? Minha cunhada mesmo, ela limpa peixe lá, e ela vive disso aí . É, ela limpa. O povo pega, entrega pra ela e ela limpa. Ela tem o patrão dela lá que vive disso aí, que vende peixe pra fora e ele põe os pescadores pra pescar, e põe o povo pra limpar. Então ela está limpando peixe, tem já uns quatro meses que ela limpa peixe direto pra ele. Então eu acho assim, que deveria ter uma higiene por causa que todo mundo come peixe, não é verdade?”

“É uma coisa que devia ser bem feito, por causa que tem uns peixes lá que a turma vai pescar, nossa! Então, sei lá, é uma coisa que devia ser bem tratada e nada de esgoto. Tem peixe, é uma alimentação pra gente, pras crianças da gente. Então meu marido vai sempre pescar lá, vai sempre fazer piquenique lá na represa, lá na barragem, super gostoso quando está calor, quando a gente tem folga com as crianças, e eles aproveitam legal. Então é errado esse negócio de esgoto cair na represa ...”

Antigamente, de uma forma ou de outra, o homem se instalava perto da água, ‘fonte de vida’ (Vernier, 1992, p.12). Atualmente, a proximidade do homem à água transforma-a de ‘fonte da vida’ em resíduo da vida, resultando na depleção e degradação do recurso ambiental. Segundo Hogan (1995), é só examinar o mapa da cidade de São Paulo para constatar a proximidade dos grandes contingentes populacionais pobres aos corpos d’água. Entretanto, a população moradora não pode ser a única responsabilizada por esta degradação.

A água, segundo preceitos técnicos em saneamento ambiental, além de fonte de abastecimento é também diluente de dejetos (Phillipi Jr., 1988). Esta capacidade, no entanto, acabou por legitimar usos indiscriminados do recurso, levando à sobrecarga do ambiente. “ A região da Grande São Paulo, a mais rica do país, é um exemplo. Somente 59% dos esgotos são coletados e 18% são tratados. O restante é jogado *in natura* nos rios e córregos que transformaram a represa Billings numa lagoa de dejetos e estão ameaçando a represa de Guarapiranga, responsável pelo abastecimento de água de 30% da população da região” (Sobral, 1991). Este problema é o que afeta mais diretamente as populações urbanas no que diz respeito à questão do abastecimento de água da cidade.

“Olha, não era nada do que é hoje. Aqui era assim, parecia assim uma reserva ecológica. Tinha macacos, tinha muitas árvores entende? A represa ela era limpa. Inclusive a represa, hoje, se você olhar daqui, a água que vinha até mais, que era muito maior, ela diminuiu, entende? (...) e a água era limpinha porque na época não havia as favelas, não havia os barracos, então a água ela era limpa.”

“Bom, na verdade sim, isso aqui é uma área de mananciais, entendeu? Isso aqui é uma área de mananciais. E eu não entendo porquê que expandiu tanto. Sabe, se você for lá pra cima no Jardim Noronha, as casas chegam até perto da Represa, quer dizer, onde vão os esgotos ? Pra onde vão, se são barrancos? Desce por onde? Não vai cair na Represa? Não vai cair lá em baixo ? Com certeza vai, entendeu ? Agora, quem que deveria ver isso? Não é só as próprias pessoas, mas o governo deveria estar vendo isso aí, não só aqui, mas em outras áreas também que não poderiam, mas infelizmente estão. (...) Às vezes nem esgoto tem, corre pelo rio, e é água que a gente bebe. Por exemplo, Guarapiranga! É uma água que é tratada pra gente beber, e na Guarapiranga tem muitas casas lá e não tem esgoto e corre tudo pra dentro d’água, tudo vai lá dentro.”

“Moro agora perto da represa, atrás da minha casa era só represa, represa secou. Tem, hoje, acho que mais ou menos umas doze casas lá, mas faz dó, quando chove forte e desce da outra rua, atravessa a avenida e enche a casa tudo d’água, eu nem lá eu ando, porque eu tenho dó de ver aquela miséria. Porque eu sou favelada, como eu falei, mas graças a Deus a casinha limpinha tudo, mas lá não. Eu sinto aquilo, então eu não ando, é difícil.”

“Diz um que é porque não bomba mais aquela água que vinha, bombava pra cá, que está abandonada, ninguém passa, ..., eu passava lá sempre, nunca mais ninguém passou, e eles estão construindo, cada vez mais e está indo, e ali passa esgoto de todo mundo, uns em cano, um encanado, o nosso é todo encanado, mas outro não é, passa a céu aberto, todas as crianças ali, e nós só pode só estar vendo, não pode fazer nada ...”

“Fica tudo nadando. Fica os peixes tudo deitados. Acho que é produto de firma que escorre pra represa.”

“Muitas pessoas falam isso, né. ‘- Não estou nem aí pras reservas, eu quero é achar um lugar pra mim morar.’ (...) Agora eu pergunto, como é que são vendidos terrenos num lugar desses? Às vezes nem são, às vezes vão, invadem e moram lá, tem casas lá que tem anos, ó (estala os dedos), na beira da represa, e é água que o pessoal, às

vezes, até nada dentro, faz até de praia, nada, pesca lá dentro, e aí fica a pergunta, como é que pessoas moram assim na beira da represa e ninguém toma providência, entendeu? Então quer dizer, acho que é também uma questão de necessidade, também isso, da pessoa vir pra cá, também nem tanto por não se importar, às vezes até se importa, mas pela necessidade de não ter um lugar melhor, acaba procurando um lugar aqui, entendeu?”

“Porque o meio ambiente eu acho que seja cuidar da represa, cuidar do esgoto, e mais coisas, um monte de coisas mais que eu não sei explicar...”

A presença abundante das águas das represas contrapõe-se à escassez no âmbito do abastecimento domiciliar.

“(...) que a gente não tem água de rua, só tem água de poço, e na época da seca, a água, falta água, né ?”

“Nós temos água, inclusive onde nós moramos é difícil faltar água, quando nós mudamos praí onde eu moro, nós não tínhamos nem água, nem luz, era um barro! (...)”

A questão da água na região sofre, sobretudo, as conseqüências diretas da questão da terra - suas formas de apropriação, usos e ocupação do solo. Mais uma vez, fica evidente que o mercado capitalista informal da terra urbana está indissociado da segregação ambiental no qual a exclusão é estrutural. “A ilegalidade em relação à posse da terra parece fornecer freqüentemente uma base para que a exclusão se realize em sua globalidade” (Maricato, 1996, p.60). E, uma das faces em que a exclusão territorial se apresenta é o acesso a bens e serviços públicos tais como luz, transportes e água.

“ eu não sei dizer ao certo mas, uma parte veio do ... como é que é? ... Águas Virtuosas ... é Águas Espreadas, aonde o Maluf tirou as famílias de lá, pagou alguma coisa e daí, com esse dinheiro, eles vieram aqui e compraram. Compraram e construíram nessa área e o agravante maior que eu vejo nisso tudo é a falta de água

que nós temos aqui no bairro, porque a falta de água aqui sempre foi muito difícil, mas nos últimos anos isso tem piorado muito(...) aqui na creche eu fiquei sem água treze dias, que não subiu água na caixa. Quando a gente sabe que tem água no bairro, ela não tem pressão devido a essas casas construídas desse pessoal, e a ligação de água deles é clandestina, né? A própria SABESP reconheceu isso. A nossa dificuldade é devido aos moradores que a água é clandestina. Eles fazem a ligação, e a própria SABESP colocou um número de 20. 000 ligações clandestinas que eu acho que deve ser muito mais. Então por isso eles não abrem, porque quando abre o reservatório, o reservatório já termina.”

“... é um direito que a população tinha de ter água encanada, e na nossa região aqui do Rio Bonito até Parelheiros pra lá não existia água encanada. Então nós começamos a fazer essa organização da população, fazendo reuniões, a nossa central de reuniões era aqui na Igreja do Dutra. Foi na época de setenta e nove, por aí, que a gente estava organizando. E até foram formadas comissões pra ir até a SABESP pra que eles dessem uma explicação pra região nossa daqui, com relação à água, de porquê não tinha água pra nossa região. E a resposta deles foram que só iriam pensar num projeto de saneamento básico e de água pra nossa região no ano 2.000. Então até eu me lembro que na região do Grajaú ninguém tinha água encanada, mas tinha água encanada no Clube Aristocrata, que passava por toda a periferia e ia lá no fundão levar água pro Clube Aristocrata. Então a gente questionou, como é que pode ? Passa por toda a periferia da população necessitada e vai colocar água num clube, lá dentro d’uma chácara. E a partir dali então nós organizamos a população e levamos, nessa época, dezenove ônibus lotados na SABESP e fizemos uma assembléia grande lá e naquele dia nós arrancamos, na verdade, o projeto de água pro setor Changrilá, que seria toda a região da Capela do Socorro.”

A real abundância de água na região, decorrente da presença dos reservatórios, não protege aquela população da falta d’água. Ou seja, a aparente abundância do recurso ‘natural’ água torna-se escasso quando transformado - através do controle dos serviços de abastecimento - em recurso ‘social’. Neste contexto, os moradores, quando colocados diante de situações de falta ou intermitência no fornecimento da água,

constróem, por meio de práticas cotidianas compartilhadas - junto a vizinhos, à família, à comunidade - alternativas próprias para a apropriação e usos deste recurso indispensável à sua sobrevivência. “Não basta haver água, ela tem de ser encontrada no lugar certo e na hora certa” (Vernier,1992, p. 11). A fim de satisfazer suas necessidades, o morador procura a água para o abastecimento domiciliar. Além da prática de ‘grilagem’, ou roubo, de água da rede da SABESP através das ligações clandestinas, outras formas de captação deste recurso se apresentam.

“A água era de poço, eu paguei um poceiro vizinho, pra furar o poço pra mim. Foi vinte e cinco, vinte e seis metros de poço que ele furou, então tinha água com fatura. Até que quando chegou a água agora, a gente teve que entupir esse poço. Mas eu tenho um grande desgosto de ter entupido esse poço, que pra mim a água desse poço era muito melhor, porque não faltava água e eu não pagava nada. Agora eu pago um absurdo d’água, ainda falta.”

“(...) ia no colégio levar meu neto na escola, fiquei procurando com as mulheres lá, quem é que tinha alguma bomba encostada pra vender pra mim, comprei a bomba, botei no poço, aí jogava água na caixa, eu usava direto.”

“Tinha bastante gente que pegava até água na mina aí, esse córrego aí que vem aí, ó. Tinha uma mina ali daquele lado, tem bastante gente lá que pegava água naquela mina ali. Só que eu nunca fui pegar lá não.”

“A água era lá na frente né, a água era do homem, nós pegava a água do homem lá, aí o homem trazia pra cá, pegava uma mangueirona e trazia praqui. ‘Adepois’ o homem ... fiquemos pelejando até que veio água pra gente. Água veio pra gente. O povo daí foram e arrumaram água, foram lá na SABESP, lá que arrumaram água pra gente, praqui.”

A SABESP, empresa pública do Estado de São Paulo responsável pelos serviços de saneamento básico, ampliou a rede de águas dos loteamentos ilegais; inclusive àqueles nas áreas de proteção aos mananciais que durante a década de 70 foram incluídos na estratégia do PLANASA, Plano Nacional de Saneamento Básico,

que estendeu o fornecimento à população das diversas regiões metropolitanas. Entretanto, no período entre o final da década de 80 e início da de 90, a mesma empresa se recusou a estender a rede de abastecimento à Capela do Socorro, sob o argumento da ilegalidade da propriedade das terras e da preservação da área de mananciais; já que o acesso a bens e serviços públicos é considerado fator de atração para a população de baixa renda às áreas ainda desocupadas. A empresa alegou que a extensão da rede abriria possibilidades de estimular e acelerar o ritmo de ocupação e adensamento populacional da área.

“Hoje existem bairros ainda sem água mas que são bairros novos, mas os bairros da década de setenta e até oitenta e um que existiam, quase todos eles na verdade a gente conseguiu água.”

“Eu não acho ruim que aumente esse número de casas, não é ruim isso, isso é bom, até mesmo para a cidade de São Paulo, é algo assim que está crescendo, e quando uma cidade aumenta é bom. Mas o que é necessário chegar junto é a saúde pública, né? Que nós não temos saneamento básico, seria um esgoto. A própria SABESP disse que perdeu o controle nessa região, então isso é gravíssimo pra nós, gravíssimo mesmo.”

Esta política de retenção das obras de ampliação da rede de abastecimento, associada ao contínuo e progressivo adensamento populacional resultante da dinâmica econômica excludente do país, acabou por provocar uma escassez desigual e combinada do recurso. Há loteamentos sem água encanada, há bairros com rede instalada e funcionamento regular, e há bairros que, ainda que tenham a rede instalada, sofrem constantemente a interrupção do abastecimento - seja pelo limite de água disponibilizada pela SABESP para a região, seja pela rede ilegal de ligações clandestinas feitas pelos próprios moradores, seja ainda pela precariedade das instalações (muitas vezes a SABESP implantou estruturas leves e de baixo custo em troca da viabilização da extensão territorial da rede). O morador, desta forma se vale, também ele, de estratégias desiguais e combinadas para satisfazer suas necessidades de abastecimento domiciliar. Também aí, ele combina a legalidade e a ilegalidade como

condição estrutural na qual está inserido. Ele combina desigualdades em suas estratégias cotidianas de vida.

“Porque depois quando veio a SABESP e colocou a água encanada (não sei se você sabe que é proibido ter poço), mas nós não queremos anular nosso poço porque é uma água boa e por causa desse problema de falta d’água.”

“E eu tenho água da rua, e é tratada, água da SABESP, e tenho poço também, só que eu não uso do poço, (...) quando acaba da rua eu uso do poço pra lavar louça, dar banho em criança, né, que eu tenho três filhos.”

“Tem água encanada, água da rua. Só que a gente também tem poço, que quando falta a água da rua, aí a gente liga a bomba, e enche a caixa.”

O saneamento é um problema equacionado nos países ricos desde o início deste século, o que faz com que não esteja incluído nas prioridades da pauta ambientalista dos países desenvolvidos. Neste sentido, na agenda ambiental global, o saneamento básico tem sido um problema secundarizado (Hogan, 1995). Entretanto, ele é bastante agudo nos países em desenvolvimento que apresentam altas taxas de urbanização. Ao discutir os problemas ambientais e de desenvolvimento urbano no Terceiro Mundo, Campbell (1992) sugere que se incorpore explicitamente o saneamento básico à pauta de ação em meio ambiente e desenvolvimento. No Brasil, talvez este seja um dos mais graves problemas ambientais no tocante às populações urbanas.

“(...) do lado da minha casa tem esgoto, assim, sujeira, que têm muitos que não tem fossa, aí desce, então a gente que mora embaixo assim, passa o maior esgoto na frente da porta da gente (...)”

“Ah, vou falar, é uma nojeira. Aonde eu moro desce... puseram pra rua, fossa, banheiro, tudo pra rua. Mas é um fedor que meu Deus! Toda hora eu tenho que estar limpando pra não descer pra minha porta. Ah, eu acho tão chato. Já teve a Prefeitura marcando pra passar o esgoto mas ainda não começou nada, que o nosso Prefeito é meio vagaroso.”

Segundo Vásconez (1994), durante as discussões do Tratado de Água Doce, por volta de 1990/91, chegou-se a distorções de acusar as cidades de dilapidarem o recurso água. Posteriormente tais acusações foram revistas, ao se reconhecer que não é a cidade que desperdiça ou degrada os recursos naturais, mas o sistema mundial de produção e consumo. As indústrias contribuem em muito para a contaminação das águas ao lançarem efluentes com substâncias tóxicas, sem que os órgãos públicos tomem providências mais radicais (Grimberg, 1993). Neste contexto, os segmentos mais pobres da população são os que acabam por sofrer as conseqüências de políticas deficientes do setor. Fazendo uma analogia à uma forte imagem da ecologia: no final da ‘cadeia’ dos serviços de saneamento ambiental das cidades, é a população pobre que não recebe água encanada e potável, e se vê, também, na necessidade de produzir alternativas para a destinação dos dejetos domiciliares. Desta forma, cada um produz, a seu modo, uma solução e todas elas acabam por constituir prática social coletiva que engendra uma determinada dinâmica ambiental.

“É que nem uma vez, eles chamaram meu marido pra limpar o córrego. Esse aqui ainda é limpo, que as pessoas cuidam né, mas daquele outro lado ... nossa, tinha até colchão! Aquele povo dali é uma imundície.”

“Vai, meu esgoto, da gente todinho, daquela vizinhança todinha vai pra esse rio, que é bem longe da minha casa, então não sei quantas barras de cano eles fizeram, aqueles canos, canalizado pra cair nesse riozinho, que é onde passa o esgoto de todo mundo que mora nessa rua.”

“Esse córrego aí mesmo, esse rio, só é água da chuva. Sujeira, só se jogarem, porque as coisas de banheiro, de pia, essas coisas tudo, é tudo canalizado, é tudo sua caixa. Cada casa tem sua caixa. Que antigamente aí, quando nós chegamos aqui, meu Deus do céu, não tinha quem passasse aí nesse córrego. Não tinha mesmo. Essas casas mesmo, vizinhas dos córregos aí, se não faz isso aí, ah ... já tinha até ido pra casa do povo.”

“Essas pessoas que moram nas margens da represa, então os detritos caem tudo na represa, é o problema da água, da água contaminada, da sujeira dos ratos, eu acho que esse é um grande problema.”

Ainda que os moradores convivam com a escassez do recurso, em virtude da precariedade do abastecimento, as referências que ficam evidentes sobre como superar essa escassez propõem, em geral, duas estratégias: a expansão e regularização do abastecimento da SABESP associada à manutenção de formas alternativas de captação do recurso - em geral, águas subterrâneas, o poço.

Há pouca percepção a respeito da preservação da água como bem ‘natural’ que, ainda que seja renovável, ao longo dos tempos vem requerendo cada vez mais tecnologias (obras de canalização e reservatórios, tratamentos químicos, etc.) para voltar a ser reutilizada. Conseqüentemente, os moradores quase não se referem a estratégias - sejam individuais, sejam coletivas - para sua conservação. Segundo Vernier (1992), uma das maneiras de ‘perder’ água é não devolvê-la a seu meio de origem - a água subterrânea retirada está perdida para o lençol freático, a água limpa dos rios e represas pode retornar a eles como água residuária -, o que acontece em escala monumental nas metrópoles. Ao lado da depleção do recurso, há uma perda (Alberti, 1997).

“ (...) só se tem uma sujeira alí que precisa jogar água, ao contrário não, chove tanto! E porque lavar a calçada todo dia? Mas tem muitos que lavam.”

“Das vezes, fica o dia inteiro sem água, quando a água chega, ela chega nos lugares mais baixos, né? A gente aqui pra cima não tem água e a turma, a água chega, já vai lavar quintal, lavar as beiradas, não sei porque. Eu não, não fico jogando. Já chove tanto, quando chove eu já aproveito com a vassoura, já esfrego alguma coisa que eu posso, e pronto. Não pode estragar!”

A água é, para os moradores da Capela, reconhecida em suas funções de manancial, abastecimento domiciliar e residuária. E estas funções são percebidas articuladas, vinculadas e relacionadas entre si, tal como ocorrem, de fato, na dinâmica cotidiana da vida da cidade. O recurso é um só e encontra-se em represas, rios,

córregos, minas, poços ou no cano da SABESP. A valoração desse recurso é feita pelo potencial de usos que apresenta tendo sempre em vista a necessidade imediata da sobrevivência - primeiramente o abastecimento domiciliar, para beber, lavar e cozinhar; depois pesca, lazer, transporte e depósito de resíduos. Há uma percepção, não prevalente, da importância mais geral do recurso dos mananciais para toda a cidade.

Assim como na questão da terra, também a água é concebida no contraponto da abundância e da escassez; a abundância 'natural' - dos rios, minas, córregos, represas e poços (águas subterrâneas) -, e a escassez social, quando o recurso passa a estar disponível por meio dos serviços de abastecimento. É este contraponto que faz com que a população utilize estratégias desiguais e combinadas para a utilização da água. Estratégias estas relativas à esfera mais circunscrita de cada família (como a decisão de abrir ou fechar um poço, por exemplo), bem como aquelas de âmbito mais coletivo, tais como: instalações clandestinas, redes informais de encanamento para transporte dos esgotos, canalização de córregos à mutirão ou, ainda, a organização de movimentos sociais reivindicativos para a expansão da rede de abastecimento.

Ar

O ar surge, na percepção dos moradores, exatamente como ele é em sua definição clássica: invisível, sem cheiro, sem sabor mas sustentando a vida. Ele aparece como possibilitador da vida, boa ou má, ele a qualifica. Por sustentar a vida, ele aparece sempre em relação ao habitat, ao meio ambiente e, nesta relação, ele é elemento possibilitador de boa ou má qualidade de vida.

A população identifica o que Kawasaki (1997) aponta sobre a relação entre qualidade do ar e promoção da saúde, ou seja, de como os compostos presentes no ar podem garantir ou não condições melhores ou piores de bem estar, de saúde. Respirar

é, de certa forma, alimentar-se, ainda que a invisibilidade do ar obscureça a evidência dessa função.

“(...) é um ar diferente, que a gente respira, um ar puro, sem poluição. Aqui faz muito bem pra saúde.”

“Então acho que fica uma coisa assim mais bonita, o ar puro, as pessoas tem mais saúde, tira as coisas ruins (...)”

“A gente morava no Largo do Socorro, então ali já era uma região bem poluída porque tem muitas fábricas ali. (...) E ali era muito poluído.”

“Ah! É gostoso mesmo, porque a gente respira outro ar. Porque lá, aquela poluição na cidade, Santo Amaro, aquele lado pra lá, já começa, então nunca é saúde igual aqui.”

“O ar, pra mim é o ar. Que onde não tem planta, sei lá, fica a poluição toda no ar, e com a planta, ela purifica mais o ar. É o que acontece aqui com esse verde que a gente tem, o ar fica mais puro, não tem tanta poluição.”

“Eu acho, eu tenho certeza que o verde, de alguma forma, ele contribui no ar, entendeu? Contribui no ar, pra que a pessoa respire melhor. De alguma forma as plantas, elas têm alguma coisa que elas absorvem que acaba sendo filtrado e trazendo um bom ar pras pessoas, a ponto de você respirar um ar puro, entendeu? Coisa que na cidade você não vê isso e nem tem como.”

Cientificamente, o ar é descrito como uma mistura gasosa que envolve a terra. A poluição é provocada “pela liberação na atmosfera de gases, ou partículas sólidas ou líquidas finamente dispersas, em taxas muito grandes para que possam ser dissipadas ou incorporadas ao solo ou à água”(Nova Enciclopédia Ilustrada Folha,1996). A poluição é, portanto, consequência direta da vida humana em grandes concentrações sociais que provocam sobrecarga de poluentes ao meio ambiente. Ela é tanto maior quanto maiores forem estas concentrações sociais (Phillipi Jr, 1988). Neste sentido, a

poluição do ar - provocada pelos humanos - tem sua origem em várias fontes, o que faz com que a poluição adquira diferentes características.

“Bom pra saúde? Bom, começa pelo ar, você tem muito verde, pra lá você pega muito mais doença porque é tudo muito mais contaminado, porque o ar mesmo contamina.”

“Eu vejo muito falar sobre fábricas, usinas que colocam no ar, através daquelas grandes chaminés assim, densas fumaças que acabam se espalhando no ar, e eu estava lendo outro dia sobre, de ser colocado nessas chaminés, é ... filtros, pra que o ar, pra que as fumaças não saíssem tão poluídas como saem. (...) E ... não só fábricas, usinas, mas também os próprios carros, né, que eu vejo muito falar: ‘- Ó, gente, tem que regular o motor, tem que fazer não sei quê lá no caminhão, no ônibus, pra não sair aquela fumaça preta, aquela fumaça forte que faz mal.’ Não são só as fábricas e as usinas, mas os próprios carros, os ônibus, os caminhões que transitam por São Paulo contribuem muito pra isso. E acabam liberando o gás carbônico que a gente tanto conhece, que acaba até prejudicando a gente, que é em excesso, né? E pra saúde da gente isso é ruim porque você não respira um ar saudável, um ar puro.”

“E temos outro problema também, que ele passa despercebido, mas que ele é também relacionado com o meio ambiente, que eu acho que é o problema do barulho. Só que, infelizmente, o problema do barulho ele parece que ele não entra dentro do meio ambiente.(...) Por exemplo, como as casas aqui são muito próximas, então tem hora que você... um liga um som muito alto dum lado, o outro liga do outro, o outro liga do outro, tem vez que você não agüenta de tanto barulho, entende? O problema assim maior que eu vejo é...eu acho que existe muito barulho na periferia, muito barulho, e é uma poluição sonora que chama, né?”

O ar é o elemento da ‘natureza’, do meio. E o morador o identifica em relação direta, imediata, com a saúde. Isto talvez represente alguma ressonância da teoria miasmática e sua incorporação, transmutada ao longo dos tempos, pelo universo das culturas populares, tradicionais. Ou não. Talvez seja porque o ar é, de fato, o elemento que sustenta a vida, que impregna o primeiro dos sentidos do ser humano, o respirar.

Pode-se viver sem ouvir ou ver (também sentidos imediatos) mas não sem respirar. Respirar é, de certa forma, alimentar-se e sentir, imediatamente, o ar e suas qualidades para o corpo.

Diferentemente da terra e da água, o ar é um recurso que está aí, à vontade, não precisando do trabalho do homem para ser socializado, utilizado; o ar entra pelos pulmões. Por isso, o morador não se refere a ele no contraponto da escassez e da abundância. Ao não precisar ter que transformá-lo em recurso - pois o ar é um recurso disponível em si -, revela-se, claramente, para o morador o papel antrópico nefasto sobre a 'natureza', a degradação do meio: a poluição particulada ou sonora. Ele reconhece que o homem cria barulho e fumaça.

Lixo

A poluição aparece sempre, e de forma recorrente, associada aos elementos físicos terra, água e ar. Ao abordar a construção da paisagem na periferia, o morador refere-se ao adensamento populacional e suas conseqüências no tocante à forma desordenada de ocupação e sobrecarga do espaço, da terra. Referências ao saneamento básico surgem estreitamente vinculadas à questão da água, seja a das represas, a dos córregos e poços, ou aquelas residuárias. O ar aparece, de forma evidente, como veículo de gases e sons nocivos. Apenas o lixo aparece em separado, destacado, ressaltado, num nível relativamente desvinculado dos fatores físicos.

O lixo é, essencialmente, fruto da ação humana sobre o ambiente. O lixo é resultado do trabalho social do homem em suas atividades de produção e transformação das coisas para seu usufruto.

O lixo constitui resíduo das atividades humanas em geral, e qualquer material se torna um resíduo quando o homem não o considera mais dotado de valor suficiente para conservá-lo. Em altas densidades provoca o agravamento de problemas causados pelo próprio homem (Organización Mundial de la Salud, 1991). O processo de urbanização, como é sabido, engendra a crescente produção de resíduos sólidos e os

primeiros indícios de lixo humano datam do período neolítico no Oriente Médio, quando do início de grandes aglomerações de população (Crosby, 1993).

Os primeiros processos de manipulação de resíduos sólidos visavam afastar para bem distante tudo o que sobrasse das atividades humanas, devendo ter surgido daí a prática do lançamento dos resíduos sólidos ao ar livre, bem como em cursos d'água (Phillipi Jr, op. cit.).

“O povo é ‘desmanzelado’, joga o lixo na rua, joga as garrafas, joga tudo ...”

“Às vezes também quem faz a nojeira é o povo. Porque às vezes um come, toma um refrigerante, joga, pega um lixo joga, então a água, quando vem, leva tudo, aí entope, né? Então, se eles não fizessem isso aí a rua mantinha limpa mais um pouco.(...) então isso tudo daí vai acumulando, aí vai entupindo os bueiros. Então é o povo mesmo que faz a nojeira.”

“Que nem lá mesmo onde eu moro. Na rua onde eu moro tem uma calçada lá que a mulher não fez a calçada, então o povo joga entulho lá, então as galinhas ficam ciscando, desce pra rua. Então aquilo ali fica tudo empoçada a água.”

“O lixeiro não entra aqui na viela, não. É proibido entrar na viela. Que todo mundo leva o lixo pra lá, mas tem que levar com o dia certo. A culpa aqui é do povo mesmo que são porcos, que as vezes o lixeiro passa e não levaram o lixo, aí depois que ele vai jogar o lixo lá, depois que o lixeiro passou. Aí o lixo fica lá.(...) O povo passa o lixo hoje, leva o lixo. Aí quando é amanhã o lixo já está lá de novo, que o povo esquece de levar o lixo.”

O despejo do lixo continua sendo o método mais freqüente nos mais diferentes países, apesar do grande desenvolvimento tecno-industrial mundial. Predomina a prática do despejo bruto, ‘selvagem’. Atirado à água ele contamina e contribui para o assoreamento de rios e represas; atirado à terra ele contamina e consome espaço (Vernier, 1992).

Na Bacia do Guarapiranga, a principal fonte de poluição provém do fluxo de esgotos domésticos que chega ao reservatório. A Billings é contaminada não apenas

por esgotos domésticos como também por resíduos industriais. Os resíduos sólidos constituem, igualmente, “outra fonte importante de cargas de dejetos que atingem o manancial. A poluição é causada pela lixiviação de resíduos sólidos dispostos inadequadamente em córregos, terrenos desocupados, depósitos de lixo” (Gondolo, 1998, p. 325).

A prática do ‘despejo’ bruto, incorporada à cultura das populações através de gerações, ganha nova dimensão no contexto atual da dinâmica de urbanização. No espaço fragmentado das metrópoles, em que há o privilégio de superespaços multifuncionais privados articulados entre si secundarizando os espaços de domínio da vida cotidiana do cidadão comum, do comunitário, do público, cria-se uma realidade de espaços diferenciados, valorizados diferentemente. Há territórios nobres - isolados, privatizados, equipados, organizados, limpos, articulados entre si - e há o vasto território disforme, dos comuns - emaranhado, público, ilegal, da apartação social, ‘caótico’, diversificado. Todas as estratégias econômicas e políticas privilegiam os superespaços privados em detrimento dos espaços públicos, que se transformam, cada vez mais, em terras de ninguém (Rolnik, 1994). Esta dinâmica de produção social do espaço urbano, associada à cultura secular do despejo, legitima a prática de apropriação privada do espaço de domínio público o que acaba por se revelar nas atitudes da própria população quanto à destinação do lixo. Ela também ‘privatiza’, a seu modo, o espaço do outro, coletivo, jogando o lixo em qualquer lugar. Ao despejar o lixo no espaço ‘do outro’, o morador - quando se percebe incomodado pelos odores, vetores, estética da paisagem, etc. - deposita nesse outro a responsabilidade; é como se a esfera pública, comum, fosse o outro, do outro, e não lhe dissesse respeito.

“Mas não adianta nem falar porque o povo não liga. Porque eu acho nós é que temos que cuidar das coisas da gente, da frente da casa da gente, arrumar as coisas direitinho, que nós é que temos que limpar. Mas o primeiro que faz a imundície é o povo morador, que mora. Por isso que vira favela!”

“Eu estou cansada de encher sacola de lixo que vem da porta dos outros e pára na minha ... Caminhão passa hoje, na parte de cedo, quando é de tarde já tem, cinco, seis

sacos de lixo lá, cachorro rasgando, isso aí é muito chato. Os donos das casas precisam ter um bocadinho de consciência.”

“(...) porque é uma falta de conscientização do próprio morador. Primeiro, o morador ele exige muito, mas ele próprio, ele não se beneficia, ele não procura fazer por onde, entendeu ? O quê eu quero dizer por isso? É que ele próprio em vez de, por exemplo, de pegar um saco de lixo e colocar num cestinho, depois vem o caminhão e pegar, não, eles simplesmente jogam no terreno. Por exemplo, esse terreno aqui da frente quando você for passar, vai ver muito lixo ali, ali é infestado de rato. Então quer dizer, o próprio morador ele acaba trazendo a doença pra dentro de casa, quer dizer, ele acaba colocando em risco não só ele mas a família dele e os próprios vizinhos também . Ele próprio não toma consciência, ele exige, exige, exige e ao mesmo tempo não exige dele próprio, ele exige dos outros mas não dele.”

Todos os objetos úteis são produzidos a partir de matérias brindadas pela natureza. Uma vez, porém, convertidas estas matérias em objetos úteis, a sua materialidade natural deixa de importar. Segundo Soper (1995), a natureza é vista como aquela parte do ambiente que não foi tocada ou criada pela mão do homem. Neste sentido, nesta sociedade, impera a valorização do objeto em si - fruto da evidência do trabalho humano -, onde a matéria natural da qual é composto o objeto perde interesse. O produto passa a interessar apenas enquanto elemento de satisfação de necessidades sociais criadas e reproduzidas pelos homens nas suas relações com a natureza em si (Foladori, 1996). O quê quer dizer que, na nossa sociedade, o valor dos elementos da natureza é obscurecido nos objetos criados e recriados pelos homens. A matéria-prima original e os processos de transformação que ela sofreu e que se encontram embutidos, contidos nos objetos, vão ficando cada vez mais subsumidos, irreconhecíveis na aparência dos objetos. Isso faz com que a natureza ‘desapareça’ do nível das trocas, do mercado, destes objetos. Estes parecem existir, nesse mercado, desvinculados de qualquer valor outro que não o estritamente sócio-humano, parecem valer apenas pela sua aparência de troca. O seu valor de uso aparece aos olhos de todos como valor estritamente social, ou seja, como valor estritamente criado e

absolutamente controlado pelos homens, aparentemente sem qualquer relação com a natureza. Por isso, quando o valor de uso dos objetos perde razão de ser, ou seja, quando o objeto perde sua utilidade imediata, ele é transformado em resíduo, dejetos, lixo. E acaba, então, retornando à ‘natureza’, de forma imediata ou não. Agora, entretanto, ele retorna a ela como um estranho.

Em áreas de grande adensamento populacional, como as cidades, a quantidade de lixo cresce em dimensões desproporcionais tendo em vista o padrão de desenvolvimento industrial predominante; e o morador acaba por sentir cotidianamente este problema do acúmulo de resíduos. “As percepções estão centradas na maioria dos casos nos constrangimentos e desconfortos que estes agravos provocam na rotina e nas atividades do cotidiano doméstico” (Jacobi, 1994, p.149). Ao se deparar com o lixo nos terrenos baldios, nas calçadas, nos córregos, nas bocas de lobo, etc., a população se incomoda e se dá conta de que o ambiente - o espaço ‘natural’ - foi invadido, afetado pela ação humana. A presença do lixo configura, visivelmente, o real impacto da ação antrópica sobre o meio. Ela concretiza o uso indiscriminado, desvalorizador, da natureza. E é somente diante deste quadro que o morador requalifica o espaço, o ambiente como um todo, o espaço ‘natural’ também. Ao se ver diante do lixo, a população estabelece algumas relações entre dejetos e natureza, apropriação e transformação da matéria natural e sua destinação. A quantidade produzida e o incômodo que o lixo representa são percebidos, neste primeiro momento, através do espaço, ou seja, são percebidos quando se verifica o uso inadequado dos espaços urbanos disponíveis e pela presença, neles, dos vetores de doenças.

Ainda que dentro dos parâmetros de externalidade em relação à natureza e aos processos naturais (o morador não se questiona, por exemplo, a necessidade ou não de produzir tanto lixo e tão poluente), o morador vê, no entanto e claramente, o potencial de destruição da intervenção humana sobre o meio ambiente.

“Então, eu vim de uma região do interior do estado de São Paulo. Eu fui criada assim num sítio, estava sempre suja, em contato com a terra, em contato com tudo, mas é uma coisa diferente disso, desses esgotos. Aqui você não pode andar descalça. Então é uma coisa muito assim ... uma situação de sempre nojo, sujeira, de muitos insetos, e eu tento trabalhar em cima disso.”

“É, quando tem um terreno aqui que não tem casa, só tem capim fino e lixo, não tem mais essas plantinhas que servem.”

“Não só a poluição do ar, mas a poluição terrestre também, as coisas, os produtos químicos que são jogados, aqueles garrações de plástico que contém produtos químicos que eles usam, depois jogam fora, tudo aquilo lá prejudica porque está em contato com a terra. A terra acaba absorvendo aquilo, e a terra deveria ser uma coisa produtiva, e acaba ficando contaminada. Por exemplo, você planta alguma coisa, às vezes aquele produto está crescendo contaminado. E é uma coisa que você come, que eu como, né? Acaba pegando doença...”

Ao reconhecer o lixo como produto exclusivo do trabalho humano, de uma dinâmica social que se apropria e transforma permanentemente a natureza, o morador reconhece também o seu papel de sujeito social neste processo, ou seja, reconhece a ação determinante do homem na produção destes dejetos. Esta percepção traz a problemática do lixo à esfera da ação social propriamente dita. Há o reconhecimento de que as práticas sociais podem e devem ser transformadas tendo em vista a solução deste problema. Segundo os moradores, tais práticas devem incorporar a conscientização. Ao discutir estratégias políticas sustentáveis, Campbell (1992) aponta que é importante reconhecer o impacto positivo e potencialmente decisivo que os recursos de informação e educação podem produzir para melhorar a qualidade de vida no ambiente das grandes cidades.

“(...) pode até ser engraçado isso - mas é ignorância por parte das pessoas. Acho que falta de informação; também pode parecer incrível isso, mas acho que falta informação pra essas pessoas, embora elas saibam algumas coisas, mas elas acabam não sabendo tudo. Então eu acho que esse tipo de comportamento de uma pessoa, acho que acaba contribuindo pra isso, a ignorância própria da pessoa, acho que acaba contribuindo.”

“(...) é difícil a gente trabalhar e conscientizar pra não jogar um lixo no chão. A gente percebe que há uma resistência, então pra eles é normal, se você vai na casa de

alguém, o lixo está entrando pela porta adentro. Então ela convive com esse lixo e parece que não faz questão disso.”

“As pessoas também não têm uma educação nesse sentido de que, por exemplo, se o lixo fica na porta da casa dela, aquilo ali, o rato vem e... que isso aí transmite doença, entende?”

“Os lixos estão espalhados por todo o canto, mesmo na rua onde passa o lixeiro, aonde você trabalha, aonde você ensina ... você percebe que os terrenos, que estão todos cheios de lixo, mesmo passando o caminhão de lixo na rua. Então as pessoas precisam receber ainda muita orientação para não continuarem destruindo como está sendo. E nós, aqui, parecemos um pingo no oceano porque embora você trabalhe, você fale, está sendo difícil. Porque as pessoas, elas são difíceis de se conscientizarem, elas não se conscientizam. Ao invés de recolherem o lixo, colocarem adequadamente na rua para o caminhão levar, elas preferem jogar num terreno ao lado da casa.”

O processo de conscientização sobre a questão do lixo caminha paralelo à produção de práticas sociais coletivas, comunitárias, de solução do problema. A partir do momento em que os moradores reconhecem o lixo como um problema social, público, seu próprio e não apenas como um problema do outro, e mais, que este problema afeta o seu ambiente, a sua saúde, a sua vida, ele toma iniciativas coletivas, conjuntas, de caráter público. Para tanto, a população aproveita os próprios recursos e talentos das pessoas que a integram. No universo do dia a dia, o ato de fazer é imediato ao ato de pensar. Os moradores, por meio de suas iniciativas, desencadeiam estratégias próprias, criadas e conduzidas coletivamente, de sustentabilidade local. As necessidades de sobrevivência colocam à população a necessidade de conservação (Alier, 1995).

“Aqui não tem jeito de fazer coleta de lixo porque não tem lugar. O seu Florisvaldo fez uma coleta de lixo lá em cima. Acho que já acabou lá, ficou bonito pra caramba. Aqui no fim dessa viela, dessa rua aqui, lá em cima lá. Porque lá era pior de que aqui. Porque lá é assim um abaixado. Quando a chuva vem que entra lá ficava um ‘

lameiro'. Eles fizeram agora uma coleta de lixo lá, fizeram de bloco e tudo, que é pra pegar o lixo e jogar tudo ali dentro (...)"

"Eu não sei se a senhora sabe. Esses condomínios fizeram assim uma coleta que cada um dos moradores tem a chave pra jogar dentro, fica mais melhor. Aí o lixeiro vem, um abre e ele carrega, não precisa ficar essa imundície."

"Aonde as pessoas se mobilizam entre os moradores e discutem aonde colocar o lixo. Eu estou me lembrando agora de que nessa semana eu conversei com algumas mães e uma delas me disse que na rua deles existe uma pessoa que é encarregada de recolher o lixo e colocar tudo em um local apropriado, uma grande cesta, pro caminhão passar lá e pegar, então é uma coisa que partiu deles, dos moradores, de estar fazendo isso."

"Ó, minha filha, eu cuido daqui de cima, da beira da calçada, tudinho. A minha menina também cuida lá embaixo. Se tudo cuida do seu pedacinho, as casas, a rua fica limpa, bonita e não entope os esgotos, é ou não é? Aqueles bueiros grandes, está tudo estragado, tudo entupido por aí, mas quem é o culpado? É o povo mesmo, não culpo a Prefeitura, ela já põe o lixeiro."

O lixo requalifica a percepção do morador sobre como acontece a produção social do ambiente nesta sociedade, ou seja, torna mais claro o papel antrópico sobre o meio. Em terra, água e ar, a ação antrópica aparece. Mas quanto ao lixo, isso fica mais evidente. O lixo é essencialmente humano e, como tal, ele é 'despejado' nos espaços da natureza, 'natural' ou 'construída'. A sua presença denuncia a ação do homem, diante de si mesmo e da natureza; o lixo entulha, entope, cheira mal e produz doenças. Neste assunto não há como recorrer a Deus, a uma natureza não tocada pela mão do homem. O lixo é a natureza humana (tal como está estabelecida nesta sociedade). E evidencia todas as dificuldades que se tem de agir com o ambiente, e contra o ambiente.

A dinâmica meio ambiente e vida social, ou natureza e sociedade, revela-se sempre e cotidianamente na existência de todos, indivíduos e coletividades, ainda que em diferentes gradações.

No caso das populações da periferia das grandes metrópoles - como as da região da Capela do Socorro em São Paulo - todos são desafiados a dar-se conta cotidianamente dos impasses e arranjos envolvidos no contraponto meio ambiente e vida social, na produção social do ambiente. Talvez se possa dizer que, aí, este é um desafio constante, produzido e reproduzido no dia a dia, muitas vezes assumido conscientemente, muitas vezes somente revelado pelas diferentes estratégias concretas de adaptação ecológica ao meio.

III. A Produção Social da Saúde-Doença

As enfermidades são palpáveis, mais evidentemente percebidas do que a sensação de bem estar, de estar saudável, que é menos palpável, menos evidentemente percebida. O estado de bem estar, identificado como saudável, é qualquer coisa sobre a qual se tem, sobretudo, uma sensação e, apenas, uma idéia: organicamente, trata-se de um padrão ideal, que não se sabe muito bem no quê consiste e que, portanto, só é atingido mediante condições não apenas bio-físicas mas psico-sociais também. Saúde, assim compreendida, é um objetivo do qual se procura aproximar. Saúde é um estado, uma condição.

A população que vivencia bio-psíquica-socialmente esta condição, através do simples ato de sobreviver, reconhece também, a seu modo, que a saúde não revela causas específicas tão evidentes como se pode perceber na doença. Um exemplo claro são as enfermidades infecciosas, nas quais a presença de uma bactéria patógena ou

vírus pode causar doença e, entretanto, a sua ausência não é, imediatamente, causa de saúde.

Esta falta de elementos e dificuldades em definir o estado de saúde faz com que seja impossível dissociá-la da doença. A única coisa que se pode afirmar é que saúde-doença representam graus opostos e relativos entre si de variações biológicas do organismo humano. Saúde-doença são a resultante do organismo humano em adaptar-se física, mental e socialmente às condições variáveis do ambiente de vida do homem.

Ainda que na medicina a palavra ‘normal’ seja utilizada correntemente como sinônimo de saúde, não há como definir saúde enquanto sinônimo de normalidade. Em termos biológicos, por exemplo, normal corresponde a variações constantes, ainda que extremamente delicadas e apuradas, em torno de um padrão médio característico para uma população dada num ambiente específico (Martin, 1979). A normalidade, em biologia, consiste num ‘equilíbrio dinâmico’ que varia em relação às condições do ambiente. A estrutura física e as forças do meio ambiente sofrem alterações constantes, lenta mas inexoravelmente. Além disso, todas as formas de vida estão em evolução contínua, dando sua própria contribuição para a modificação ambiental (Dubos, 1968). Portanto, a normalidade não pode ser mais que um padrão médio que, em realidade, não é concretamente atingido. Nesse sentido, ainda que o homem considerado não esteja incluído neste padrão médio, está também, concomitantemente, submetido a tantas variações biológicas e ambientais que não há como definir um modelo fixo de normalidade em saúde.

Desta forma, saúde não é um fim em si mesmo, um padrão de normalidade, de bem estar ideal a ser atingido. Saúde é movimento. Saúde-doença é um processo de compensação, descompensação, adaptação, readaptação, desadaptação, compromissos que mudam, se perdem, se ganham, são reconquistados e redefinidos.

Para quem vive na Capela do Socorro, a saúde também não é percebida como um estado a ser alcançado. Saúde, para o morador, é uma condição. Condição para viver bem, para trabalhar, para desempenhar funções sociais, para a reprodução da vida, condição de vida. “A saúde é, antes de tudo, uma sucessão de compromissos com a realidade” (Dejours, 1986, p.11).

A saúde é estar bem, ter disposição, higiene, uma boa alimentação, sentir-se bem para trabalhar, viver com conforto, não depender dos outros para fazer as tarefas cotidianas, prevenir-se e prevenir aos outros de doenças. Por isso saúde é tudo. Uma condição para a reprodução da vida, de si mesmo e dos outros ao seu redor.

Neste sentido, a saúde emerge, no discurso do morador, em seu componente qualitativo, de valorização dos processos de vida (Rodrigues, Sabroza, Leal e Buss, 1992). Ele pensa a saúde no sentido positivo do conceito, aproximando-o dos problemas da qualidade de vida e de sua condição de existência, tendo por referência, sempre, sua condição social. A saúde significa uma condição para a satisfação das exigências e demandas que o cotidiano cria para as pessoas na tarefa de reprodução da vida.

A saúde impede o sofrimento, que é não conseguir satisfazer “as exigências e demandas de seu ‘modo de andar a vida’ cotidianamente” (Souza, Kalichman, Matida e Komatsu, 1992, p.2). O sofrimento é a incapacidade para conduzir a si e aos outros ao seu redor - filhos, familiares, vizinhos, pares. Por isso, a saúde está instalada nos indivíduos como condição para a vida, como movimento para a reprodução da vida.

“Ah, uma boa alimentação, que é muito importante, e o bom estar em todo assim... É muito importante a pessoa ter um trabalho, ter um conforto, viver bem com tudo.”

“Uma boa saúde ? ... É você viver num lugar onde você se sente bem, começa daí. Você tem que estar bem com a alma pra também cuidar do corpo. Eu acho assim, se você não está bem com a alma o corpo não vai ficar bem.”

“Bom, saúde pra mim é quando o organismo, a pessoa, em si, se sente bem com ela mesma naquilo que ela respira, no seu próprio corpo. Mas saúde também não é necessariamente o corpo humano em si. Pra mim saúde é ter limpeza, é ser limpo, entendeu? É procurar fazer por onde pra que você não contribua pra que você fique doente ou outras pessoas fiquem doentes.”

A saúde é fenômeno da vida, e a vida e o ambiente são inseparáveis. “A vida e o ambiente são inseparáveis e o interrelacionamento entre ambos é íntimo e constante. Em decorrência, a evolução dos seres vivos se dá à mercê de sua adaptação ao meio em que vivem, e que lhes determina as características estruturais, funcionais e de comportamento. Como resultado dessa inter-relação, estabelece-se o caráter e a própria natureza do fenômeno vital” (Forattini, 1992, p.8).

E o morador articula essa condição de saúde para a vida ao contexto no qual está inserido. Ele articula a sua saúde a uma relação com o meio - seja ‘natural’, seja social. E, ao fazê-lo, o morador evidencia também a percepção de “um ‘modelo’ de explicação específico para entender os fatores extra-biológicos do processo saúde-doença” (Pereira, 1983). Reconhecer a saúde como uma condição da vida para além de uma natureza biologizante do corpo e de seus estados de saúde ou enfermidade, é reconhecer o homem - são ou doente - para além de uma estrutura com funções. É reconhecê-lo como elemento do meio. Há uma certa ‘plasticidade’ do indivíduo em relação ao meio, isto é, infinitas alternativas de estruturação do estado de saúde dos mesmos indivíduos num mesmo ambiente. E esta ‘plasticidade’ dos indivíduos, grupos sociais e comunidades às condições ambientais vai determinar integralmente esses seres no contexto em que vivem.

Cada grupo social desenvolve um padrão distinto de relação com a natureza, o que vai conformar condições genéticas e fisiológicas típicas a partir dessa relação com o ambiente. Portanto, os processos da vida, nascimento, crescimento, adoecimento, morte, não são idênticos para todos os grupos, visto que as condições biológicas, bem como as sociais, também são diferenciadas para os diferentes grupos humanos em sua relação com o meio. E este meio já não é mais natural, ‘intocado’, é um meio socializado, e a natureza espaço socialmente organizado. A natureza, então, não é apenas um recipiente de climas, espécies vegetais e animais, mas um mediador territorial da reprodução social (Breilh, 1994). Neste sentido, meio é o território onde se produzem, reproduzem e desenvolvem os modos cotidianos de ‘viver a vida’ social, onde ocorrem todos os processos da vida, inclusive os de saúde-doença (Schaiber, Mendes-Gonçalves, 1996). Desta forma, o fenômeno da saúde no universo dos homens não é apenas um fenômeno biológico, mas um processo bio-social integrado,

dinâmico. A saúde é percebida em sua determinação social, sofrendo transformações em conformidade com os fatores que lhe são condicionantes (Vilaça Mendes, 1996), devendo-se levar em conta não apenas os fatores biológicos mas outros que também intervêm em sua determinação e variação (sociedade, ecologia, ambiente, cultura, etc.).

“Na minha opinião, a primeira coisa, as condições de saúde da população é ruim na nossa região. É muito ruim porque dentro deste contraste que tem da falta de moradia, as invasões, os loteamentos que fizeram, tudo, não existe, na verdade, existe muito pouco a questão de saneamento básico, então eu acho que na nossa região, eu acho que Deus está com a mão em cima porque senão a situação seria muito pior. Diante da condição em que nós vivemos, a falta de saneamento básico, a falta de tudo aquilo que é importante pra uma família sobreviver. E quando você entra, por exemplo, numa favela aqui da região do Grajaú é que você vê a questão que as pessoas vivem, o modo, o sistema que as pessoas vivem, e aí você chega até a pensar, ora, se Deus não pusesse a mão em cima desse povo, não sei o que seria desse povo, porque só por Deus que não acontece uma epidemia muito forte, na área tanto do Grajaú como toda área da Capela do Socorro. Então a questão de saúde do povo é muito ruim na nossa região.”

“Bem ... eu acho que eles estão comprometidos, porque muitas casas não têm mesmo a higiene, a gente até encontra crianças que não sabem como usar uma torneira ou mesmo um vaso sanitário, que a gente percebe que muitos deles não tem em casa. Então a gente fica assim muito preocupado com essa situação.”

“Saúde. O que é ? Saúde é higiene, é um pouco, né? Pode ser isso aí. Porque tem que ter, eu acho que as pessoas tem que ter isso aí, porque é uma convivência das pessoas. É igualmente você ver uma cidade limpa; se ela estiver suja não está feia ? É que nem a pessoa também.”

Saúde-Doença

Saúde-doença não são estados em si, mas, ao contrário, contingências que se opõem relativamente uma à outra, em constante movimento no processo da vida.

Não parece possível definir saúde em termos absolutos e somente objetivos, muito menos pensar que saúde é a simples ausência de doença. Saúde e doença são fenômenos do processo da vida, e por isso um processo que varia sempre segundo os tempos, os ambientes e as circunstâncias ecológicas. Na medida em que estes conceitos são muito variáveis são, por isso mesmo, dinâmicos, históricos e se transformam de acordo com as épocas, mais exatamente com as condições de vida das populações e culturas de cada época. “O ‘indivíduo são’ é aquele que mostra e demonstra uma harmonia física, mental e social com o seu ambiente, incluindo variações biológicas (posto que nenhum estado é definitivo), de tal forma que possa contribuir com seu trabalho produtivo e social ao bem estar individual e coletivo” (Martin,1979, p.60).

O homem é uma das expressões da vida, dos seres vivos, e qualquer questão que se refira aos homens dificilmente pode deixar de considerar a sociedade específica em que vivem, num certo tipo de estratificação social na qual estão inseridos, um certo sistema de produção econômica e de distribuição de bens e serviços, na qual está se dando o processo saúde-doença (Pereira,1983).

“É muito importante a pessoa ter um trabalho, ter um conforto, viver bem com tudo. Porque a pessoa que está desempregada, não tem, chega em casa, as crianças querem comida, não tem, é aquele desespero, aí vai pro bar, vai beber mesmo que não tem dinheiro, né, e é aonde acontece só coisa ruim.”

Segundo Laurell e Noriega (1987), na sociedade capitalista, por exemplo, o conceito de doença explícita está centrado na biologia individual, fato que lhe retira o caráter social. O conceito de doença oculta, quer dizer, que está subjacente na

definição social do que é doença, refere-se à incapacidade de trabalhar. Não há dúvida de que o conceito de saúde-doença como condição para o trabalho está contido neste marco histórico que é o capitalismo. E é neste contexto histórico-social que vive o nosso morador.

Para quem reside na Capela do Socorro, periferia da cidade de São Paulo, é assim. Assalariados - em sua grande maioria -, os moradores da região contam com a sua saúde como condição para a produção e reprodução da própria vida. A sua força de trabalho “é uma mercadoria muito especial. Com efeito, ela possui a propriedade particular de ser uma fonte que cria valor” (Engels in Marx, 1975, p.14). Valor, este, inestimável para aquele morador que depende do único instrumento do qual dispõe para produzir suas condições de existência. Este fator é predominante na hora de definir qual condição é fundamental para a saúde; ou seja, é a condição para o trabalho.

Ainda que “os trabalhadores, por sua vez, vejam a saúde de forma distinta da empresa e dos médicos. Sem dúvida, também para eles pode ter vários significados. Um primeiro se assemelha ao da empresa, já que a saúde é necessária para poder trabalhar. Perder a saúde é perder o trabalho e começar a ter problemas para ganhar a vida” (Laurell e Noriega, 1987, p.14).

“Saúde é a pessoa não sofrer nada de doença e ter força e vontade de trabalhar, que graças a Deus, desde nova eu fui uma guerreira pra trabalhar. (...)”

“(...)nunca estou doente, por causa que eu trabalho!”

“(...)Ficando doente você não vai poder trabalhar, não trabalhando você não recebe salário, não recebendo você vai começar a passar fome.”

Verifica-se, então, que saúde é condição para o trabalho, para viabilizar os compromissos com a realidade, no caso, a sua sobrevivência e a reprodução da família. A saúde, como diria Dejours (op.cit.) é “uma coisa de que se depende”. Por isso ela é valor. Daí o seu valor.

Há, portanto, uma confirmação do ‘status quo’: ter saúde para vender a força de trabalho. O morador também, a seu modo, não pode escapar da sobrevivência através do único recurso de que dispõe, o seu trabalho. Há, entretanto, uma percepção crítica desta condição na medida em que ele reconhece que o trabalho lhe é, de fato, o único recurso vital do qual dispõe, seu único valor. É por isso que a ausência de trabalho pode significar o retorno à condição da doença, porque sem ele o valor da vida não se realiza, sem o valor do trabalho não há como se apropriar de recursos úteis para a vida, nada mais restando, então, senão a escassez.

Ainda que no marco do capitalismo predomine a lógica do valor da força de trabalho para a troca, para aquele que trabalha, na prática cotidiana de reprodução da vida, este valor adquire também a adjetivação da utilidade, de uso. O potencial útil do trabalho para a satisfação das necessidades, e aí incluindo as condições de saúde, por exemplo, decorre, no contexto das práticas cotidianas, imediatamente, do trabalho como valor de troca. E ainda, de certa forma, o morador reconhece mais. Reconhece a condição na qual está inserido mais amplamente, onde o quê obtém com o seu trabalho é o estritamente necessário para a mera conservação e reprodução da vida.

“Saúde é a pessoa não sentir nada, não sentir dor de cabeça, não sentir dor nos ossos. E a gente viver com saúde e pedir força e coragem a Deus pra gente trabalhar pra manter a casa, pra não faltar nada pros filhos da gente e pra gente também, não é isso?”

“(...) E a saúde, isso. Se eles tivessem o alimento, dormisse bem agasalhadinho, tomasse o banhinho, fosse dormir bonitinho, não ficava doente, porque na minha casa os coitadinhos dos meus netos, são tudo pobres, mas graças a Deus, são.(...)”

Na medida em que o trabalho se revela como a única e real possibilidade de reproduzir, concretamente, a vida cotidiana, a ausência dele - o desemprego (estrutural e que cresce e se expande velozmente) -, acaba por condicionar, por sua vez também, a percepção sobre saúde. O trabalho é um elemento fundamental para a saúde porque ele realiza, através de seu potencial de uso, um valor que possibilita ao morador a sua

própria reprodução. “Se o trabalho pode ser perigoso, se pode ser causa de sofrimento, é preciso também compreender que o não trabalho é igualmente perigoso. Penso que os exemplos desses últimos anos, particularmente o desemprego, mostraram a que ponto o fato de não trabalhar, de não se ter atividades, pode engendrar doenças” (Dejours, 1986, p.10). A permanente ameaça do desemprego evidencia e revalida a crença no trabalho como valor. Ainda que os moradores detenham sua força de trabalho - condição para a vida -, a realidade do desemprego faz com que ela não se realize enquanto tal. Sem trabalho não há como reproduzir a vida. Isto reforça a crença intensa no valor do trabalho, e a saúde emerge sempre como condição para o trabalho. O desemprego estrutural, ameaçador, revalida fortemente esta percepção, revalida uma situação de fato.

“Se eles não têm emprego, como que eles vão dar condições das crianças viver? Eles andam descalços, descalços eles pegam vermes.”

“Saúde, o que é ?(...) Agora que hoje as pessoas não tem muita oportunidade também, que vive jogado, às vezes, né? Muita gente vive jogado, cai no desespero. Vamos supor umas famílias que vivem nas favelas, é tristeza, que não tem um recurso de nada. Vive ali empenhado porque é pra viver. Não tem futuro nenhum, tem?”

Condição para a produção, reprodução e conservação da sua própria sobrevivência e de sua família, o trabalho é identificado pelo morador como seu único recurso disponível - tanto em termos de ser aquele único do qual dispõe, quanto aquele único do qual pode dispor inteiramente (todo o resto não lhe pertence). E este recurso, além de ser social é, também, ‘natural’. São as “forças naturais de seu corpo, braços, pernas, cabeça e mãos” (Marx, 1975, p.202) que lhe possibilitam imprimir forma útil à sua própria existência. Se a saúde é condição para realizar este potencial de recurso vital que é o trabalho, a incapacitação para esta condição é o oposto da saúde, a doença. Por isso, *“Saúde é a gente ter saúde pra trabalhar. Saúde é isso. Saúde é tudo”*.

Como se vê, não existe uma definição da doença em si. Ela é definida relativamente à saúde e como condição para o trabalho.

Saúde-doença constituem, portanto, modalidades da condição para o trabalho. Quem não tem saúde não trabalha. E mais, através do trabalho - elemento possibilitador de recursos para a vida - o estado de saúde pode retornar ao de doença, com a fome, a escassez.

“(...) as crianças não têm conforto, os pais desempregados, não tem às vezes uma alimentação, assim, certa pras crianças, né?”

“(...) essas coisas das crianças, sempre essas doenças, né? Uma pneumonia, verme, que eles andam descalços, não alimenta bem. Às vezes, no tempo do frio, eles passam muito frio, que os pais não têm, não podem comprar agasalho, pra eles ficarem bem quentinhos, agasalhados; tudo isso acontece.”

A doença surge invariavelmente como expressão de um estado de saúde socialmente determinado em função das condições de vida, de trabalho, de alimentação, etc. dos indivíduos, e não apenas como desequilíbrio biológico do organismo. Há padrões distintos de desgaste-reprodução, dependendo da relação entre o homem e a natureza. O processo saúde-doença é dado por aspectos que são, ao mesmo tempo, sociais e biológicos (Laurell, 1994).

Ainda que no cotidiano das populações as questões de saúde e doença assumam, muitas vezes, a aparência de episódios isolados localizados nos indivíduos, elas guardam uma estreita relação com o contexto social mais amplo. A influência dos fatores genéticos, biológicos e do ambiente externo se exerce através da vida dos indivíduos. Entretanto, os problemas de saúde-doença não são só individuais mas problemas de espécies, de populações e, em se tratando de populações humanas, estes problemas têm determinação social. “A existência de ‘desigualdades’ diante da saúde - quer se trate de suscetibilidade aos problemas da saúde ou dos comportamentos face a estes problemas -, devido às condições sócio-econômicas, é agora bem conhecida e tem sido estudada ao nível das nações, dos grupos sociais e dos indivíduos. Pesquisas

nesse sentido têm permitido mostrar a influência determinante desses fatores sobre a morbidade, o acesso aos cuidados e aos programas preventivos, etc.” (Goldberg, 1990, p.89).

“Bom, começa com, assim, as pessoas não comem direito porque não têm água pra lavar suas verduras, lavar direito mesmo, não comem direito mesmo, comem, estritamente mesmo pra economizar água, comem comidas que não sujam tanto as panelas pra depois não lavar. E, também aí, às vezes, muitos juntam a água que vem da chuva, colocam os baldes, e assim vão pegando doenças, porque mesmo a água que vem da chuva já vem poluída.”

Quanto à identificação das doenças, ou seja, à morbidade espontaneamente referida pelos moradores, as suas causas são sempre relacionadas às condições do meio. A população parece compreender que a morbidade nos aglomerados urbanos é “uma interação de populações, a humana e a de um agente patogênico qualquer” (Mendes-Gonçalves, 1990) num espaço ecológicamente dado, ou seja, a cidade. Há freqüentes citações sobre o contágio - pelo ar poluído, pela água, pelos vetores, pela alimentação. O morador percebe, pelo próprio processo da vida, pela dinâmica da ecologia humana, de forma bastante precisa o que Berlinguer (1976, op.cit. in Noronha, 1992, p.3) denominou de patologia das metrópoles: “Estamos em presença de um Malária urbana que vai não só recuperando o significado original da palavra malária - ontem, os miasmas dos pântanos, aos quais era atribuída a etiologia da infecção antes da descoberta dos plasmódios e do ciclo homem-anofelinos; hoje, a poluição atmosférica da indústria, do tráfego, dos sistemas de aquecimento - mas também representando em tempos modernos aquele dramático entrelaçamento entre doença e civilização”.

“A gente morava no Largo do Socorro, então ali já era uma região bem poluída porque tem muitas fábricas ali. Então foi onde vendeu e a maior parte veio morar mesmo pra esse lado.”

“(...) então a natureza, traz coisa pura, tira essa poluição, apesar que aqui não tem muita poluição, né, mas tira aquelas poluição, aquelas coisas ruins. Então acho que fica uma coisa assim mais bonita, o ar puro, as pessoas têm mais saúde, tira as coisas, o ar poluente que está sufocando as crianças principalmente (...)”

“Bom pra saúde ? Bom, começa pelo ar... sei lá. Pra lá (refere-se ao centro da cidade) você pega muito mais doença porque é tudo muito mais contaminado, porque o ar mesmo contamina.”

Os depoimentos revelam uma aguda percepção da relação dos problemas de saúde-doença e meio. Não há um adoecer do indivíduo isolado, desvinculado de um ambiente, da comunidade. Jacobi (1994), ao trabalhar com os problemas ambientais e qualidade de vida em São Paulo, apontou que a maioria dos informantes está ciente das possibilidades de prevenção das doenças decorrentes da degradação ambiental e que os aspectos que despertam maior preocupação dos moradores são: “a poluição do ar, a degradação ambiental e poluição das fontes hídricas e a interferência do despejo inadequado de resíduos sólidos em áreas potencialmente degradáveis em termos ambientais”(op.cit., p.148).

“Primeiro, o morador ele exige muito, mas ele próprio, ele não se beneficia, ele não procura fazer por onde, entendeu ? O quê eu quero dizer por isso? É que ele próprio em vez de, por exemplo, de pegar um saco de lixo e colocar num cestinho, depois vem o caminhão e pegar, não, eles simplesmente jogam no terreno. Então quer dizer, o próprio morador ele acaba trazendo a doença pra dentro de casa, quer dizer, ele acaba colocando em risco não só ele mas a família dele e os próprios vizinhos também, né? Então ele próprio contribui pra que doenças entrem dentro da casa dele, ele próprio não toma consciência(...)”

“Tem que manter tudo mais limpo. E eles fazerem os esgotos que nem eles prometeram de fazer. Pra ‘móde’ o mal cheiro, às vezes dá mosquito, besouro. Porque

aqueles mosquitos, aqueles besouros, das vezes vem, pousa ali naquela lama, depois vai e pica uma criança, porque elas ficam contaminadas(...)”

“(...)como eu falei, um dos problemas daqui é que tem ratos. (...) até o fato do próprio rato, eu penso, urinar numa água dessa. É por isso que eu vejo assim uma conseqüência das pessoas nesse sentido, entendeu, de trazer uma doença.”

“(...) vamos dar um exemplo. Você pega um produto que é, assim ... que ele esteja contaminado. Se você comer aquele produto do jeito que ele está, você acaba se contaminando, correto ? Acaba ficando doente. Se você lava, você tira grandes porcentagens daquilo te prejudicar, então você vai comer um produto, não que o produto seja saudável mas que, pelo menos, que ele seja limpo. Eu acho que limpeza contribui muito com isso, entendeu ? Então é isso que eu acho.”

Essas são referências e percepções bem atinentes ao que Foucault (1993) denominou de medicina urbana, na qual a higiene pública surge como marco mais significativo. A medicina urbana, segundo ele, é uma medicina das coisas: do ar, da água, das decomposições, dirigida à análise dos efeitos do meio sobre o organismo. É também uma medicina da salubridade, ou seja, do estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível.

A idéia de contaminação, muito referida pelos moradores na causalidade das doenças do meio urbano, trata de uma comunicação ‘maléfica’ entre os seres vivos, agentes patogênicos, através das coisas (água, ar, lixo). A salubridade, comunicação em equilíbrio desses mesmos elementos, promove saúde. A cidade, ecossistema humano, é o espaço onde ocorrem tais relações. Portanto, “sua forma e conteúdo têm uma influência fundamental na saúde do ser humano” (Organización Panamericana de la Salud, 1993, p.210).

O morador da Capela do Socorro vê a saúde, portanto, como condição para o trabalho e não um estado em si, ideal, que deva ser atingido. A saúde é recurso para a vida. Neste sentido, ela não pode ser considerada desvinculada da doença que incapacita o indivíduo para o trabalho. Há, claramente, a percepção do movimento que

se estabelece entre os estados de saúde e doença. Na definição da saúde, não há identificação de fatores ou causas específicas, mas como algo que se ganha, se enfrenta, de que se depende para a sobrevivência cotidiana. Ao ser chamado a falar sobre a doença, o morador a relaciona principalmente ao meio, à higiene pessoal e do entorno, à salubridade do ar, da água, da destinação dos resíduos. As doenças vêm das coisas que são contaminadas, sujas, e que circulam. Reconhece-se, ainda, o papel determinante da ação antrópica neste processo.

Neste sentido, a produção social da saúde-doença que se revela através do discurso do morador da periferia, pode ser compreendida em sua relação com o trabalho e o meio, ambos recursos estruturantes da vida.

O Cuidado

O cuidado aparece nos depoimentos dos que vivem em Capela do Socorro como uma maneira de promover a saúde. É aquilo que se faz - ou se deixa de fazer - no dia a dia e que resulta em proteção e conservação das condições de vida das pessoas, dos indivíduos, é a tarefa de promover o desenvolvimento da vida do outro e de si mesmo.

As atividades do cuidado incluem a preparação de refeições, a alimentação, a amamentação, carregar as crianças e vesti-las, a higiene dos corpos, a cura, confortar e promover conforto, além de, geralmente, dar atenção aos outros (Esterik, 1995). Nisto resulta o cuidado. Talvez cuidar seja uma categoria - principal e originariamente - referenciada ao gênero feminino. Segundo Jean Baker Miller (1991, p.66), “não há dúvidas de que a sociedade dominante decretou que o homem faria o trabalho importante, relegando à mulher a ‘tarefa menor’ de ajudar os outros seres humanos a desenvolverem-se.” E esta ‘tarefa menor’ se configurou, durante séculos - e ainda hoje -, nas atividades da mulher relativas à produção e reprodução das famílias: a concepção, a atenção imediata dada à prole, a condução da rotina doméstica e de seus

membros. Neste universo, higiene e alívio (dos sofrimentos, males, dores, doenças, cansaços, etc.) são os elementos que, associados à alimentação (responsabilidade dividida com o provedor masculino), constituem o núcleo básico do cuidado em saúde.

Higiene, alimentação, alívio. Tais competências e atributos, modernamente diluídos em diferentes esferas do social, independentemente dos sexos, estruturas familiares, etc., resultam nos componentes da percepção que o morador tem do cuidado enquanto aquilo em que dedica sua atenção no sentido de promover o bem estar, a saúde, de si e das pessoas ao seu redor. Por isso, cuidado é a prevenção e o tratamento de saúde que se dá no âmbito das práticas cotidianas, nas relações mais primárias.

Cuidado é, portanto, prática cultural, conhecimentos e costumes de promoção da saúde. São as decisões e as condutas que os indivíduos adotam com a intenção específica de conservar a saúde. E, tal como saúde-doença, também o cuidado é definido pelo seu oposto, o descuido. São ambos definidos um em relação ao outro.

E são também definidos relativamente ao meio, ao contexto em que se vive. A consciência da importância do fator meio principiada pela moradia, estendendo-se ao entorno maior, o bairro. A grande categoria transversal do cuidado, assim como o trabalho na saúde, é a higiene, porque ela expressa o momento no qual se podem fundir os diversos recursos de promoção e proteção da saúde; ela requer conhecimentos, práticas e profilaxias adequadas. A higiene se aplica não apenas à higiene dos corpos, sãos ou doentes, como também à alimentação, ao asseio da casa, etc. A higiene, talvez, seja o primeiro saber do qual o morador se apropria ao produzir práticas cotidianas de cuidado e preservação da saúde.

“(...) um fator relacionado à saúde ... que prejudica a saúde. É o descuido, eu acho que é mais o descuido mesmo até das pessoas (...) eu acho que nisso as pessoas têm que ter mais cuidado, tentar deixar tudo em ordem, vacina das crianças, cuidado que a criança está comendo, do que ela está bebendo, não deixar empoçar água porque essas coisas, além do mau cheiro, dá mosquito, dengue. (...) tentar manter o máximo que puder de higiene (...) Então eu acho que é o descuido mesmo.”

“(...) nós dependemos em certas épocas, diariamente, do caminhão pipa pra trazer água pra creche. Mas, e as famílias ? Como ficam sem água ? Então esse é um problema seríssimo. Nós estamos aqui comprometidos de todos os lados, é uma pobreza mesmo, e a falta de higiene aí aumenta muito mais. Nós temos crianças que quando nós recebemos na creche você não suporta o cheiro. Quando a mãe te entrega o filho você não suporta o cheiro da mãe, falta de higiene assim é terrível!”

“(...)Eu acho que saúde pra mim é ter higiene, ser higiênico, procurar ter as coisas limpas, e fazer do bairro um bairro limpo, entendeu ? Isso pra mim é saúde, não necessariamente somente a pessoa em si, o corpo dela em si ter saúde, mas o bairro ter saúde, entendeu ? Isso que, pra mim, é saúde. É o bairro ser saudável, ser limpo, isso pra mim é.”

Ao discutir as repercussões do processo de urbanização na saúde, a Organização Mundial da Saúde (1991) refere como uma das principais causas de enfermidades nas populações das cidades a higiene pessoal e doméstica inadequada. Os problemas ambientais que afetam a saúde dos pobres relacionam-se não apenas às questões do meio físico e social mais amplo - aqueles administrados nos níveis das políticas urbanas, regionais e nacionais -, como também àqueles dilemas relativos ao meio microambiental, ou seja, as famílias, suas casas e ambiente imediato. Ao analisar as condições de vida com vistas à saúde ambiental e desenvolvimento urbano, a OMS identifica os problemas de higiene como consequência direta da condição de pobreza e da falta de educação sanitária.

Na medida em que o cuidado é conhecimento, costume, a educação é vista como fator fundamental na construção desse conhecimento e modificação dos costumes. Para o morador, é por meio da educação que se informa e se ampliam as possibilidades para novas práticas. É através da educação que se pode promover atitudes e condutas assertivas no sentido de desenvolver as habilidades e destrezas para a resolução dos problemas de saúde. O acúmulo das experiências produzidas no dia a dia faz com que os moradores identifiquem a necessidade da educação e da reeducação para o cuidado.

“(...) Educação assim, de ensinar princípios de higiene pra pessoa, higiene no corpo, higiene após lavar as mãos, após ir ao banheiro, que tudo isso transmite doença... não jogar lixo, sabe? Sempre limpando assim, pra evitar que entre rato em casa, barata, que esses animais são portadores de doenças.”

“(...) Por exemplo, eu acho que os postos de saúde poderiam fazer isso, eles poderiam convocar as mães que têm as crianças matriculadas lá, dar palestras pras mães, e ir orientando na alimentação das crianças, como tratar as crianças, o lixo.”

“A orientação dos adultos à aprendizagem está centrada na vida, na experiência, orientada à solução de problemas, conflitos e/ou necessidades. Por isto, o mais apropriado para organizar a aprendizagem dos adultos são as experiências de vida e não temas isolados da sua realidade” (Organización Panamericana de la Salud, 1996, p.6).

Muitas vezes, a informação - no contexto educativo mais geral - não corresponde às estratégias já reconhecidas pelos moradores como resolutivas. Há um costume, um conhecimento, hábitos, práticas culturais que são o terreno sobre o qual se podem desenvolver novas práticas educativas. Entretanto, a desconsideração deste fator acaba por comprometer a educação, tão referida como necessária pelo morador. A educação deve ser dialógica, de forma que se estabeleça um processo de diálogo entre os diferentes saberes. Não há um que sabe e outro que não sabe, mas dois que sabem coisas distintas (Briceño-León,1996). E estes distintos saberes são formais, informais, tradicionais, culturais, pensamento e prática. A desconsideração disto não promove educação; considerar sim, promove o saber cuidar, promove a proteção da saúde das pessoas e das condições do ambiente.

“(...) aqui existe um problema grave, muito cachorro. Os moradores têm muito cachorro e muito gato. Se você fala pra pessoa : ‘Ói fulana, toma cuidado. Você coloca a comida pro cachorro, à noite o rato vem comer. Nunca coloca a comida e

larga lá, o rato vem, urina em cima daquela comida e aí que transmite aquela doença que chama 'leptospirose.' Quer dizer, essas pessoas não têm consciência..."

Talvez a preocupação especial com a criança no contexto geral do cuidar represente resquícios do que Foucault (1993) identificou como o 'privilégio da infância' da nosopolítica do século XIX, em que se colocou o problema da sobrevivência das crianças até a fase adulta. Segundo o autor, a saúde se tornou, então, um dos objetivos obrigatórios da família, e em primeiro plano a saúde das crianças. Naquela época, a saúde se deslocou do contexto restrito dos socorros de caridade para uma forma mais geral de 'polícia médica'. Tratava-se de preservar e conservar a força de trabalho necessária ao desenvolvimento do aparelho de produção. Por isso, conforme o autor, desde os fins do século XVIII, "o corpo sadio, limpo, válido, o espaço purificado, límpido, arejado, a distribuição medicamente perfeita dos indivíduos, dos lugares, dos leitos, dos utensílios, o jogo do 'cuidadoso' e do 'cuidado', constituem algumas das leis morais essenciais da família"(op. cit., p.199). Neste sentido, pode-se sugerir que, para quem vive na Capela, cuidar do outro - especialmente da criança - é cuidar da sua própria reprodução; 'natural', enquanto espécie, e social, enquanto força de trabalho. A saúde unifica natureza e sociedade nos homens, através de seus corpos.

"Mas ele já ficou muito doente. Depois que eu parei de amamentar, que foi uma coisa muito boa amamentar. Foi criança saudável, ele era gordo, muito forte e depois, foi parar de amamentar começou. Porque ele começou a tomar leite de vaca, foi onde ele teve otite alérgica, foi o que a médica me explicou(...)"

"(...) quando eu fazia parte da Pastoral da Criança que a gente recebia um farelo, que tinha proteína, tal, aquelas crianças que estavam em fase de desnutrição e tal. Então o objetivo da gente era fazer um trabalho de educação, pras mães usarem e colocarem aquele farelo na alimentação pras crianças, colocar das propriedades, dos nutrientes, tudo. E teve casas que a gente foi, assim, que a gente era bem recebido."

Mas tinha casas de gente que falava: ‘ eu quero um remédio’. E era assim uma coisa muito difícil. E foram poucas famílias, mães que aceitaram, que ficaram.”

Além das práticas de promoção da saúde através do cuidado - sejam elas concernentes à higiene das pessoas e do meio, sejam elas de alimentação, de proteção da criança, etc.-, o cuidar também se revela em práticas medicamentosas. Para o morador da Capela do Socorro, o cuidado também se constitui nas atividades ordinárias de produzir e consumir seus próprios medicamentos.

Medicina empírica, como a denomina Araújo (1977) ou tradicional, segundo o documento da UNESCO (1996), ela se vale, dentre os recursos da natureza, principalmente das ervas para o restabelecimento da condição de bem estar, da saúde. “A maior parte da medicina tradicional, através da história das diferentes civilizações, se derivou das plantas. É provável que os seres humanos, tão logo alcançaram a etapa da razão, descobriram, por processos de ensaio e erro, quais plantas se poderiam utilizar como alimento, quais como veneno e quais teriam valor medicinal” (UNESCO, 1996, p.36). No Brasil, a fitoterapia é um amálgama das influências indígena e de tradição européia (Araújo, 1977). Este conhecimento, que é passado de geração para geração, mantém sua conservação graças à transmissão oral e às práticas e costumes da vida cotidiana.

“Ah, eu vou no embalo da sogra. Remédio de pau. (riem) De ervas, né ? Chá de sabugueiro. Quem faz é ela.”

“(...)Primeiro eu tento os recursos dos meus chás, depois que eu vou procurar médico. Porque eu fui criada no interior e a gente já sabe os matinhos que é bom pra remédio.”

“(...)Mas o chá, isso até hoje, pros meus netos.”

Na medicina fitoterápica popular, predomina a preparação do cházinho que é um remédio para todas as idades. Quase sempre adoçado com açúcar, raramente leva uma pitada de sal (Araújo, op.cit.).

“A folha de laranja, eu faço com água quente, eu fervero a água, despejo em cima, se a senhora quiser por sal, põe. Agora é assim, com sal não tem dieta, agora se tomar com doce não pode tomar friagem no outro dia não.”

“Manjerição branco serve pra tomar chá pro coração, o alecrim também serve pra tomar chá pro coração, poejo também, que é chá de criança e a manjerona que é chá de criancinha nova também.”

“(...)Eu tenho erva cidreira de árvore, que eles tratam melissa, tem erva cidreira capim, que eles falam, eu tenho novalgina em folha, eu tenho hortelã, tenho levante, tenho manjerona, tenho manjerição branco e alecrim. Levante serve pra gripe de criança e pra adulto mesmo.”

“(...) Ele fuma demais e tosse como tá doido. E eu fiz um dia desses pro meu menino também, xarope de hortelã miúdo, dente de alho, limão. Fiz uma xaropada ali. Hortelã miúdo, poejo, sabe o que é poejo ? E limão. Está ali, ele está bebendo todo dia de manhã. Quando tem mel espreme um mel dentro d´um limão, dou pros filhos beber.”

Esta forma não científica de conhecimento que, muitas vezes, parece expressar superstições ou refletir uma explicação ingênua dos fenômenos naturais, freqüentemente comprovou ter fundamento profilático quando submetido a exames dentro dos procedimentos da ciência moderna.

Ao recorrer ao uso de todos os recursos que se lhes colocam disponíveis no contexto precário do cotidiano, a população parece mover-se mais livremente, com seu saber de senso comum, do que a ciência. Para ela, as necessidades vitais são soberanas e, portanto, quando se trata de remédios, “as ervas não são boas ou más”, como diz

Crosby (1993, p.137), “são simplesmente plantas que tentam o botânico a usar termos antropomórficos...”. Ou seja, as ervas estão aí, na natureza, cabendo ao homem descobri-las e extrair-lhes os atributos terapêuticos.

E no universo cultural deste morador, a sabedoria leiga sobre fitoterapia encontra legitimação - tanto para os indivíduos como para as coletividades - muitas vezes, por meio de explicações mágicas; as plantas curam não apenas por suas propriedades terapêuticas mas, também, por suas ‘virtudes’. Isto faz com que seja necessário proceder a certos rituais de preparo dos remédios (Araújo, op. cit.).

“(...)eu colhi a erva doce, mas menina, aquele mundo! Acho que dava uns dois quilos, ia lá, apanhava só os cachos. Deixava secar numa peneira, pra dar pra ela (...)”

“Ah, conforme o machucado, um remédio, né? Se você tem um remédio que é pra fazer banho, você tem que ferver.”

“Eu tive ‘tiriça’, tomava banho de picão da cintura para baixo. E naquela água que você ferve numa vasilha, que você não cozinha, nem nada. Não pode ser vasilha que você faz comida, você pode tirar numa canequinha e você toma o chá. Eu tive ‘tiriça’ e a gente curou muita gente de ‘tiriça’, tudo com chá de picão, chá de picão e o banho do picão.”

“(...)É pra gripe o guaco. Você não faz o chá dele só, você pode pôr... Você, quando ‘casca’ uma laranja, você seca a casca, pendura, quando você vai fazer o chá, você põe um pedaço daquela casca de laranja (...)”

“Pra tosse, a gente corta a beterraba, assim, cru, né, a senhora corta bem fininho, coloca numa vasilha, e coloca açúcar, no outro dia, ele amanhece aquele xarope, docinho assim, é uma maravilha (...)”

As propriedades bio-químicas das plantas e o preparo dos remédios - patrimônio cultural das populações antigas e tradicionais - seguem sendo,

comprovadamente, uma rica fonte de conhecimentos para a medicina científica. Hoje, a ciência moderna reconhece que a temperatura, o sol, a qualidade do solo, os procedimentos e tempo de preparo, etc., são todos fatores que têm um efeito sobre o metabolismo das plantas e sobre seus componentes biológicos ativos (UNESCO, op.cit.). Reconhece, também, assim como na sabedoria popular, que a ação da natureza não é a soma do que se realiza simultaneamente em todas as partes e sim, uma conseqüência das muitas interações sobre ela. Há, também, a considerar, a ‘plasticidade ecológica’ que evidencia que a combinação de elementos, fatores e gêneros iguais produz indivíduos, partes, compostos, distintos (Macedo, 1991). Nas ervas medicinais, cuja composição é, invariavelmente, complexa, a planta em sua totalidade tem propriedades que diferem de suas partes constitutivas (UNESCO, op.cit.). Parte e todo são uma coisa só e, ao mesmo tempo, diferentes; o mesmo ocorrendo com suas propriedades profiláticas.

“(...) A erva doce ... ela tem um valor na semente, tem um valor na folha, e um valor muito maior na raiz. Ela é remédio em três lugares, na semente, nas folhas e na raiz. (...) Olha, na raiz, ela é muito boa pra prisão de ventre e ... as sementinhas a gente dá pros bebês, e a gente grande também toma (...)”

As culturas mais tradicionais não percebiam a morte e a doença, à primeira vista, como fenômenos naturais. Doenças comuns, como os resfriados, eram aceitas como aspectos normais da existência e eram tratadas com remédios elaborados com ervas. As doenças graves e incapacitantes eram consideradas de forma diferente, pensava-se que tinham uma origem sobrenatural. Para estes males procurava-se então o auxílio de bruxos, feiticeiros - os primeiros doutores ou médicos (UNESCO, op.cit.). A antropologia estudou largamente as relações entre as práticas mágicas dos feiticeiros, bruxos, xamãs, etc., e o potencial de cura das doenças. Há estudos clássicos, como o de Levi-Strauss (1989) sobre os índios do Brasil central, em que se discute a eficácia da magia na cura ou alívio dos males. A medicina empírica, ou tradicional, popular, traz incorporados ao seu patrimônio esses componentes. O fato de muitos dos incômodos ou males mais comuns e amenos da saúde terem sido sempre

considerados pelas populações tradicionais como aspectos normais da existência, propiciou o desenvolvimento da ‘cultura do cuidado’, que era feito com os recursos disponíveis àquela comunidade - fossem estes recursos as plantas, a água, ou outros elementos da natureza que apresentassem propriedades terapêuticas; de procedimentos como banhos, repouso, agasalhamento, etc.; ou, até mesmo, os recursos familiares e comunitários de auto-ajuda, de alguém que olhasse pelo outro. Neste contexto, o cuidado aparece incorporado à cultura da saúde e sua dimensão rotineira, cotidiana e, decorrentemente, como algo sob controle e domínio das pessoas. Não há dissociação entre os recursos de proteção e promoção à saúde, no universo cotidiano das pessoas. Aí, a dimensão de utilidade, conforto, solidariedade da ação em saúde emerge porque se constitui como prática do dia a dia, como um jeito de ‘andar a vida’.

De certa forma, cabe sugerir que a população da Capela tem uma percepção das enfermidades e seu tratamento que guarda resquícios evidentes com a concepção do adoecer presente nas culturas tradicionais. Isso pode ser explicado pelo fato de que há forte presença de migrantes nordestinos e mineiros e seus descendentes nesta região. É sabido que estes migrantes são predominantemente das áreas rurais, o que determina o vínculo com traços culturais tradicionais. Neste sentido, a percepção sobre o adoecimento faz com que se conduzam os tratamentos em dois níveis, conforme sua ‘gravidade’ ou ‘complexidade’: há males comuns, que podem ser tratados pelos homens e aqueles graves, que merecem um cuidado especial. Os depoimentos revelam que é possível adoecer de coisas simples, que podem ser cuidadas ali mesmo, com seus próprios recursos, e de coisas complicadas que lhes fogem ao controle e domínio. Ao longo dos tempos, as populações acabaram, então, por transferir grande parte dos cuidados em saúde dos bruxos para os profissionais médicos, sem, entretanto, abandonar por completo o vínculo com a cultura tradicional, num evidente amalgamar de concepções diversas das causas e profilaxias da saúde-doença.

“Está com febre, é remédio caseiro, é chá, chá e chá; se não passa, aí a coisa é diferente, aí a gente leva no médico(...)”

“Chá eu dou, porque eu só vou assim no Posto se eu tiver uma doença muito ... pneumonia, essas coisas, assim, né? Aí eu levo ! Mas assim gripe, essas coisas, eu faço é chá.”

“(...) mais é chá, eu falo : ‘- Dá chá que é melhor do que médico.’ Aí, quando o chá não resolve, aí a gente leva no médico, mas em primeiro lugar, é chá de hortelã, chá de ‘alevã’, chá de flor de laranja (...)”

Mas, os princípios norteadores do cuidado à saúde no âmbito do universo do imaginário, do cultural, em relação ao âmbito do universo racionalizador dos serviços de saúde mudam, obviamente, o caráter desse cuidado, dessa atenção e das profilaxias. A organização dos serviços e a prática médica interferem, decisivamente, nas práticas de cuidado. A ruptura entre esta realidade dos serviços de saúde, racionalizadora, e os conhecimentos e costumes culturalmente enraizados através das gerações torna-se, então, evidente.

“Se eu sinto qualquer coisa no rim, eu não vou no médico de jeito nenhum, minha filha. Está aí o quebra pedra, e muita gente vem buscar.”

“(...) eu falo pros meus filhos : ‘- Dá chá primeiro!’ Que a gente leva no médico, chega lá o médico nem olha na cara da criança, passa um remédinho lá, nem olha, né? Então, eu acho pra olhar, levar uma criança no médico, esperar na fila umas duas, três horas, pro médico nem olhar na cara duma criança, acho que primeiro a gente dá um remédinho em casa, porque os remédios caseiros não fazem mal.”

“O povo aqui em São Paulo... eu tenho uma comadre que mora aqui em baixo que os meninos dela estão até com uma tosse, que já tá pro médico. Não sabe fazer um xaropinho em casa pra dar pros meninos(...)”

Talvez, em função da aguda percepção que os moradores manifestam a respeito dessa ruptura estrutural entre as diferentes concepções do cuidar - aquelas tradicionais,

empíricas, daquelas médico-científicas -, “há na comunidade o hábito de se ter em casa, na horta, ou mesmo quando esta não exista, uns poucos pés de ervas medicinais para os remédios de emergência, para o preparo dos cházinhos” (Araújo, op.cit.). O morador procura não abandonar nenhuma das formas que lhe são conhecidas e acessíveis de cuidado. Parece não querer, nunca, disponibilizar os poucos recursos essenciais de que dispõe para a vida, ainda que sejam aparentemente muito diferentes, contraditórios. No universo da vida cotidiana, a população pratica uma metáfora da ‘plasticidade ecológica’ - compõe e recompõe procedimentos e métodos em busca de resultados promotores e protetores da saúde, da sua sobrevivência.

“Dava chá da horta, eu tenho meus chás plantados em casa.(...) A melissa, mesma coisa, erva cidreira de árvore que a gente trata, né? Tem arruda, minhas coisinhas lá. Palma, que é um remédio antigo pra dor de cabeça. Eu tenho tudo plantado em casa, eu tenho meu pedacinho de terreninho que a casa é minha mesmo.”

Erva não é um termo científico. Já foi identificado como ‘os vagabundos da nossa flora’ e, modernamente, na linguagem botânica, significa qualquer planta que se espalha com rapidez e derrota outras, na competição pelo solo (Crosby, 1993). Nesse sentido, a erva pode ser, também, compreendida como aquela planta mundana, ou seja, aquela que não é disciplinada, que não é de ninguém. Por isso ela transita livremente no domínio do popular, do senso comum. Aí, nesse universo, as fronteiras classificatórias e categorizadoras são mais tênues, envolvem não apenas fatores objetivos, racionais, produtivos como também aqueles mágicos, virtuosos, éticos, etc. No universo leigo, do saber popular, vale tudo que possa significar recurso para a vida. Há distinção, mas não exclusão de espécies, sejam elas cultivadas ou não, plantas ou mato/ervas. Na luta eco-histórica de sobrevivência das espécies, o que era erva virou cultivo e vice-versa. Tênuo tornou-se o limite entre erva e cultura (agrícola). A pergunta que Crosby (op.cit., p.136) formula é, por isso, mais que nunca pertinente: “Pode, porém, uma planta cultivada seguir o caminho inverso e transformar-se em erva? Sim.” E vice-versa, também.

“(...) A gente tinha, hoje não tem mais, acabou. As ervas, as ervas do mato, acabou, aquelas ervas que você achava pra ‘móde’ fazer remédio, acabou. Até remédio caseiro mesmo, tem uma tal de marcelinha galega pra gente fazer chá, não existe mais. Canso de procurar, não existe mais, e eu tinha porque, parece que o lugar sendo mais novo (...) e eu plantava no lugar e eu cuidava. Não vivia correndo em médico não, nunca.”

Hoje, ainda que muitas plantas tragam no nome indícios de sua gênese sócio-ecológica, como a erva-cidreira ou a erva-doce, já não são mais encontradas espalhadas, competindo nos terrenos, derrotando outras espécies. São, cada vez mais, produto cultivado pelos moradores ou chacareiros, na luta pela vida, podendo, inclusive, tornarem-se espécies em extinção. Com a intensa urbanização e a crescente ocupação dos lotes residenciais, a prática do plantio de ervas medicinais fica cada vez mais difícil e a população vai sendo usurpada deste recurso disponível e acessível no seu dia a dia. A produção social do espaço urbano acaba, desta forma, interferindo na produção de práticas sociais outras - dentre elas o cuidado com a saúde. A exclusão social produzida por esta dinâmica provoca a intensificação do uso e ocupação do solo, que dentre outros fatores vai contribuir para retirar, também, os recursos ‘naturais’ até então disponíveis ao morador. A exclusão urbana penetra, desta forma, até os níveis micro da produção social da vida, da produção social da saúde.

“Ah ! Quando tinha mais natureza. Agora encheu muito, fica ruim, acaba tudo. Se você procurar um remédio, não tem. Quanto remédio que a gente tinha, agora não tem. Até picão é difícil. Compraram um vazinho de flor, não sei daonde que veio e acho que a terra que puseram no vazinho de flor tinha picão, e eu deixei ele ali. Ele deu semente e caiu ali. Falei: ‘Fica, aí pé de picão’. Porque o picão é bom !”

A produção social da saúde-doença se realiza por meio do trabalho como condição para a vida, para a reprodução de si, da família, dos outros a seu redor. Neste sentido, o cuidado é o elo fundamental, que articula saúde-doença, porque é através dele que é possível apropriar-se de recursos de alimentação, de higiene, da educação,

de medicamentos, etc. para a reprodução cotidiana da vida. A apropriação, aqui, não é percebida como consumo de bens mas como prática a ser incorporada nas atividades do dia a dia, em direção a uma maior autonomia, independência e capacitação para conduzir a vida. Ao diferenciar-se do médico, por exemplo, valorizando o autocuidado, a moradora estabelece e requalifica a sua prática, seu saber empírico, tradicional. E mais, reconhece nela, também, uma significativa efetividade.

Todos estes aspectos não estão desvinculados da condição social destes moradores, ficando evidente na forma como se dá sua inclusão no espaço urbano, segregadora. A produção social da saúde-doença e do cuidado envolve, portanto, a apropriação e reapropriação dos diferentes recursos para a vida disponíveis naquele habitat, naquele meio que é a periferia da metrópole.

IV. Considerações Finais: Estratégias de Sobrevivência e Conservação

O morador da Capela do Socorro, periferia da cidade de São Paulo, produz e reproduz cotidianamente seus próprios recursos para a vida. Utiliza seus talentos e recursos próprios, associando práticas e estratégias desiguais e combinadas de sobrevivência. Esse morador, da metrópole da periferia do capitalismo, que vive no limiar da escassez sabe, por isso, que sua vida tem que ser assim. Feita ali, cotidianamente, com as próprias mãos.

A cidade é expressão máxima do habitat humano, da ecologia humana. Segundo Park (cit. in Acot, 1990, p.122), a cidade é “um produto da Natureza e, particularmente, da natureza humana.” Ainda que o ambiente construído do qual resultam as cidades seja, em primeiro lugar, a natureza transformada pelo homem, essa “modificação é apenas uma ordenação, uma eleição e uma hierarquização dos elementos naturais” (Boada, 1991, p.87). Ainda que a cidade seja, aparentemente, apenas produto tecnológico, ela é também natureza. A cidade é, portanto, o espaço produzido pela relação que o homem estabelece com a natureza. A cidade é o espaço do homem, seu meio. A cidade é espaço.

Mas como compreender o espaço já que, segundo Milton Santos (1992, p.1), “este vocábulo se presta a uma variedade de acepções”? “O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento” (Santos, 1996, p.26). Neste sentido, espaço é uma construção social, “ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade de engajar-se na ação” (Gottdiener, 1993, p.127). É no espaço que os homens vivem, estabelecem relações entre si, com o meio. O espaço é o mediador territorial da reprodução social, da reprodução de todos os fenômenos da vida. Por isso, a espacialidade é fator fundamental em qualquer análise do meio porque é nesta esfera que se desenvolve o intercâmbio entre os indivíduos e o resto dos elementos físicos do mundo (Cowley, op.cit.).

No espaço se desenvolve também o intercâmbio entre os próprios indivíduos, seres vivos, espécies, populações. E este intercâmbio de grupos populacionais diversos e diferentes entre si acaba por produzir padrões distintos de relação entre sociedade e natureza, o que vai condicionar também as características genéticas e fisiológicas dessas espécies e populações e, portanto, o seu processo de vida, sua saúde e doença (Breilh, 1994). Por isso o espaço é lugar de relações integrais, do homem com a natureza, do homem com a sociedade e do homem com sua própria natureza.

A cidade é o espaço do ser humano, seu meio. Há outros espaços também, mas para o homem das sociedades modernas a cidade é o espaço primaz. Aqui ele estabelece suas relações com os elementos da natureza, com as outras espécies e

populações e com sua própria natureza. Não há como falar de sociedade e natureza, hoje, sem considerar este espaço que é a cidade. Há que se ter, cada vez mais, a dinâmica urbana como eixo de referência das questões sócio-ambientais (Ferreira, 1994).

A periferia da cidade de São Paulo é um espaço, um lugar, onde moram as pessoas das classes populares. São, em sua maioria, assalariados das indústrias, dos serviços, subempregados, desempregados (estruturais, conjunturais). São, em sua maioria, gente pobre ou empobrecida, o que quer dizer que é gente que não apenas não tem mas que está, sobretudo, “impedida de ter” (Pedro Demo, cit. in Maricato, op.cit., p.57). A pobreza das populações da periferia da cidade pode ser definida, então, como a impossibilidade de ter, uma desigualdade social que marca as suas condições de vida.

Ainda que na década de 80 não tenha havido no Brasil um aumento da dimensão da pobreza, houve, no entanto, o aumento das desigualdades sociais. Por isso, pensar a pobreza implica partir da questão da desigualdade, das desigualdades sociais. Como não é possível concluir sobre uma noção geral de igualdade, segundo Cohn (1997, p.85) há que se assumir que “não só a determinação do que venha a ser considerado como definidor de ‘linha de pobreza’, mas também o grau de desigualdade abaixo dessa linha são elementos que se tornam eticamente relevantes do ponto de vista científico e empírico.” O que quer dizer que “a pobreza não pode ser entendida somente como fome, desnutrição, carência de renda, dentre outras carências, e sim como inadequação de recursos disponíveis para gerar capacidades individuais - cidadãos - minimamente aceitáveis, dizendo respeito, por conseguinte, à limitação dos modos de viver a que uma pessoa está condenada ...” (Cohn, op.cit., p.92). A pobreza não pode ser apenas quantificada pelos níveis de renda, escolaridade, etc., mas deve ser, sobretudo, qualificada pelas condições gerais de vida em que estão inseridas as populações.

Nas cidades, os ‘homens comuns’ das classes populares vivem no limiar da escassez, uma desigualdade estrutural e estruturante. É esta desigualdade que qualifica as suas condições de vida. Há escassez de tudo. De moradia, de água, luz, transporte; escassez de salários, remuneração e serviços adequados; lazer, educação; escassez de espaço, de condições de vida. A vida, aí, se desenvolve no limite dos recursos. É esta

escassez que qualifica aquela pobreza, é esta escassez que delinea o perfil dos moradores na Capela do Socorro.

“Hoje em dia está um céu aqui, mulher, hoje em dia está um céu!”

A escassez é, portanto, uma condição essencial e estrutural da pobreza. E a pobreza é uma qualidade da vida daquelas pessoas no que se refere à esfera da vida dos homens em sociedade, nesta sociedade. Esta desigualdade - a escassez -, engendrada pela dinâmica da sociedade é imediatamente percebida pelo morador. Ele sabe que tudo que se refira à esfera social envolverá escassez de recursos os mais diversos e a necessidade de produzi-los em condições de extrema dificuldade, de pobreza. A escassez - condição social - aparece, então, na percepção do morador, em contraposição à abundância - qualidade atribuída a tudo que pertença ao universo do ‘natural’. A escassez é compreendida como uma qualidade da vida em sociedade, tendo no seu contraponto a natureza qualificada em abundância, fartura, fertilidade, fecundidade, produtividade.

Na periferia da cidade, a contraposição homem-natureza está impregnada pela contraposição escassez-abundância.

“(...) É a natureza, muita água, muito verde, muita flor, tudo isso, eu acho o meio ambiente maravilhoso. (...)”

A idéia de escassez na nossa sociedade, está assentada em aspectos que dizem respeito à dissociação do homem e natureza; à desvalorização do recurso terra, e à excessiva materialização de tudo.

O primeiro aspecto, o da dissociação entre homem e natureza, este divórcio (muitas vezes oculto, muitas vezes assumido), está estabelecido pela idéia de que natureza é tudo aquilo que não tem a mão do homem e, também, como aquilo que pertence ao reino de Deus, dos deuses.

O homem moderno pensa a natureza como aquela parte do ambiente que não foi tocada por sua criação, pelas mãos humanas. Natureza é, desta forma,

compreendida como tudo aquilo que não é humano. Esta idéia pressupõe que existam propriedades, potencialidades, específicas, próprias dos homens, que há uma ‘natureza humana’; natureza esta divorciada das ‘outras naturezas’ do universo natural (Soper, op.cit.). Há, nesse sentido, uma relação de estranhamento entre o que é humano e o que é natural.

O outro aspecto constitutivo da dissociação homem-natureza tem raízes nas tradições religiosas e culturais que estão na gênese da civilização ocidental. “ ‘Civilização’ significava cidade murada, edificada e cheia de grãos armazenados (...). O *excedente*, esse elemento que protegia o homem civilizado dos caprichos da natureza, que distinguia a cultura da selvageria e do inculto, era produzido pelo trabalho humano, com ajuda não da terra, que era hostil, mas dos deuses do céu, distantes da terra” (Turner, op.cit., p.24).

Com a subsunção das culturas politeístas pelas culturas monoteístas, este princípio de dissociação homem-natureza baseado na dissociação humanos-terrenos/deuses-celestiais se manteve, ainda que de forma transfigurada. A tradição judaico-cristã, por exemplo, construiu uma concepção de que Deus separou homem e natureza em punição ao pecado original cometido por Adão no paraíso (Thomas, op.cit.). A natureza ficou, desde então, nas mãos de Deus, comandada por leis divinas, celestiais, cabendo ao homem vagar só no mundo, na terra adversa, infinitamente impotente.

O segundo aspecto da dissociação homem-natureza diz respeito ao fato de que, para a sociedade moderna, a terra não tem valor por ela mesma, por isso não é necessário ter uma relação de respeito e convivalidade com a natureza, como um valor em si, composta de tantos seres vivos. Trata-se de uma ética absolutamente antropocêntrica (Diegues, 1992). Ao não se valorizar o que não seja humano, funda-se uma negação intrínseca da natureza. Esta negação intrínseca do valor da natureza acaba por desconsiderar a terra - e os objetos que ela contém - como um valor. Se a terra não tem valor, ela não se iguala ao homem (e seus produtos) numa eventual relação de troca entre esses dois universos. Neste sentido, a terra é compreendida como um recurso a ser apropriado, explorado e pronto, mas não trocado. Ela não entra, com seus valores, no universo da troca. Por isso a terra não aparece como um valor de troca

em si, o que aprofunda a dissociação do homem com a terra, com os elementos da natureza. “A economia clássica e o próprio Marx não consideram a terra como valor de troca por ela mesma. A não inclusão da terra nos valores de troca se deve à incorporação exclusiva, como tais valores, dos frutos do trabalho humano. Embora esta não inclusão esteja aparentemente bem justificada em termos teóricos dentro do contexto científico do humanismo moderno, acaba tendo uma função ideológica que se traduz em uma depreciação cultural da terra e da natureza em geral” (Boada, op.cit., p.15).

O terceiro aspecto da dissociação homem-natureza diz respeito à objetivação desta. Ainda que a sociedade não seja algo “fora da natureza e contra a natureza, mas na natureza e pela natureza” (Moscovici, 1975, p.29), há um processo de objetivação da natureza que produz a contraposição natural-social. O ser humano atua sobre a natureza considerando-a apta para fins próprios e, desta forma, modifica a ordem natural pré-existente; este é o processo de objetivação. Ao se apropriar da natureza o homem a transforma. Esta transformação acarreta um crescente predomínio do homem sobre os processos e dinâmicas naturais. O homem parece criar natureza. “Implica em que o ser humano se converte em sujeito de uma natureza que é seu objeto” (Foladori, op.cit., p.79). E a objetivação da natureza é mediada pelo trabalho socializado, inserido na dinâmica de mercado. Por isso a sociedade valoriza e o pensamento reconhece apenas aquilo que é resultado do trabalho humano, porque tudo se transforma, então, em mercadoria. Valoriza-se apenas o que é fruto da natureza humana. Esta forma indiferente e exterior em relação à natureza desencadeia uma atitude de menosprezo pelos objetos e seres desse universo, acarretando algumas conseqüências. “Aqui, porém, é preciso destacar duas daquelas conseqüências. Primeiro, o esquecimento daquilo que mais naturalmente constitui o ser humano, sua dimensão física, e a ignorância sobre sua ordem morfológica. Segundo, a redução do espaço valorizado a *espaço social*, isto é, espaço constituído unicamente por homens e por frutos do trabalho dos homens” (Boada, op.cit., p.15), o que torna o mundo humano demais.

A negação da natureza na sociedade moderna, seja por meio da dissociação, da desvalorização ou da excessiva materialização, penetra crescentemente nas mais

diferentes esferas da vida humana, nos mais diferentes espaços e gentes, meios e corpos.

Verifica-se mais. Que essa forma determinada de produção social da natureza - ou, da sua negação - faz com que ela emergja, no nível do senso comum, exatamente como o seu contrário. A negação da natureza faz com que ela apareça como abundância. E isto acontece, de fato, na vida cotidiana das populações da periferia da cidade. Um exemplo disso é o uso do elemento água. Quando retirada do poço ou mina, é um bem natural e abundante, fruto da natureza; quando disponível já socializada, por meio dos serviços de abastecimento, é escassa, intermitente, fruto da natureza humana. O mundo humano demais maltrata os homens. Um mesmo 'bem' ou recurso tem seus atributos transmutados em função da sua localização; na natureza ela é abundante, nunca falta; socializada ela se torna escassa. A nossa sociedade nega a natureza por meio de relações sócio-culturais e de produção e também, inversamente, a revaloriza. A idéia de negação da natureza na sociedade capitalista acaba por negar a própria sociedade, que emerge em sua precariedade, escassez e dificuldade, contraposta à abundância e generosidade do universo natural. Desta forma, escassez e sociedade se complementam e se contrapõem à abundância e natureza, tudo junto, tudo ao mesmo tempo.

“(...) mas eu tenho um grande desgosto de ter entupido esse poço, que pra mim a água desse poço era muito melhor, porque não faltava água e eu não pagava nada. (...)”

E porquê isto acontece? Porquê a sociedade se torna, então, o reino da escassez? “Os recursos da natureza e as capacidades humanas não parecem se caracterizar pela escassez e sim pela abundância. E isto tanto em sentido absoluto como em relação às necessidades de reprodução da natureza e às necessidades humanas. Como se produz a metamorfose dessa abundância na escassez de recursos que registra a economia? Essa transformação é conseqüência da progressiva materialização das necessidades humanas e sobretudo da redução dos valores em valores de troca operada pela economia” (Boada, op.cit., p.14. grifo nosso).

A predominância do valor de troca nos objetos e coisas da nossa sociedade penetra e se irradia por todas as esferas sociais e da relação homem-natureza. Isto faz com que tudo pareça se mover, na nossa sociedade, apenas pelo seu valor de troca, ou seja, o atributo de um objeto poder ser trocado, igualado a outro. O real valor dos objetos, das coisas, sua verdadeira função e utilidade fica obscurecida, subsumida pelo valor de troca, decorrente do predomínio dessa esfera nas relações sociais. Cria-se, então, uma idéia de ‘abstração’ em que tudo circula e se relaciona, na sociedade, pela sua capacidade de troca, apenas como coisa, e não pelo seu valor útil, intrínseco. Assim, a ‘abstração’ - aquela forma pela qual tudo acaba por se configurar em virtude da redução de todos os objetos e elementos a valores de troca -, determina o modo como as coisas parecem acontecer ou parecem ser. O que não é verdade. Ou, é metade da verdade. “O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém? Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho” (Marx, 1975, p.80).

Como as coisas deixam de integrar a dinâmica social pelo seu valor intrínseco, pela sua real utilidade, tendem a parecer mover-se apenas por serem coisas, objetos em si. E isto vai determinar, condicionar, todas as relações sociais, que ficam impregnadas, também, por esta dinâmica abstrata. É como se tudo se movesse por si, sem vínculo com as necessidades mais profundas, com o valor real dos trabalhos, das coisas, das práticas mais cotidianas. E isto acaba por determinar as condições gerais da vida, das relações entre os homens e deles com a natureza.

Este processo ocorre também na esfera dos espaços - *locus* dessas relações, habitat. Há um espaço abstrato que é fragmentado, homogêneo e hierarquizado, que é o espaço da troca de valores, das autoridades, das administrações públicas, das firmas, do desenvolvimento econômico (Gottdiener, op.cit.); este é o espaço hegemônico, ele impera e dirige a dinâmica social ofuscando o espaço da vida das pessoas, da gente, o espaço real.

Há, no entanto, um valor real nas coisas e relações sociais, porém subsumido na dinâmica social hegemônica, abstrata, dos valores de troca. Este valor essencial é o valor de uso; é a utilidade de uma coisa que faz dela um valor de uso. Este valor ‘natural’ de qualquer coisa consiste em sua capacidade de prover as necessidades da vida humana. E isto, ainda que esteja contido, presente, em todas as coisas e elementos da nossa sociedade, muitas vezes não está evidente. No que diz respeito ao espaço, por exemplo, o fenômeno das necessidades reais, essenciais das pessoas, aparece na forma de “espaço social, ou o espaço dos valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes na vivência diária” (Lefévre, cit in Gottdiener, op. cit., p.131, grifo nosso). Porquê aparece, então, ainda que tímido ou obscurecido, este outro valor, de uso? Porque ele é real, ele existe; nas coisas, nos elementos, nas pessoas, no trabalho das pessoas, nas relações todas. A vida - ainda que pareça ‘abstração’- é como é, também.

No que diz respeito à população pobre da periferia da cidade, a escassez impede essa inserção integral no mundo da troca, da abstração, do espaço abstrato. Por viver no limiar da inclusão social esta população vivencia a exclusão em sua globalidade. A cidade “é vista como o lugar de realização de um projeto de vida basicamente por meio da possibilidade de emprego estável, da aquisição da casa própria, do acesso à escola e aos serviços de saúde. (...) Entre o que se espera da cidade, contudo, e o que ela realmente oferece, há uma distância ...” (Magnani, 1998, p.23). Esta exclusão coloca a população numa situação limítrofe entre o espaço abstrato e o espaço social, entre as esferas de valores de uso e de troca. É esta condição que leva a população a construir suas próprias estratégias de sobrevivência e conservação. A necessidade de produzir as suas próprias condições de existência faz emergir para a população, de forma intensa, o valor de uso das coisas, dos objetos, sejam eles naturais ou sociais, de todas as coisas, enfim. Aí reside a capacidade dessa população de criar recursos. A superação da escassez requer, sempre, estratégias de apropriação, produção e reprodução dos recursos, cotidianamente. Diante da impossibilidade de ter e sendo, entretanto, necessário ter para sobreviver, o morador que vive no espaço da cidade numa pobreza qualificada pela escassez produz e reproduz seus próprios bens e recursos para a vida. “Nos países do Sul, a observação

das grandes cidades conduz a duas constatações: de uma parte, a emergência das estratégias de sobrevivência testemunham uma grande resiliência e engenhosidade das populações que vivem na ‘cidade ilegal’; de outra parte, a escalada da violência provocada pela miséria, a revolta crescente diante da consumação ostentatória da minoria rica ...” (Sachs, 1996, p.3).

No espaço periférico da cidade dual, desigual e combinada - porque legal e ilegal, ‘abstrata’ e ‘social’-, essas resistentes e engenhosas estratégias de sobrevivência são a forma, a prática social cotidiana mais recorrente adotada pela população que se engaja cotidianamente na ação de produzir e reproduzir a vida, suas condições próprias de existência. “O rumo das cidades é cada vez menos determinado pelas necessidades da acumulação capitalista e, portanto, de sua negação. Hoje, a cidade latinoamericana é cada vez menos um produto intencional e linear dos agentes imobiliários da acumulação, e cada vez mais um co-resultado, reflexo das ações populares massivas e inorgânicas, orientadas por estratégias de sobrevivência” (Coraggio, op.cit., p.47).

“Então, o asfalto, em casa, foi feito a mutirão. O pessoal juntava aqui, umas trinta pessoas e ia fazendo o asfalto, pondo assim aquelas vigas (...)”

A escassez é, portanto, o elemento dorsal das forças que conduzem esta população à práticas de apropriação de recursos. Ela coloca o morador no limiar dos valores, de uso e de troca. Esta mescla de práticas, sejam elas na esfera social dos espaços instituídos, abstratos, sejam elas na esfera dos espaços sociais, reais, configura-se, então, na maneira de ‘andar a vida’ dessas populações da grande cidade. Aqui tudo é recurso, sejam os elementos físicos, sejam as relações e esferas da dinâmica social. Isto faz com que se conviva com opostos e contrastes, diferenças tão evidentes. Segundo Harvey (op.cit., p.69), “há forças poderosas trabalhando em direção à heterogeneidade cultural e à diferenciação territorial no sistema urbano.”

“(...) Porque toda área está povoada, e muitas das nossas reivindicações, a gente não consegue até hoje por conta disso, por conta da lei de proteção ao manancial, da importância que tem de proteger o manancial e, por outro lado, a importância que

tem a necessidade da população de morar (...) e a gente vive aqui na região com este contraste.”

E o instrumento que torna possível ao morador transpor a fronteira dos valores - de uso e de troca - na vida cotidiana é o seu trabalho. É o quê lhe dá valor, o único que lhe pertence, lhe é inalienável. Por meio do trabalho ele transforma os elementos, os objetos, em recursos; por meio do trabalho ele circula na esfera do espaço abstrato também. O trabalho é o elo que articula, nos homens, os universos dos valores de uso e de troca em que se vive. É por meio do trabalho que ele vê realizar-se o seu próprio valor. O trabalho possibilita ter, ou seja, ter casa, ter água, ter saúde, etc., condição fundamental para a superação da pobreza. O trabalho lhe dá valor.

Pode-se estabelecer um paralelo entre o que Boada coloca quando discute o espaço recriado e o significado do trabalho para o morador. Segundo Boada, o espaço recriado “transcende para o homem seu simples valor de troca e se transforma em complemento para a relação do homem com ele mesmo, com os outros homens e com a natureza” (op. cit., p.20). Para o morador, o valor do trabalho também lhe permite complementar suas relações, sejam elas com outros homens, sejam com a natureza ou consigo mesmo. É por meio do trabalho que ele se dá o valor, produz e reproduz a vida. Para ele, o trabalho tem um caráter relacional, transeconômico.

Nesse sentido, o morador, na sua argúcia perceptiva - fruto do agir e do pensar -, manifesta um conceito particular sobre o seu próprio trabalho. Ele parece saber que “o verdadeiro conflito básico da modernidade não é aquele entre ‘trabalho’ e ‘não-trabalho’, como sempre supôs o marxismo ingênuo do movimento operário e da luta de classes, mas sim aquele entre o conteúdo social e a forma não social, inconsciente, do próprio trabalho” (Kurz, 1992, p.43).

E a única condição da qual o nosso morador necessita para potencializar este recurso que lhe pertence é ter saúde.

“Saúde é a gente ter saúde pra trabalhar. Saúde é isso. Saúde é tudo.”

A saúde emerge, como se vê, da capacidade para o trabalho e não como um fim em si mesma. A saúde é, ao mesmo tempo, concreta e abstrata, valor de uso para a troca. E, “um ‘indivíduo são’ é aquele que mostra e demonstra uma harmonia física, mental e social com seu ambiente, incluindo as variações (posto que nenhum estado biológico é definitivo, salvo a morte) de tal forma que pode contribuir com seu trabalho produtivo e social para o bem estar individual e coletivo” (Martin, op. cit., p.60).

Além de ser condição para o trabalho, na saúde não há objetivação entre sujeito e objeto tal como ocorre entre o homem e a natureza. Nesta questão, o indivíduo não é exterior à sua própria saúde. Por situar-se na confluência da estrutura e do movimento biológico e do social, a saúde dos indivíduos não é produto nem de um nem de outro (Moscovici, op.cit.). As pessoas contêm em si natureza e sociedade. Por isso a saúde não aparece como escassez; associada ao trabalho, ela é apenas uma condição. O que pode, sim, aparecer como escassez são as oportunidades de trabalho, de emprego, ou seja as possibilidades de realizar ou não no social a saúde que se deve ter.

O que se pode dizer a respeito da concepção de saúde - como condição para o trabalho - é que é por meio dela que o morador realiza seu próprio valor. O trabalho restaura nas pessoas a capacidade de realizar-se, de ser, e a saúde é condição para que isto aconteça. O homem, assim recriado, pode transformar “por sua total presença, um espaço, num espaço humanizado, diferenciado” (Boada, op.cit., p.89). Reatar as dissociações e objetivações. Ser.

*

Compreender as questões relativas ao meio ambiente urbano e suas interrelações com as condições de saúde das populações urbanizadas requer a compreensão da cidade em sua totalidade, ecossistema em constante construção, desconstrução e reconstrução. A saúde exige que se mantenham os ciclos e sistemas globais dos quais depende a vida.

Em metrópoles dos países do Hemisfério Sul, como São Paulo, as questões de saúde e meio ambiente estão estreitamente vinculadas à magnitude das populações

pobres que nelas vivem. Uma grande porção da população urbana carece de moradia, alimentos, energia, água, saneamento, segurança, transporte e atenção à saúde adequados. É por isso que o trato dos problemas ambientais nas cidades, nas próximas décadas, será tanto uma tarefa de natureza ambiental como social. E qualquer enfrentamento dos problemas no espaço das cidades deve articular questões relacionadas com as ações e estratégias dos grupos sociais aí presentes, que produzem esse espaço ao mesmo tempo em que são constrangidos pelas configurações herdadas (Marques, 1998). A luta dos desiguais, que se encontra no centro dos ajustes diários, deve ser examinada. Precisamos discutir as novas relações sociais que abrangem experiências diárias dentro do meio ambiente metropolitano desigual e combinado.

V. Referências Bibliográficas

- ACOT, Pascal. (1990). *História da Ecologia*. Rio de Janeiro, Campus.
- ALBERTI, Marina. (1997). "Sustainability and Urban Environmental Management". In: *Cidades Sustentáveis - I Encontro Preparatório*. SMA/CETESB/ Instituto Italiano de Cultura/USIS/CEDEC. São Paulo, setembro.
- ALIER, Juan Martinez. (1995). *De la Economía Ecológica al Ecologismo Popular*. Montevideo, Comunidad.
- ARAÚJO, Alceu Maynard. (1977). *Medicina Rústica*. São Paulo, Cia Editora Nacional.
- BERLINGUER, Giovanni. (1992). *Malaria Urbana. Patologia delle Metropoli*. Milão, Feltrinelli, 1976. op. cit. In: NORONHA, José. *Uma Agenda para a Pesquisa Urbana para os anos 90: Saúde, Meio Ambiente e Pobreza*. Rio de Janeiro, UERJ. (Série Estudos em Saúde Coletiva n. 009).
- BOADA, Luís. (1991). *O Espaço Recriado*. São Paulo, Nobel.
- BORDA, Orlando Fals. (1981). "Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante". In: BRANDÃO, Carlos R. (org.). *Pesquisa Participante*. São Paulo, Brasiliense.
- BORGER, Fernanda Gabriela. (1998). "Valoração Econômica do Meio Ambiente: Aplicação da Técnica Avaliação Contingente no Caso da Bacia do Guarapiranga". In: VEIGA, José Eli da (org.). *Ciência Ambiental: Primeiros Mestrados*. São Paulo, ANNABLUME/PROCAM/FAPESP.
- BREILH, Jaime. (1990). "Reprodução Social e Investigação em Saúde Coletiva". In: COSTA, Dina C. *Epidemiologia: Teoria e Objeto*. São Paulo, Hucitec/ABRASCO.
- _____. (1991). *Epidemiologia: Economia, Política e Saúde*. São Paulo, UNESP/Hucitec.
- _____. (1994). "Las Ciencias de la Salud Pública en la Construcción de una Prevención Profunda: Determinantes y Proyecciones". In: RODRIGUEZ, Maria Isabel (coord.). *Lo Biológico y lo Social: Su Articulación en la Formación del Personal de Salud*. Washington D.C., OPAS.

- BRICEÑO-LEÓN, Roberto. (1996). “Siete tesis sobre la educación sanitária para la participación comunitária”. *Cadernos de Saúde Pública*, 12 (1), p. 7-30. Rio de Janeiro, jan-mar.
- CAMPBELL, Tim. (1992). “Desenvolvimento Urbano no Terceiro Mundo: Dilemas Ambientais e Pobres Urbanos”. In: LEONARD, H.J. (org.). *Meio Ambiente e Pobreza: Estratégias de Desenvolvimento para uma Agenda Comum*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- CERTEAU, Michel de. (1985). “Teoria e Método no Estudo das Práticas Cotidianas”. In: SZMRECSANYI, Maria Irene de Q. F. (org.). *Cotidiano, Cultura Popular e Planejamento Urbano*. São Paulo, FAU-USP.
- COHN, A.; NUNES, E.; JACOBI, P. e KARSCH, U.S. (1991). *A Saúde como Direito e como Serviço*. São Paulo, Cortez/CEDEC.
- COHN, Amélia. (1997). “Desenvolvimento Social e Impactos na Saúde”. In: BARATA, Rita B. (org.). *Condições de Vida e Situação de Saúde*. Rio de Janeiro, ABRASCO.
- CORAGGIO, José Luis. (1993). “Sobre el Sentido de Proponer una Reforma Urbana en los 90”. In: Grazia, Grazia de (org.). *Direito à Cidadania e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro, Fórum Brasileiro de Reforma Urbana/Ayuntamiento de Barcelona/FASE.
- COWLEY, Mario Coyula. (1997). “Ambiente, población y desarrollo en un mundo en urbanización”. In: *Quiénes Hacen Ciudad? Ambiente Urbano y Participación Popular: Cuba, Puerto Rico, República Dominicana*. Cuenca - Equador, ediciones SIAP.
- CROSBY, Alfred W. (1993). *Imperialismo Ecológico. A Expansão Biológica da Europa: 900-1900*. São Paulo, Companhia das Letras.
- DEJOURS, Christophe. (1986). “Por um Novo Conceito de Saúde”. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, n.54, v. 14, 7:11, abril-maio-junho.
- DIEGUES, Antonio Carlos S. (1992). “Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da Crítica dos Modelos aos Novos Paradigmas”. *São Paulo em Perspectiva*, 6 (1-2), 22:29, janeiro/junho, Fundação SEADE.
- DUBOS, Rene Jules. (1968). “O Homem e seu Meio Ambiente: Adaptações e Interações”. In: *A Humanização do Meio Ambiente*. (Simpósio do Instituto Smithsonian). São Paulo, Cultrix.
- ENGELS, Friedrich. (1975). “Introdução”. In: MARX, K. *Trabalho Assalariado e Capital - Salário, Preço e Lucro*. Porto, Publicações Escorpião.

- ESTERICK, Penny Van. (1995). "Care, Caregiving, and Caregivers". *Food and Nutrition Bulletin*, v.16, n.4, 378:388, The United Nations University.
- FERREIRA, Leila da Costa. (1994). "A Busca de Alternativas de Sustentabilidade no Poder Local". XVIII Encontro Anual da ANPOCS, GT Ecologia e Sociedade, mimeo, Minas Gerais.
- FOLADORI, Guillermo. (1996). "Las fuerzas que guían el comportamiento humano con su ambiente". In: RAMIREZ, A. L. y HERNANDEZ, P. F. (coord.). *Sociedad y Medio Ambiente: Contribuciones a la Sociología Ambiental en América Latina*. México, Associação Latinoamericana de Sociologia/Benemérita Universidad Autónoma de Puebla/ICSyH/La Jornada Ediciones.
- FORATTINI, Oswaldo P. (1992). *Ecologia, Epidemiologia e Sociedade*. São Paulo, EDUSP.
- FOUCAULT, Michel. (1993). "A Política da Saúde no Século XVIII". In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. (Cap. XIII). Rio de Janeiro, Graal.
- FRIEDMANN, George. (1968). *7 Estudos sobre o Homem e a Técnica*. São Paulo, DIFEL.
- GOLDBERG, Marcel. (1990). "Este Obscuro Objeto da Epidemiologia". In: COSTA, Dina C. (org.). *Epidemiologia: Teoria e Objeto*. São Paulo, Hucitec/ABRASCO.
- GONDOLO, Graciela C. F. (1998). "Bacia do Guarapiranga, Região Metropolitana de São Paulo, Desafios de um sistema complexo à gestão ambiental". In: VEIGA, José Eli da (org.). *Ciência Ambiental: Primeiros Mestrados*. São Paulo, ANNABLUME/PROCAM-USP/FAPESP.
- GOTTDIENER, Mark. (1993). *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo, EDUSP.
- GRIMBERG, Elisabeth. (1993). "A questão socio-ambiental no espaço urbano: limites e desafios". In: GRAZIA, Grazia de (org.) *Direito à Cidade e Meio Ambiente*. Ayuntamiento de Barcelona, FASE/Fórum Brasileiro de Reforma Urbana.
- GROSTEIN, Marta D. (1987). *A Cidade Clandestina: Os Ritos e os Mitos*. O papel da "irregularidade" na estrutura do espaço urbano no Município de São Paulo. 1900-1987. Tese de Doutorado, FAU-USP.
- GRUNDMANN, Reiner. (1991-92). "El marxismo frente al desafío ecológico". *Trabajo y Capital*, n. 3, p. 27-47, Uruguay.
- HARVEY, David. (1980). *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo, Hucitec.

- HOGAN, Daniel J. (1981). "Ecologia Humana e as Ciências Sociais". In: *IIª Jornada Brasileira de Ecologia Humana*. Campinas, Sociedade Brasileira de Ecologia/CNPQ/UNICAMP.
- _____. (1995). "A Qualidade Ambiental Urbana: oportunidades para um novo salto". *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, n. 3, p. 17-23. São Paulo, Fundação SEADE.
- JACOBI, Pedro R. (1994). "Problemas Ambientais e Qualidade de Vida na Cidade de São Paulo: Percepções, Práticas e Atitudes dos Moradores". Mimeo, São Paulo, CEDEC.
- KAWASAKI, Lillian. (1997). "Quality of life in cities: An overview of air quality planning strategies in Los Angeles". In: *Iº Encontro Preparatório de Cidades Sustentáveis*. São Paulo, SMA/CETESB/Instituto Italiano de Cultura/USIS/CEDEC, setembro.
- KOWARICH, Lucio e JACOBI, Pedro. (1986). "Crecimiento económico, urbanización y medio ambiente: la calidad de la vida en São Paulo, Brasil". In: IBARRA, V.; PUENTE, S.; SAAVEDRA, F. (orgs.). *La ciudad y el medio ambiente en America Latina*. México, El Colegio de Mexico.
- KURZ, Robert. (1992). *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LANGORIA, Martin e CEBALLOS, José. (1994). Entrevista in: GRIMBERG, E. (org.). *Pólis: O Futuro das Cidades*, n. 16, p. 57-65. São Paulo.
- LAURELL, Asa C. (1994). "A Saúde-Doença como Processo Social". *Revista Latinoamericana de Salud* (tradução de E.D.Nunes), n. 2, p. 7-25. México, 1982.
- _____. e NORIEGA, Mariano. (1987). *Trabajo y salud en Sicartsa*. México, Programa de Difusión Cultural del SITUAM.
- _____. (1994). "Sobre la concepción Biológica y Social del Proceso Salud-Enfermedad". In: RODRIGUEZ, Maria Isabel (coord.). *Lo Biológico y lo Social: Su Articulación en la Formación del Personal de Salud*. Washington, D.C, OPAS-OMS.
- LEFÉBVRE, Henry. (1979). "Space: Social Product and Use Value". In: J. Freiberg (ed.). *Critical Sociology: European Perspective*. New York, Grossman.
- LEITE, Maria Angela Faggin. (1991). "A Região Socialmente Construída: Natureza e Cultura como Processos de Organização Regional". *Sinopses São Paulo*, n. 16, p. 30-35, São Paulo, FAU-USP, dezembro.
- LEONARD, H. Jeffrey. (1992). "Meio Ambiente e Pobreza: Estratégias de Desenvolvimento para uma Agenda Comum". In: LEONARD, H. J. (org.). *Meio*

Ambiente e Pobreza: Estratégias de Desenvolvimento para uma Agenda Comum. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

LEVY-STRAUSS, Claude. (1989). *Antropologia Estrutural*. cap. X. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

MACEDO, Ricardo Kohn de. (1991). “A Importância da Avaliação Ambiental”. In: TAUKE, Sâmia Maria (org.). *Análise Ambiental: Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo, UNESP/FAPESP.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. (1998). *Festa no Pedaco: Cultura Popular e Lazer na Cidade*. São Paulo, Hucitec/UNESP.

MARICATO, Ermínia. (1996). *Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência*. São Paulo, Hucitec.

MARQUES, Eduardo C. (1998). “Os Modelos Espaciais como Instrumento para o Estudo de Fenômenos Urbanos”. In: NAJAR, Alberto L. e MARQUES, Eduardo C. (orgs.). *Saúde e Espaço: Estudos Metodológicos e Técnicas de Análise*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ.

MARTIN, Hernán San. (1979). *Ecología Humana y Salud*. Cap.4. México, La Prensa Mexicana.

MARX, Karl. (1975). “Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais Valia”. In: MARX, Karl. *O Capital*. livro I, v. I, cap. V. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____. (1975). “A Mercadoria”. In: MARX, Karl. *O Capital*. livro I, v. I, cap. I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

MENDES-GONÇALVES, Ricardo Bruno. (1990). “Reflexão sobre a Articulação entre Investigação Epidemiológica e a Prática Médica a Propósito das Doenças Crônicas Degenerativas”. In: COSTA, Dina Czeresnia (org.). *Epidemiologia: Teoria e Objeto*. São Paulo, Hucitec/ABRASCO.

MILLER, Jean Baker. (1991). *A Mulher à Procura de Si Mesma*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.

MINAYO, Maria Cecília de S. (1994). *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo, Rio de Janeiro, Hucitec - ABRASCO.

MOSCOVICI, Serge. (1975). *Sociedade contra Natureza*. Petrópolis, Editora Vozes.

NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA. (1996). *Folha de São Paulo*, v. 1, A-I, São Paulo.

- NOGUEIRA, Oracy. (1968). *Pesquisa Social: Introdução às suas Técnicas*. São Paulo, Cia Editora Nacional/EDUSP.
- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. (1991). *Salud Ambiental en el Desarrollo Urbano- Informe de uno Comité de Expertos de la OMS*. Ginebra.
- ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. (1996). *Educación para la Salud en la Comunidad: Experiências Latinoamericanas*. HSP/SILOS-38. OPAS/OMS.
- _____. (1993). *Nuestro Planeta, Nuestra Salud - Informe de la Comission de la Salud y Medio Ambiente de la OMS*. Washington D.C., OPAS.
- PAVIANI, Aldo. (1994). “A lógica da periferização em áreas metropolitanas”. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de, e SILVEIRA, M. L. (orgs.). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Hucitec/ANPUR.
- PEREIRA, José Carlos de M. (1983). *A Explicação Sociológica na Medicina Social*. Tese de Livre Docência. Departamento de Medicina Social. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto-USP (mimeografado).
- PHILLIPI JÚNIOR, Arlindo (org.). (1988). *Saneamento do Meio*. São Paulo, FUNDACENTRO/USP-FSP.
- PETRECEILLE, Edmond. (1994). “Cidades globais e segmentação social”. In: RIBEIRO, L. C. de Q. e SANTOS JÚNIOR, O. A. dos (orgs.). *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- RIBEIRO, Luís Cesar de Q. e SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. (1994). “O futuro das cidades brasileiras na crise”. In: RIBEIRO, L. C. de Q. e SANTOS JÚNIOR, O. A. dos (orgs.). *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- RIBEIRO, Luís César de Q. “Reforma urbana na cidade da crise: balanço teórico e desafios”. (1994). In: RIBEIRO, L. C. de Q. e SANTOS JÚNIOR, O. A. dos (orgs.). *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- RODRIGUES, Rodolfo H.; SABROZA, Paulo C.; LEAL, Maria do Carmo e BUSS, Paulo. (1992). “A ética do desenvolvimento e as relações com a saúde e meio ambiente”. In: RODRIGUES, Rodolfo H.; SABROZA, P. C.; LEAL, M. C. e BUSS, P. (orgs.). *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento*. v. I. São Paulo-Rio de Janeiro, Hucitec-ABRASCO.
- ROLNIK, Raquel. (1994). “Planejamento Urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas”. In: RIBEIRO, L. C. de Q. e SANTOS JÚNIOR, O. A. dos (orgs.).

Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

SACHS, Ygnacy. (1985). “Novas Necessidades do Planejamento nos Países Desenvolvidos”. In: SZMRECSANYI, Maria Irene de Q. F. (org.). *Cotidiano, Cultura Popular e Planejamento Urbano*. Anais do Encontro, São Paulo, FAU/USP.

_____. (1996). “Introduction”. In: Sachs, Y. (org.). *Quelles Villes, pour quel Développement?* Paris, Presses Universitaires de France.

SAHLINS, Marshall. (s.d.). “A Cultura e o Meio Ambiente: O Estudo da Ecologia Cultural”. In: *Panorama da Antropologia*. México, Fondo de Cultura.

SANTOS, Milton. (1990). “A Metrópole: Modernização, Involução e Segmentação”. In: Valladares, Lícia e Preteceille, Edmond (coords.). *Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios*. Rio de Janeiro, Ed. Nobel/IUPERJ.

_____. (1992). *Espaço e Método*. São Paulo, Nobel.

_____. (1996). *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo, Hucitec.

SÃO PAULO (Estado). *Programa de Saneamento Ambiental em Áreas Metropolitanas - Bacia do Guarapiranga*, v. I. Governo do Estado de São Paulo/COBRAPE, maio de 1991.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento. Administração Regional da Capela do Socorro. Serviços e Equipamentos Sociais. *Base de Dados para Planejamento. Cadernos Regionais*. São Paulo, PMSP-SEMPA, março de 1994.

SCHRAIBER, L. B.; NEMES, M. I. B. e MENDES-GONÇALVES, R. B. (orgs.). (1996). *Saúde do Adulto: Programas e Ações na Unidade Básica*. São Paulo, Hucitec.

SCHRAIBER, Lilia B. e MENDES-GONÇALVES, Ricardo B. (1996). “Necessidades de Saúde e Atenção Primária”. In: SCHRAIBER, L. B.; NEMES, M. I. B. e MENDES-GONÇALVES, R. B. (orgs.). *Saúde do Adulto: Programas e Ações na Unidade Básica*. São Paulo, Hucitec.

SERRA, Geraldo. (1987). *O Espaço Natural e a Forma Urbana*. São Paulo, Nobel.

SEWELL, John W. (1992). “Prefácio”. In: LEONARD, H. J. (org.). *Meio Ambiente e Pobreza: Estratégias de Desenvolvimento para uma Agenda Comum*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

- SILVA, Luís Octávio da. (1991). “A organização do espaço construído e qualidade ambiental: o caso da cidade de São Paulo”. *Pólis*. n. 3.
- SIMIONI, Ana Maria C.; LEFÉBVRE, Fernando e PEREIRA, Isabel M. T. Bicudo. (1997). “Metodologia Qualitativa nas Pesquisas em Saúde Coletiva: Considerações Teóricas e Instrumentais” (mimeografado). *Série Monográfica n. 2*. USP/Faculdade de Saúde Pública/Departamento de Prática de Saúde Pública. São Paulo.
- SOBRAL, Helena Ribeiro. (1991). “As Cidades e o Meio Ambiente”. *BIO*, ano III, n. 1, p. 52-60, ABES, jan-mar.
- SOPER, Kate. (1995). *What is Nature? Culture, Politics and the Non-human*. Oxford, Cambridge, Blackwell.
- SOUZA, Maria de Fátima M.; KALICHMAN, Arthur O.; MATIDA, Luiza H. e KOMATSU, Naomi K. (1992). “Vigilância à Saúde”. *Cadernos Cefor*. texto 2. São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal da Saúde.
- THOMAS, Keith. (1996). *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo, Companhia das Letras.
- TURNER, Frederick. (1990). *O Espírito Ocidental contra a Natureza: Mito, História e as Terras Selvagens*. Rio de Janeiro, Campus.
- UNESCO/OMS. (1996). *Cultura y Salud - Textos de Orientación*. Paris, UNESCO/OMS.
- URBINATTI, Aurea M. Ianni; AUGUSTO, Celso A.; OLIVEIRA, Edna A. da S.; GIMENES, Rosana e SBARRA, Sonia A. A. (1993). “A Cólera na Área de Proteção aos Mananciais da Capela do Socorro/Parelheiros do Município de São Paulo”. In: *A Questão Urbana*. São Paulo, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.
- VÁSCONEZ, Mario. (1994). Entrevista in: GRIMBERG, E. (org.). *Pólis: O Futuro das Cidades*, n. 16, p. 67-72, São Paulo.
- VERNIER, Jacques. (1992). *O Meio Ambiente*. Campinas, Papirus.
- VILAÇA MENDES, Eugênio. (1996). *Uma Agenda para a Saúde*. São Paulo, Hucitec.
- WIRTH, Louis. (1987). “O Urbanismo como Modo de Vida”. In: VELHO, Otávio G. (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara.
- ZIOBER, Denise Maria. (1991). “Os Municípios do ABC e a Proteção aos Mananciais”. In: GRIMBERG, E. (org.). *Pólis*, n. 3, p. 92-98, São Paulo.